

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA**

NATÁLIA SIMÕES CAPATI

**PATRIMÔNIO E TURISMO: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE
DIRETRIZES E DIPLOMAS LEGAIS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA-
SP**

**SOROCABA
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA**

NATÁLIA SIMÕES CAPATI

**PATRIMÔNIO E TURISMO: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE
DIRETRIZES E DIPLOMAS LEGAIS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA-
SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
a obtenção do título de Bacharel em
Turismo.

Orientador: Prof^ª. MsC. Rita de Cássia
Lana

**SOROCABA
2009**

Capati, Natália Simões
Patrimônio e Turismo: Um Estudo da Aplicação de Diretrizes e
Diplomas Legais no Município de Sorocaba-SP, Sorocaba - / Natália Simões
Capati. -- Sorocaba, 2009
180.f.

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Turismo - UFSCar,
Campus Sorocaba, 2009.
Orientadora: Prof^a. MsC. Rita de Cássia Lana.

Patrimônio. Turismo Cultural. Mosteiro de São Bento e Capela do
Senhor Bom Jesus do Bonfim. I. Patrimônio e Turismo: Um Estudo da
Aplicação de Diretrizes e Diplomas Legais no Município de Sorocaba-SP. II.
Universidade Federal de São Carlos. Campus Sorocaba.

CDD 380.145

FOLHA DE APROVAÇÃO

NATÁLIA SIMÕES CAPATI

**PATRIMÔNIO E TURISMO: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE
DIRETRIZES E DIPLOMAS LEGAIS NO MUNICÍPIO DE SOROCABA-
SP**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do
título de Bacharel em Turismo.**

Universidade Federal de São Carlos *Campus* Sorocaba.

Sorocaba, 09 de dezembro de 2009.

Orientadora:

Prof. MsC. Rita de Cássia Lana

Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba

Examinador:

Prof. Dr. Silvio César Moral Marques

Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba

Examinador:

Prof. MsC. Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos

Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família por sempre me apoiar em todas as decisões tomadas ao decorrer da minha vida acadêmica, em especial aos meus pais, Lucilene e Donisete, os quais possibilitaram a efetivação de um sonho, que hoje se torna realidade. As minhas amigas de república que sempre estiveram ao meu lado nos bons e maus momentos ao longo desses quatro anos de aprendizado.

Ao Dom José Gatti Mariano, monge do Mosteiro de Sorocaba, pela atenção, carisma, paciência e incondicional ajuda durante a realização das pesquisas de campo, sem as quais este trabalho não seria possível, o mesmo aos colaboradores Prof. Marcos Marins e ao senhor Paulo Malzoni, administrador da Capela do Bom Senhor Jesus do Bonfim.

A Professora Claudia Astorino por sua incomensurável ajuda durante as pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo (USP) e a Professora Maria Helena por suas contribuições metodológicas, se colocando sempre a disposição.

Agradeço ainda a Professora Rita de Cássia Lana, por ter me iniciado nos caminhos do patrimônio, por ter despertado em mim o interesse e a vontade de seguir esta carreira, de trabalhar em prol das inúmeras memórias e identidades que ainda pretendo conhecer. Por sua atenção, paciência e conhecimento transmitidos nas inúmeras reuniões realizadas.

A todos os verdadeiros amigos, os meus sinceros votos de agradecimentos pelo apoio.

RESUMO

O tema desta pesquisa vincula-se à análise das diretrizes públicas existentes para a preservação dos bens patrimoniais no país, e como são aplicadas a dois casos de bens culturais existentes no município de Sorocaba. O principal objetivo é compará-los em termos de aparato legal e elementos da atividade turística nesse cenário. A pesquisa permitiria evidenciar que o turismo ainda não se faz presente no dia-a-dia destes bens patrimoniais de Sorocaba e que muitas vezes os responsáveis pela administração dos mesmos não perceberiam no turismo, mais especificamente no turismo cultural uma ferramenta de auxílio à preservação do patrimônio. Além da pesquisa bibliográfica na área, adotou-se a História Oral como uma metodologia complementar de obtenção de dados, juntamente com a visita de campo. O procedimento básico que o trabalho seguiu foi analisar o papel dos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio (federal, estadual e municipal), junto à políticas preservacionistas, com base na relevância histórico-cultural dos objetos de estudo escolhidos, no caso, Mosteiro de São Bento e Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, aliado à algumas considerações sobre o potencial do turismo cultural na cidade.

Palavras Chaves: Patrimônio. Turismo Cultural. Mosteiro de São Bento e Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim.

ABSTRACT

The theme of this survey is the analysis of public guidelines existing for the preservation of the cultural heritage in the country, and how they are applied to two cases in Sorocaba city. The main purpose is to compare them in terms of legal apparatus and tourist activity elements in this scenario. The survey would show that tourism is not usually present in Sorocaba cultural heritage and often his managers not realise the tourism, in special the cultural tourism as a tool for the preservation of historical heritage. In addition to bibliographic search in the area, Oral history was used as a supplementary methodology to obtain data, besides the field visit. The procedure followed was analyse the role of public managers responsible for heritage (Federal, State and municipal) and the heritage policies, based on historical and cultural significance of the objects of study chosen - in this case, São Bento monastery and Bom Jesus do Bonfim chapel, allied to some considerations of cultural tourism potentiality in the city.

Keywords: Cultural Heritage. Cultural Tourism. São Bento Monastery and Bom Jesus do Bonfim Chapel

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Regionalização do Turismo -----	56
Figura 2 – Mapa Regiões Turísticas do Sudeste -----	57
Figura 3 – Região Sorocabana -----	58
Figura 4 – Museu Histórico Sorocabano-----	65
Figura 5 – Oficina Cultural Regional Grande Otelo-----	67
Figura 6 – Monumento a Baltazar Fernandes -----	68
Figura 7 – Catedral de Sorocaba -----	68
Figura 8 – Casa de Aluísio de Almeida (IHGGS) -----	69
Figura 9 – Mercado Municipal -----	70
Figura 10 – João de Camargo -----	73
Figura 11 – Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim (antigamente) -----	75
Figura 12 – Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim (atualmente) -----	75
Figura 13 – Rua de São Bento e Largo da Matriz em 1886 -----	80
Figura 14 – Rua de São Bento em 1903 -----	81
Figura 15 – Mosteiro de São Bento e Igreja de Santa Ana em 1924 -----	81
Figura 16 – Largo de São Bento em 1950 -----	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de Análise dos Objetos de Estudo	85
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES

- BID = Banco Internacional de Desenvolvimento
- BNDE = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CIAM = Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CMDP = Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba
- CNRC = Centro Nacional de Referência Cultural
- CONDEPHAAT = Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico
- CONDEPHISO = Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Sorocaba
- CPDOC = Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
- DPHAN = Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- EMBRATUR = Empresa Brasileira de Turismo
- FGV = Fundação Getúlio Vargas
- FNPM = Fundação Nacional Pró-Memória
- IBPC = Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IHGGS = Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba
- IPHAN = Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MEC = Ministério da Educação e Cultura
- MES = Ministério da Educação e Saúde
- MINC = Ministério da Cultura
- MTUR = Ministério do Turismo
- OMT = Organização Mundial de Turismo
- PCH = Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
- PLANTUR = Plano Nacional de Turismo
- SEAC = Secretaria de Ação Cultural
- SHU = Sítio Histórico Urbano
- SPHAC = Seção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba
- SPHAN = Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNESCO = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Notas sobre o Histórico da Conservação	14
2.1 Sobre a Noção de Patrimônio	14
2.2 Breve Histórico da Conservação Patrimonial	15
2.3 Trajetória da Conservação Patrimonial no Brasil.....	23
3. Marcos Regulatórios Legais e Institucionais	32
3.1 Cartas Patrimoniais.....	32
3.2 Atuação do IPHAN e do CONDEPHAAT	37
3.3 Atuação dos Órgãos de Proteção em Sorocaba	43
3.4 Diretrizes Municipais de Turismo e Patrimônio	47
3.5 Atuação do CMDP	50
3.6 Políticas Públicas de Turismo no Brasil	54
4. Turismo e Patrimônio, Aspectos de Intersecção	60
4.1 Retomando a Conceituação de Turismo	60
4.2 Turismo Cultural, Memória e Identidade	61
4.3 Atrativos Históricos de Sorocaba	64
4.4 Estudos de Caso	70
4.4.1 Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim	73
4.4.2 Resumo Histórico	73
4.4.3 Identificação, Localização e Entorno	74
4.4.4 Problemas Diagnosticados	76
4.4.5 Aparato Legal Existente para sua Preservação	77
4.5.1 Mosteiro de São Bento	78
4.5.2 Resumo Histórico	78
4.5.3 Identificação, Localização e Entorno	79
4.5.4 Problemas Diagnosticados	83
4.5.5 Aparato Legal Existente para sua Preservação	83
5. Considerações Finais	86
6. Referências Bibliográficas	89
7. Bibliografia Consultada	92

8. Apêndices	95
Apêndice A - Cronologia da Política de Preservação no Brasil	96
Apêndice B – Histórico de Sorocaba	101
Apêndice C – Entrevista Realizada com Prof. Marcos Marins	107
Apêndice D – Entrevista Realizada com Dom José Gatti Mariano	110
Apêndice E – Entrevista Realizada com o Sr. Antonio Paulo Malzoni	116
9. Anexos	120
Anexo A – Carta de Atenas	121
Anexo B – Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	146
Anexo C – Recomendação de Nairóbi	149
Anexo D – Convenção UNESCO de 1989	160
Anexo E – Conferência de Nara de 1994	162
Anexo F – Lei Orgânica do Município de Sorocaba	164
Anexo G – Lei Municipal nº 5.152, de 26 de Junho de 1996	168
Anexo H – Documentos e Fotos do Mosteiro de São Bento de Sorocaba	171
Anexo I – Documentos e Fotos da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim -	179

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o patrimônio histórico-cultural e a importância de sua preservação e manutenção para a continuidade da cultura local de uma população, aliado ao papel que as políticas públicas governamentais desempenham ou deveriam desempenhar em meio a este cenário. Neste contexto, será feita menção a dois bens patrimoniais de relevância para o arsenal cultural e identitário do município de Sorocaba, localizado no interior do estado de São Paulo, os quais possuem níveis de proteção legal diferenciados.

Os bens escolhidos para análise foram: o Mosteiro de São Bento, situado no centro do município, no largo de São Bento e a Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, situado na Avenida Barão de Tatuí; também foram abordadas as políticas preservacionistas de que cada bem dispõe. O Mosteiro de São Bento, por exemplo, não possui proteção legal referente à esfera municipal (não é tombado por nenhum órgão municipal) e também não é reconhecido por meio de tombamento pelo IPHAN, embora seja tombado pelo Condephaat.

Já a Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim não é tombada nem pelo IPHAN e nem pelo Condephaat, mas é amparada legalmente pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba, órgão por meio do qual é tombado.

O patrimônio histórico e cultural se apresenta como uma construção social do seu tempo histórico, podendo envolver diversos meandros da cultura de uma sociedade, por se referir aos bens intangíveis desta, ou seja, a memória coletiva e a identidade de um povo. (CHOAY, 2006).

O conceito de patrimônio induziria então a uma homogeneização do sentido dos valores, algo que se reproduziu, de forma diferente, quando, depois da Segunda Guerra Mundial, as arquiteturas dos séculos XIX e XX foram progressivamente integradas à categoria dos monumentos históricos. (IBID, 2006).

As significações dadas às edificações e objetos antigos acabaram por gerar não somente a simples preocupação de grupos isolados ou familiares de garantir seu legado para gerações futuras, como se estendeu para o Estado, que passou a estimular a produção de leis de conservação e restauração, transformando a prática da preservação patrimonial em uma questão mundial. (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

A legislação francesa, durante muito tempo, constituiu-se numa referência, primeiro na Europa, depois no resto do mundo, devido à clareza e racionalidade de seus

procedimentos. Com base em trabalhos precedentes ao estabelecimento desta legislação, a Comissão dos Monumentos Históricos criada em 10 de agosto de 1837, passa a fazer uso do procedimento de tombamento como meio de manutenção desses bens. (CHOAY, 2006).

Segundo Silva:

ao longo do século XX, a proteção internacional dos bens culturais imóveis ocorre em três níveis: direto internacional interestatal – caracterizado pelas grandes conferências diplomáticas convocadas para o debate de problemas globais, até mesmo para a adoção de convenções multilaterais; organizações não-governamentais – realização de congressos internacionais de arquitetos e restauradores que adoram diretrizes relacionadas à proteção dos bens culturais; direito das organizações internacionais – instituição de convenções internacionais, elaboradas e adotadas segundo procedimentos estabelecidos pelas organizações internacionais. (SILVA 2003, p. 49).

Por outro lado, Murta (2002) afirma que os órgãos de preservação, no âmbito federal, estadual e municipal de cada nação são também responsáveis pelos atrativos históricos, culturais e ambientais, e por isso estão incumbidos da função de fornecer recursos e alternativas de sustentabilidade financeira. É em meio a esse contexto que o turismo se apresenta como um potencial recurso.

O turismo quando se desenvolve por meio de bases culturais atinge sua efetiva viabilização com o comprometimento do governo e com o estabelecimento de uma rede de parcerias entre os diversos agentes envolvidos neste cenário. Com base em Cunha (2005) o município de Sorocaba seria um local rico em termos culturais, embora esse potencial turístico não seja explorado de forma adequada atualmente.

O presente trabalho possui o intuito de investigar de que maneira as diretrizes públicas acerca do patrimônio contribuem para sua preservação e qual o papel que cabe ao turismo em meio a tal contexto de salvaguarda patrimonial.

A pesquisa analisou ainda as políticas públicas patrimoniais existentes ou não no município, ressaltando o potencial para turismo cultural do local e a maneira pela qual a atividade turística pode vir a contribuir para a valorização dos bens e da própria cultura de um povo.

Assim, o capítulo um aparece no trabalho com o intuito de fornecer informações acerca do patrimônio histórico cultural e sua evolução desde os tempos remotos

até a contextualização do assunto nos dias atuais e no Brasil. Aliado a tal assunto têm-se o capítulo dois que pretende discorrer, com base na trajetória evolutiva do patrimônio, sobre o caminho por este percorrido de acordo com os principais órgãos e marcos legais de esfera nacional, estadual e municipal.

E por fim, o capítulo três versa sobre a relação existente entre turismo e patrimônio, de modo a apresentar a atividade turística especificamente no segmento de turismo cultural, como uma ferramenta de auxílio a preservação de bens patrimoniais, tanto no país quanto no município de Sorocaba, investigando o porquê dessa atividade não ser aproveitada em relação a preservação dos bens patrimoniais estudados aqui.

2. NOTAS SOBRE O HISTÓRICO DA CONSERVAÇÃO

2.1 SOBRE A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO

O termo patrimônio traz consigo a idéia de valoração, de bens, sejam estes materiais ou imateriais, que serão transmitidos a herdeiros, a gerações futuras. Assim, o patrimônio pode vir a ser tanto individual quanto coletivo e é nesta categoria que se enquadra o patrimônio histórico, aqui a ser estudado.

Tudo que se relaciona com o coletivo possui certa complexidade, e com o patrimônio histórico essa complexidade é crescente. Isso porque o coletivo é sempre mais distante, sendo definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando fazemos parte dessa coletividade (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 09) “as coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes”.

E o fato do patrimônio histórico estar intrinsecamente ligado aos interesses do coletivo faz com que a complexidade nas tomadas de decisões acerca da importância dos bens patrimoniais acabe influenciando sobre a escolha daqueles bens a serem protegidos legalmente; o que se deve à constatação de que a diversidade leva à multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações.

No entanto, o conceito de patrimônio nem sempre esteve atrelado ao coletivo, ou àquilo que é público. A palavra patrimônio se origina do termo latino *patrimonium*, o qual entre os antigos romanos estava intimamente ligado aos interesses patrícios, à propriedade. Naquela e em outras sociedades o patrimônio era algo privado e aristocrático; entretanto, o surgimento dos Estados nacionais desencadeou profundas transformações na forma de compreender o patrimônio (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

No século XIX, quando os princípios e as instituições passaram a se consolidar na França (embora a Itália tenha sido a primeira nação a pensar na conservação dos monumentos *in loco*) (CHOAY, 2006), o patrimônio passa a ter sua trajetória mais bem descrita. A França era um reino de direito divino¹; entretanto, a Revolução Francesa viria a

¹ Doutrina política e religiosa, com antecedentes no cesaro-papismo bizantino, desenvolvida no Ancien Regime francês e no protestantismo inglês, com base na crença de que o monarca tinha o direito de reinar por vontade de Deus e não de seus súditos.

destruir todos os fundamentos do Ancien Regime e toda a estrutura do Estado absolutista perderia sua razão de ser.

Tempos depois, a República viria para utilizar ideologicamente a invenção de uma cultura nacional que não poderia prescindir de uma visão de patrimônio, e com isso começou a ser delineado o conceito de patrimônio da atualidade, não mais para uma única parte da população, e sim pretendendo contemplar todo um povo.

Portanto, “a República criava a igualdade [...]. E precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes [...]”. (FUNARI E PELEGRINI 2006, p. 15).

2.2 BREVE HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Prática bastante remota em quase todas as partes do mundo, a conservação dos valores de uma dada cultura e sociedade pautava-se na criação de instrumentos de memória, os quais se faziam necessários para a perpetuação da lembrança dos fatos, crenças ou pessoas. Dentre esses instrumentos de memória, as comunidades faziam uso de monumentos que assumiam as mais variadas formas (totens, obeliscos, arcos do triunfo e etc) e que possuíam o intuito de mobilizar uma memória (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Com isso, a concepção original do termo monumento traz consigo a permanência dos valores e o próprio reconhecimento destes e daqueles que o construíram para o acesso das gerações futuras.

Paralelamente ao abandono de monumentos criados para celebrar a Roma Imperial (da qual não se tinha na época interesse em perpetuar sua lembrança), na Idade Média as edificações preservadas eram aquelas que ainda se encontravam em uso. As que não detinham uma função eram abandonadas (ficando sujeitas à ação do tempo) ou destruídas para obtenção de materiais de construção (IBID, 2006).

Exemplifica-se assim que cada local, em diferentes períodos, tiveram uma maneira peculiar de se relacionar com seu passado e cultura, procurando manter um vínculo vivo ou não.

No século XV, a partir da Renascença, a apreciação de edificações antigas se dá de modo mais distanciado; a produção da Antiguidade ganha um distanciamento histórico

se comparada ao que se fazia no período do Quattrocento². Ainda como consequência da Renascença, houve o reconhecimento do valor estético e histórico de tais edificações, o que influenciou a promoção de um movimento no sentido de preservar esses bens (CHOAY, 2006).

Como um importante ator em meio a este cenário, têm-se Leon Batista Alberti³, o qual traçou considerações acerca da importância da preservação das obras de seus antecessores. Contudo, embora se defendesse a valoração dessas edificações e a sua consequente preservação, na prática aquelas continuavam a ser destruídas para obtenção de material de construção. Paralelo a isso, o artista renascentista se sentia no direito de reconstruir obras da Antiguidade, continuando obras inacabadas ou ampliando as mesmas (CHOAY, 2006).

Quanto à essas intervenções, o que se verificava era a “modernização” ou atualização de elementos pré-existentes ou a substituição de elementos por outros considerados mais adequados. Essa situação se estendeu durante os séculos seguintes (CHOAY, 2006).

Com o advento das Academias, a partir do século XVIII, o estudo das construções do passado se intensificou (principalmente do período greco-romano), com base no projeto de ampliação e divulgação do saber dos iluministas. Tanto o conceito de monumento histórico quanto a consagração da história e da arqueologia como disciplinas acadêmicas e científicas, delimitando a idéia de separação entre passado e presente, são marcos do período iluminista (CHOAY, 2006).

Esse crescente interesse pelas construções da Antiguidade acentuou-se com as transformações pelas quais a Europa passou no século XVIII (Revolução Industrial, Iluminismo e Revolução Francesa), e produziu um sentimento de proteção a edifícios e ambientes históricos em vários estados europeus. Ainda na primeira metade do século XVIII destaca-se o início das escavações arqueológicas sistemáticas, que culminaram na descoberta das ruínas de Herculano e Pompéia (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Com a Revolução de 1789, na França gerou-se uma onda de saques, a partir da qual teve início uma campanha mais centrada em prol da preservação dos monumentos históricos. No entanto, essa campanha tinha na presença do Estado como promotor das ações

² O Renascimento apresentou três grandes fases distintas, o Trecento, o Quattrocento e o Cinquecento. O Quattrocento referente ao século XV representa a era dourada do renascimento, em que o Humanismo amadurece e se espalha pela Europa.

³ Arquiteto e teórico de arte, humanista italiano ao estilo do ideal renascentista. Filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor.

mais efetivas a principal diferença entre a campanha realizada na Inglaterra, cuja preservação ficava sob responsabilidade da sociedade civil reunida em Sociedades de Antiquários e outras instituições (IBID, 2006).

No início do século XIX, duas figuras surgem na França e na Inglaterra para influir sobre a preservação, em meio a um contexto em que a arquitetura gótica passa a adquirir importância para várias nações européias. Esses personagens são respectivamente Viollet-le-Duc⁴ e John Ruskin⁵, que embora defendessem a arquitetura gótica e os monumentos nacionais, o faziam por meios bastante distintos (CHOAY, 2006).

Viollet-le-Duc acreditava que os instrumentos materiais do passado serviam para satisfazer a necessidade do homem de conhecer esse passado que forma sua história, a qual serve de base para que este homem prossiga rumo ao progresso (IBID, 2006).

Neste contexto positivista, os anos oitocentistas marcaram um grande desenvolvimento ao que tange o estudo do passado, por meio da filologia, arqueologia e de uma incipiente historiografia da arquitetura. Apesar de tal desenvolvimento os monumentos, ainda que considerados como testemunhos de uma época, não eram pensados em sua individualidade e sim como representantes de um dado estilo (geralmente idealizado), ao qual deveriam ser adaptados (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Já para Ruskin, o real valor do monumento somente poderia ser encontrado naquelas edificações que passassem pela mediação exclusiva do trabalho humano (edificações tradicionais), ou seja, o valor estético das construções do passado sobressai em relação ao valor documental (CHOAY, 2006).

Devido a essa compreensão assumida em relação aos edifícios históricos, o arquiteto defendia a não-restauração desses monumentos, afirmando que a restauração representava a mais completa destruição que um edifício poderia sofrer. Ruskin acreditava que as edificações antigas pertenciam tanto àqueles que as construíram no passado quanto às gerações futuras e que por isso sua preservação não era apenas uma questão de conveniência ou sentimento, mas antes um dever (IBID, 2006).

Assim, até a metade do século XIX, os responsáveis pela restauração estavam ligados à figura de Viollet-le-Duc e suas idéias ou à Ruskin e seu movimento de anti-restauração. Já a partir das décadas de 1870/1880, novas discussões surgem acerca dos

⁴ Viollet-le-Duc foi um arquiteto e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico. Seu trabalho se desenvolveu principalmente na área de restauro, sendo sua inclinação e gosto arquitetônico desde cedo para o Gótico.

⁵ Ruskin foi um escritor, crítico de arte e crítico social britânico além de poeta e desenhista. Seus trabalhos foram extremamente influentes na era Vitoriana e seu pensamento se vinculava ao Romantismo.

monumentos e nesse sentido as correntes “restauro histórico”⁶ e “restauro moderno”⁷ aparecem com as figuras de Luca Beltrami⁸ e Camillo Boito⁹, respectivamente (CUNHA, 2005).

Segundo Choay (2006), graças aos progressos da arqueologia e da história da arte, a hegemonia da doutrina de Viollet-le-Duc começa a ser abalada por uma postura mais questionadora desde o último quartel do século XIX.

Camillo Boito, por sua vez, é quem executa e defende tal doutrina inovadora. Sabe-se que em suas primeiras obras de restauração aquele agia de acordo com os princípios de Viollet-le-Duc; entretanto, ao buscar a unidade estilística da obra, aos poucos, o valor de documento histórico vai se impondo e junto a isso se dá o reconhecimento de que as transformações por que os monumentos passam constroem essa historicidade e, por isso, são passíveis de serem preservadas (CHOAY, 2006).

Com isso, têm início a configuração de uma nova maneira de se tratar os monumentos históricos, na qual a intervenção é compreendida como ato cultural, não decorrente somente de razões pragmáticas de uso (CHOAY, 2006).

A teoria supracitada foi bastante difundida no período entre-guerras europeu e enfatizava o máximo esforço no sentido de conservação e consolidação do monumento, evitando ao máximo a sua efetiva restauração. Caso se fizesse necessário a intervenção nos bens, esta deveria ser acompanhada de documentação, com levantamentos de suas condições atuais bem como de justificativas das ações a serem executadas além de desenhos e fotografias (CHOAY, 2006).

Essa teoria vinha demonstrar a preocupação não apenas com o monumento isolado, mas também com o seu entorno, o qual deveria ser alvo de intervenções em prol da valorização desse monumento. Esta preocupação se faz presente também na Carta de Restauração de Atenas de 1931 (CUNHA, 2005).

⁶ Restauro Histórico - primava pela extensa pesquisa em fontes documentais e na própria análise das condições da edificação para embasar as ações restauradoras.

⁷ Restauro Moderno – considerava os monumentos como documentos da história da humanidade, priorizando sua consolidação e manutenção, entendendo a restauração como ato excepcional que só deveria ser concretizada em último caso, devendo sempre ser cuidadosamente documentada e deixar marcas que claramente a identificassem de maneira a diferenciá-la do original; entretanto, sem alteração do equilíbrio da composição arquitetônica.

⁸ Luca Beltrami foi um arquiteto, escultor e estudioso da arte italiana.

⁹ Camilo Boito foi arquiteto, escritor e crítico de arte, uma das figuras responsáveis pela atual teoria de restauração de bens culturais, enfatizava o valor documental do monumento histórico.

As técnicas de conservação presentes na Carta de Atenas de 1931 vêm afirmar a idéia de que cada caso é um caso e, portanto, merece uma solução específica. Com isso, para o restauro dos monumentos da Antiguidade recomenda-se o uso da anastilose¹⁰ e para edificações de outro período (após estudos das condições e problemas) definir qual caminho seguir sempre respeitando a matéria original e o princípio da mínima intervenção (CARTA DE ATENAS, 1931).

Coetaneamente às Cartas de Atenas acontece em 1933 a reunião do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) do qual as propostas e análises são compiladas por Le Corbusier¹¹ na Carta de Atenas de 1933¹² (CUNHA, 2005).

A Carta de Atenas de 1933 vem dispor sobre o conflito instaurado de forma intensa a partir do século XX, o qual versava sobre modernização e conservação. Isso porque o advento da industrialização nas cidades provocou um caos urbanístico em que clamava por ações drásticas, ainda que para isso fosse necessário sacrificar monumentos históricos e patrimônio que a princípio deveriam ser salvaguardados (CARTA DE ATENAS, 1933).

A partir daí, diferentemente do que ocorria até princípios do século XX, a vanguarda arquitetônica a se separa dos preservacionistas. A preservação, por sua vez, somente seria aceita na dinâmica da “cidade funcional”, ou seja, na medida em que não afetasse as questões de salubridade e circulação (CHOAY, 2006).

Por outro lado, as normas que dominaram o fazer artístico até o século XVIII estavam ligadas a maneira com que o monumento satisfazia às exigências da vontade artística moderna, entretanto, a partir do século XIX, essas normas passam a ser negadas e abre-se espaço para a valoração positiva de toda e qualquer manifestação artística, ampliando assim o alcance do culto patrimonial, que resulta em formas diversas de intervenção e de tutela dos monumentos (CHOAY, 2006).

Para Alois Riegl,¹³ o valor de Antiguidade surge do contraste, da diferença, que pode percebida não somente pelas classes mais instruídas ou cultivadas como também pelas massas (CUNHA, 2005).

¹⁰ Anastilose - “recolocação dos elementos originais encontrados em seus devidos lugares, cada vez que o caso permita”

¹¹ Le Corbusier – Arquiteto francês de origem suíça que estabeleceu os princípios básicos de construção racionalista e funcional que influenciou a partir dos anos 20. Descobriu novas formas de concreto armado.

¹² No quarto capítulo deste trabalho retomar-se-á o texto das Cartas Patrimoniais com a finalidade de examinar seus preceitos em termos de políticas públicas.

¹³ Alois Riegl – Historiador da arte, pertencente a Escola Vienense de História da Arte, chama a atenção para uma insensatez de distinção existente entre as chamadas “artes maiores” (mundo humano) e “artes menores” (ornamentação), renegando qualquer desprezo por alguns períodos da produção artística.

Nos dizeres de CHOAY:

O valor de ancianidade do monumento histórico não é para ele uma promessa, mas uma realidade. A imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas (Massen), a sedução fácil que ela exerce sobre estas deixam entrever que ele será o valor preponderante do monumento histórico no século XX. (CHOAY 2006, p. 169).

Assim, o século XX, é um tempo de profundas mudanças na sociedade, em que valores novos e antigos conviviam até que os primeiros se sobrepusessem aos últimos. A partir daí o estudioso apresenta dois valores de contemporaneidade referente aos monumentos que são valor de uso prático¹⁴ e valor de arte.¹⁵ (CHOAY, 2006).

Riegl acreditava que o valor de antiguidade conseguiria se sobrepor ao valor de novidade; no entanto, um século depois o que se nota é que isso não ocorreu mesmo entre aqueles mais cultivados (CHOAY, 2006).

O patrimônio histórico na sociedade contemporânea deve se apresentar como novo, tal como uma obra recente, ou seja, esse gosto crescente pelos monumentos do passado (inflação patrimonial)¹⁶ não se dá em função do aspecto de vetustez do monumento. Onera-se o patrimônio histórico com a responsabilidade de além de perpetuar uma memória, ter a obrigação de reafirmar o desejo humano de imortalidade, de perenidade, em sua luta constante contra dissolução e morte (CHOAY, 2006).

Desta forma o pensamento riegliano insere as práticas de restauração no debate sobre a cultura, considerando-a como “ato de cultura” antecipando-se às propostas defendidas a partir do segundo pós-guerra europeu pelo chamado “restauro crítico”¹⁷. A sua grande contribuição reside nos contrastantes meios de preservação dos monumentos.

Devido a necessidade de tornar o restauro um ato científico, de acordo com princípios que respeitassem os monumentos enquanto documento, desde os últimos anos do

¹⁴ Valor de uso prático – o monumento deve atender as necessidades materiais do homem.

¹⁵ Valor de arte – o monumento deve atender as necessidades do espírito.

¹⁶ Vide CHOAY página 240.

¹⁷ Restauro crítico – o respeito tanto ao documento histórico quanto a matéria original deveriam ser garantidos através da colaboração de todas as ciências e técnicas disponíveis (Carta de Veneza – 1964).

século XIX e início do século XX empreendeu-se diversas tentativas com o intuito de disciplinar e limitar as ações de restauração (CHOAY, 2006).

Em meio a este cenário, à frente do Instituto Central de Restauração de Roma (fundado nos anos de guerra), Cesare Brandi¹⁸ ganha destaque ao coordenar a restauração de inúmeras obras de arte destruídas com os bombardeios (CHOAY, 2006).

No contexto do pós-guerra, a partir das discussões do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos produziu-se um documento em 1964, denominado Carta de Veneza, o qual vinha apresentar a preocupação em retirar a prática de restauro do empirismo, tratando-o nos moldes do restauro crítico (CHOAY, 2006).

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos (CARTA DE VENEZA 1964, p. 93).

O que se encontra na Carta de Veneza, diante dos dilemas impostos pelas instâncias estéticas e históricas é a afirmação de que a ação de intervenção deve ser guiada por um juízo crítico de valor:

O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto (CARTA DE VENEZA 1964, p. 94)

Note-se em ambos os textos a ampliação para o entorno da edificação como meio de garantir sua adequada conservação física e sua leitura como obra de arte, além de manter a restauração como fato histórico indissociável do presente histórico que o produziu.

Essa extensão considera para além dos grandes monumentos histórico-artísticos a arquitetura vernacular, os tecidos urbanos, os conjuntos industriais de produção e apoio. O alcance das práticas patrimoniais também se estende ao deixar de estar veiculadas apenas ao território europeu e ao chegar aos países asiáticos, aos países árabes, aos Estados

¹⁸ Uma das principais figuras da restauração dos objetos de arte que fundamentou nos anos 40 o chamado “restauro crítico” juntamente com Roberto Pane e Renato Bonelli.

Unidos e aos países latino-americanos que passam a assinar documentos acerca das recomendações internacionais (CHOAY, 2006).

Da primeira Conferencia Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos (ocorreu em Atenas em 1931) só participaram europeus. A segunda (Veneza em 1964) contou com a participação de três países não europeus (Tunísia, México e Peru). Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial (CHOAY 2001, p. 14).

Ainda nesse contexto, de acordo com Françoise Choay (2006), a extensão tipológica, cronológica e geográfica dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial de seu público, o que acontece em todo mundo através do turismo cultural.

O turismo cultural, por sua vez, abrange um grande contingente de pessoas inseridas na sociedade de massas, caracterizada dessa maneira pela recente indústria cultural na qual o patrimônio histórico passa a ter duas funções: a de propiciar saber e prazer e a de ficar à disposição de produtos culturais fabricados para ser consumidos (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Daí deriva a questão da autenticidade; no que tange ao patrimônio, se apresenta como tema no cenário internacional na década de 1990. Dois autores, Raymond Lemaire e Françoise Choay apontam para a ausência de uma conceituação clara sobre a questão e buscam uma reflexão mais consistente, tentando atribuir uma definição mais precisa ao termo.

Num primeiro momento as análises dos dois autores parecem convergir; entretanto, o primeiro se concentra nos aspectos materiais dos monumentos e o segundo se preocupa com o uso contemporâneo da autenticidade em seu aspecto simbólico para sociedade. Através dessas análises dois valores relativos à autenticidade da obra se colocam, o valor formal e o valor histórico.

Choay (2006) considera ainda três fatores acerca da autenticidade: que esta não provém de uma apreciação subjetiva, mas emana de uma autoridade institucional, que não se pode aplicar a noção de autenticidade a um significado e que a autenticidade liga-se ao fato de não se poder fixar o estado de um objeto, que não pára de se alterar a partir do momento em que começa a se modificar pelo tempo. E o sentido de autenticidade teria assumido múltiplas perspectivas após a Renascença, contudo desconsiderando esses fatores com relação ao tratamento dos monumentos, o que gera na disciplina de restauração uma definição vazia.

Por fim, ao tratar da preservação dos monumentos históricos, não se pode desconsiderar as múltiplas e complexas questões envolvidas, seja quanto às motivações de se preservar, seja quanto aos métodos utilizados para esse fim, primando sempre pelo imperativo moral de garantir a permanência e perpetuação dos bens patrimoniais às gerações futuras.

2.3 HISTÓRICO DA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A história da conservação patrimonial no país começa tomar forma com a criação via decreto-lei do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, em 1937), na segunda metade da década de 1930, cuja principal função era zelar pelo patrimônio nacional (FONSECA, 2005).

Com o advento da República em 1889, a nacionalidade (tema recorrente entre os intelectuais do Patrimônio) aparece como uma questão premente. A construção de laços de pertencimento, a difusão de um sentimento de brasilidade passam a assumir um caráter de urgência (FONSECA, 2005).

O tema da nacionalidade/identidade nacional permanece entre os modernistas e em 1922 a Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo surge para reatualizar o Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorriam no exterior, além de se engajar na busca das raízes nacionais, procurando valorizar o que o país possuía de mais autêntico. Já a segunda parte do modernismo, de 1924 em diante, o culto ao passado é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional (FONSECA, 2005).

O estudo do passado para os modernistas informava o presente e servia de base para o futuro. Essa ideologia acaba sendo incorporada pelo regime getulista, o que possibilita aos modernistas participação direta na máquina burocrática brasileira (FONSECA, 2005).

No entanto, a entrada concreta dos modernistas no poder público federal ocorreu com a nomeação de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública em 1934. Isso porque o ministro Capanema (mineiro e amigo dos intelectuais do seu estado) possuía afinidades com os princípios estéticos e poéticos do ideário modernista (FONSECA, 2005).

Assim, Gustavo Capanema convocou Carlos Drummond de Andrade para ser chefe de seu gabinete, Lúcio Costa e sua equipe modernista para elaboração do projeto para sede do Ministério da Educação e Saúde (MES) e Mário de Andrade para desenvolver o

anteprojeto de criação do Patrimônio Nacional, entregue à direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, encarregado da redação do Decreto-lei nº 25/37, que institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (FONSECA, 2005).

O Decreto lei nº 25 manteve relação com outros projetos de lei que vinham sendo desenvolvidos no país desde a década de 1920, mas que eram bem incipientes quando comparados à legislação preservacionista européia. O primeiro desses projetos, escrito nos primeiros anos da década de 1920 foi o de Alberto Chile (conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional) (FONSECA, 2005).

Em 1923, com a colaboração de José Mariano Filho, o deputado Luiz Cedro, submete à câmara o projeto de lei que institui a Inspetoria dos Monumentos Históricos (que teve como fundamento a legislação francesa) (FONSECA, 2005).

Já em 1924 outro deputado, dessa vez Augusto de Lima, apresenta um projeto que visava a proibição da saída de obras de arte tradicional brasileira do país. Cria-se, portanto, no estado de Minas Gerais uma comissão para estudar o assunto, a qual tinha como jurista Jair Lins, que elaborou um projeto de lei de 1925 (FONSECA, 2005).

Contudo, a primeira lei federal referente a questão do patrimônio é promulgada apenas em 1933, devido ao golpe de 1930 que interrompe as discussões que tramitavam no Congresso. Tal lei consagra a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional (FONSECA, 2005).

Todos os projetos de lei que vinham sendo discutidos na Câmara desde o início da década de 1920 acabaram esbarrando na questão do pleno exercício ao direito de propriedade, garantidos pela Constituição republicana de 1891, o qual foi alterado apenas com a promulgação do novo texto constitucional em 1934 (FONSECA, 2005).

Promulgada em 16 de julho de 1934, a Constituição Federal institui a função social da propriedade como princípio constitucional. O artigo 133, inciso 17, garantiu o direito de propriedade, mas estabeleceu que este não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar (ANDRADE APUD REIS E CUNHA 2005, p. 55)

Tal proteção mesmo tendo o respaldo do Decreto-lei assinado por Getúlio Vargas (em plena ditadura do Estado Novo) teve de enfrentar inúmeras dificuldades. Por isso,

os primeiros anos de atuação do SPHAN foram caracterizados por uma luta incessante em prol da obtenção das condições necessárias (tanto políticas quanto sociais) para a efetiva atuação do órgão na sociedade brasileira. As forças se concentraram na legitimação social da idéia de proteção ao patrimônio nacional e na defesa dos pressupostos do Decreto-lei nº 25 (FONSECA, 2005).

Devido à essa relação existente entre um Estado centralizador e autoritário e um órgão comprometido com a renovação da sociedade cabe perguntar qual o papel atribuído a esse órgão pelo governo, o que esperavam os intelectuais quando ali se propuseram a estar e que tipo de ação concreta essa situação resultou em relação a preservação dos bens do país.

Uma análise de como os agentes do SPHAN lidaram com os seus ideais junto a um governo autoritário é de suma importância para compreender a feição específica que tal órgão assumiu enquanto um órgão do Estado na área da Cultura. (FONSECA 2005, p. 106 a 122).

O Estado incumbindo-se de responsabilidade pela identidade cultural brasileira, mediante esse contexto de poder centralizador, recorria aos intelectuais para alcançar a unidade orgânica da nação que tanto desejava realizar. No entanto, mesmo o patrimônio sendo uma autarquia dentro desse regime a ação mais intensa de controle por parte do governo foi para com a educação que era alvo de planos de reestruturação e estratégias. Isso garantiu ao SPHAN certa autonomia em relação ao discurso oficial.

A atividade desenvolvida por esse grupo de intelectuais no SPHAN gozou de surpreendente autonomia dentro do MES. Desde o início a área de patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura produzida pelo SPHAN sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo (FONSECA, 2005, p. 98).

Ainda de acordo com FONSECA (2005), tal autonomia adquirida pelo SPHAN era devido ao pouco interesse que o governo devotava ao órgão. O Estado Novo enxergava na criação do SPHAN mais do que a construção do patrimônio nacional um importante instrumento de cooptação de intelectuais de diferentes matrizes de pensamentos.

Lúcio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos de 1937 a 1972, fornece elementos para a compreensão de algumas características do momento fundador do

Patrimônio Nacional e dos encaminhamentos da Instituição em seus documentos de trabalho¹⁹, através dos quais revela as opções a que tangiam o tombamento e à restauração praticada pelo SPHAN. Isso além de apresentar a qual passado ou tradição se desejava dar visibilidade (FONSECA, 2005).

Cabe destacar que os arquitetos envolvidos com o patrimônio eram filiados aos CIAM²⁰ e conseqüentemente à Carta de Atenas de 1933, na qual Le Corbusier afirma que nem todo edifício do passado tem direito a perenidade e que exigências relativas à salubridade e circulação teriam preferência salvo casos excepcionais (FONSECA, 2005).

Ao que tange as artes os modernistas se voltaram às vanguardas européias, efetivando assim a reatualização cultural do país a que se propunham. Já em relação ao tratamento que seria dado ao patrimônio e a própria compreensão do que viria a ser um monumento artístico e histórico, o olhar do SPHAN se voltaram para antes do século XIX, desconsiderando a restauração até então estabelecida como disciplina há pelo menos um século (FONSECA, 2005).

Apesar dessas posturas assumidas, não se pode deixar de ressaltar o mérito do órgão nas primeiras ações do Patrimônio Nacional e a postura ética e combativa assumida pelos membros do SPHAN. Em seus pareceres de tombamento, Lucio Costa já combatia a especulação imobiliária e defendia a qualidade do espaço urbano se colocando contra a prevalência dos interesses privados sobre os públicos (FONSECA, 2005).

Entre as décadas de 1960 e 1970 surgiram inúmeras críticas sobre os ideais do modernismo e aquelas instituições a ele relacionadas, resultante da postura dogmática dos agentes do patrimônio. A acusação de que o patrimônio instituído pelo SPHAN de 1937 a 1968 era branco, católico e agrário não se comprovou²¹ nas análises de bens tombados feita por Maria Cecília Londres Fonseca. Contudo, os bens de pedra e cal predominaram claramente em relação aos outros e dentre as edificações tombadas prevaleceram as Igrejas mineiras do século XVIII, seguidas pela arquitetura urbana de princípios do século XIX (FONSECA, 2005).

A ampla noção de patrimônio existente no anteprojeto de Mário de Andrade, por sua vez, não foi incorporada ao andamento da instituição, a ponto desta se encontrar

¹⁹ COSTA, Lucio. Documentos de Trabalho. Organizado por José Pessoa. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p. 21-97.

²⁰ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – constituíram uma organização e uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna européia a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do design.

²¹ FONSECA, 2005, *passim*.

completamente isolada política e socialmente, não correspondendo às demandas da sociedade. Em 1968, com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, assume a diretoria do Patrimônio o arquiteto Renato Soeiro (o qual não tinha o mesmo carisma e prestígio do antecessor) e a partir daí os problemas e tensões instalados na instituição ganham maior visibilidade (FONSECA, 2005).

Em 1945, o fim do Estado Novo e o governo democrático de Vargas não haviam afetado o Patrimônio Nacional, mas nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram transformações de grande impacto na atuação preservacionista, devido à intensificação da industrialização, do processo de urbanização e crescimento das cidades em que a sociedade passou a associar progresso nacional com modernização.

A partir daí têm-se em 1967 as Normas de Quito, fruto da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, promovida em Quito pela Organização dos Estados Americanos, quando se propôs conciliar o valor cultural e o valor econômico tentando mostrar que esses conceitos não eram totalmente excludentes quanto à preservação de bens patrimoniais (FONSECA, 2005).

Tal documento prevê o uso dos monumentos histórico-artísticos em função do desenvolvimento econômico-social, além de propor a aliança entre as políticas de planejamento urbano e de preservação, devido à necessidade de conciliar medidas de salvaguarda dos valores ambientais com o progresso urbano. Afirma que da mesma forma que as riquezas naturais do país, os monumentos de interesse histórico, arqueológico e artístico também constituem recursos econômicos. Com isso justificava a necessidade de que as medidas em favor da sua utilização constassem nos planos de desenvolvimento regional e nacional com o objetivo de a partir de um processo de valorização, colocar em produtividade uma riqueza inexplorada, favorecendo assim o turismo cultural (NORMAS DE QUITO, 1967).

Logo depois, resultante respectivamente do 1º e 2º Encontro dos Governadores de Estado surge o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), documentos através dos quais é estabelecido o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973, o qual tinha como objetivo principal dar suporte à exploração turística das cidades históricas e seus monumentos:

A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo

dessa instituição a referência conceitual e técnica. Propiciou, por outro lado, a criação, durante as décadas de 70 e 80 de órgãos locais de patrimônio e a elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo caminhos efetivos para a descentralização (FONSECA 2005, p. 143).

Ainda, seguindo essa orientação da exploração turística dos monumentos históricos, artísticos e arqueológicos é instituído o órgão estadual paulista de preservação, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1968. O encaminhamento dado ao órgão fica claro ao ser desvinculado da área educacional e ser colocado no interior da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (FONSECA, 2005).

Em meados da década de 1970 é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) constituído por professores de diferentes áreas da Universidade de Brasília, o qual tinha como objetivo a criação de um banco de dados sobre a cultura brasileira, pensando a produção cultural de maneira articulada à questão do desenvolvimento.

Tratava-se não de eleger símbolos da nação ou de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais (FONSECA 2005, p. 144).

Nota-se com isso que a noção de patrimônio histórico e artístico, presente no ideário patrimonial brasileiro até esse momento é aqui substituído pela noção de bem cultural, o que representaria uma ampliação no alcance das práticas patrimoniais implementada no Brasil. A questão da nacionalidade e da identidade nacional ainda permeia discussões sobre a cultura e o patrimônio; todavia, a nacionalidade começa a emergir sem estar vinculada a idéia de registro da nação.

Ao CNRC não interessava [...] atuar sobre bens que fossem meros registros do seu passado; [...] Seu interesse se voltava para as manifestações culturais “vivas”, inseridas em práticas sociais contemporâneas (MAGALHÃES APUD FONSECA 2005, p. 152).

Outra preocupação que se tinha estava em mostrar a capacidade dessas manifestações culturais em gerar valor econômico, apresentando alternativas ao desenvolvimento brasileiro, pois essas práticas deveriam garantir, sob ameaça homogeneizadora das grandes potências imperialistas, a emancipação política, econômica e cultural do país (FONSECA, 2005).

Em 1979, o IPHAN²² é transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), o qual é reunido em uma única instituição juntamente com o PHC e o CNRC, sob direção de Aloísio Magalhães.

Com a fusão do CNRC ao IPHAN e com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória²³, pretendia-se dar novos contornos à prática patrimonial. Na renovação das ações preservacionistas pretendia-se a incorporação de produtos das culturas popular, indígena e afro-brasileira. Tal incorporação passa a ganhar contornos políticos, a partir da década de 1980, quando o patrimônio emerge como uma expressão da desigualdade presente na sociedade brasileira, integrado a luta pela democratização na política e na cultura.

Ao propor a introdução de bens do “patrimônio cultural não-consagrado” no patrimônio histórico e artístico nacional [...] a política da FNPM visava a se inserir na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania. [...] o CNRC não lidava com os conceitos da arte e da história, sobre que se fundamentava a ação do IPHAN, mas com categorias apresentadas como “novas” no sentido de reelaboradas [...](FONSECA 2005, p. 157).

Percebe-se então uma mudança no sentido de que o patrimônio pudesse abarcar uma variedade maior de bens, dos quais se esperava que dessem conta da diversidade cultural e social brasileira. Essa noção de patrimônio foi incluída no texto constitucional de 1988, cujo artigo 126 registra a expressão “patrimônio cultural”.

²² O antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) se transformou em diretoria (DPHAN) em 1946. Em 1970 se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se transformando em Secretaria (SPHAN) novamente em 1979. Em 1981 mesmo mantendo a sigla anterior a instituição torna-se Subsecretaria e em 1990 passa a ser Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 volta a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominação que se mantém até os dias atuais.

²³ A Fundação Pró-Memória foi criada pelo MEC em setembro de 1979, propunha a criação da Fundação Nacional Pró-Memória como órgão executivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na prática essa ampliação do conceito de patrimônio histórico se torna um problema, pois o tombamento (forma consagrada de preservação no país), de acordo com as determinações legais, não é adequado para proteção de bens imateriais.

Na atividade desenvolvida pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência [...]. Atualmente, [...] o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem (FONSECA 2005, p. 180).

A luta pelos direitos da cidadania e pela inclusão social permanece no trato com o patrimônio durante as décadas de 1980 e 1990. Essa luta se apresenta no aumento da demanda por tombamentos de bens provenientes de grupos sociais vinculados às minorias étnicas ou sociais (que enxergavam nesses tombamentos o reconhecimento de sua história como parte da história da nação) (FONSECA, 2005).

Contudo, para que haja esse tombamento, essas minorias dependem da atuação do corpo técnico dos órgãos do patrimônio, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, os quais nem sempre são sensíveis às demandas populares, por estarem ainda ligados aquela noção mais erudita do valor estético e histórico. E embora o tombamento em âmbito federal continue sendo o de maior prestígio, os órgãos municipais tem maior possibilidade de atender às solicitações das minorias, visto que, determinar a representatividade de um bem para a nação, é algo mais complexo. Assim, muitos municípios tem instituído órgãos locais de preservação procurando atender à inflação patrimonial (CHOAY, 2006, p. 239), observada na última década do século XX e no início do século XXI.

Em suma, o que se nota apesar das transformações e revisões dos conceitos operados pelas instituições ligadas ao patrimônio no país é que foram muitas as dificuldades e desafios que se colocaram à atuação do SPHAN/IPHAN, assim como para os órgãos estaduais e municipais de preservação.

Um exemplo encontra-se em relação à participação da sociedade civil nas decisões a serem tomadas, em como garantir que os bens tombados sejam realmente representativos dos diferentes grupos da nação.

Tudo isso aliado às dificuldades de operação desses órgãos sempre à margem dos interesses políticos mais imediatos, desprovidos de recursos necessários para desempenhar seu trabalho, bem como a distância estabelecida entre o Planejamento Urbano e o Patrimônio, os quais muitas vezes defendem interesses contrários.

Portanto, a preservação deve ser pensada como um trabalho de reconstrução do passado, de preservação da memória e da identidade de um povo no presente. E é nesse presente que tanto os órgãos públicos quanto a sociedade civil devem encontrar um meio de trabalhar juntos em prol do benefício da sociedade atual e gerações futuras, o que se exprime na preservação da história, das tradições e da cultura.

3. MARCOS REGULATÓRIOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

3.1 CARTAS PATRIMONIAIS

Em meio ao processo de evolução da discussão acerca do patrimônio histórico cultural tanto no mundo quanto no país, surgem alguns documentos que servem de norte para a criação e implementação das políticas preservacionistas de cada nação conforme seu contexto histórico, político e econômico que são as chamadas Cartas Patrimoniais, as quais serão mais bem detalhadas a seguir.

A Carta de Atenas de 1931 apresentou ao mundo uma série de princípios gerais acerca das edificações patrimoniais e sua proteção em diversas nações. Afirma que tais monumentos são de direito da coletividade e que cabe ao governo de cada país desenvolver políticas administrativas e legislação adaptadas às circunstâncias locais e a opinião pública, não ignorando os sacrifícios a que estão expostos os proprietários de edificações históricas.

Apresenta-se como um norte, uma diretriz, para que cada Estado através dessa “cartilha” possa desenvolver uma política de preservação em relação ao seu patrimônio histórico. Dispõe resumidamente sobre o valor desses monumentos para a sociedade, sobre os materiais de restauração, sobre a deterioração desse arsenal e sobre técnicas de conservação entre outros temas. A Carta traz ainda algumas recomendações acerca da necessidade de apoio técnico por parte de arquitetos, conservadores de monumentos e do Escritório Internacional de Museus.

Um dos pontos interessantes neste documento refere-se à preocupação com monumentos em ruínas, e por isso procura deixar bem claro que este tipo de monumento merece uma conservação escrupulosa, em que sua remoção do local original somente deve ser feita se esse for o único meio de obter sua conservação. De modo geral expõe o abandono das reconstituições integrais dos monumentos e recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, garantindo a preservação dos diferentes estilos de cada época.

Em seguida, em 1933, há a apresentação de outra Carta de Atenas, resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Esta Carta vem dispor sobre a estrutura física das cidades, sua unidade geográfica, os limites administrativos, os aspectos sociais, econômicos e políticos aliados aos princípios do individual e do coletivo, os quais embora contraditórios acabam por se complementar e influenciam no processo de desenvolvimento de

uma sociedade. Vem tratar de pontos da história que influenciaram a arquitetura das cidades, desde descobertas científicas, desenvolvimento das comunicações e meios de transportes até as questões geográficas e territoriais em que estavam inseridos esses monumentos.

O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna afirma e discute o fato do desenvolvimento das cidades estarem relacionadas a mudanças contínuas em seu processo de evolução histórica, ressaltando que o contexto histórico é muito relevante para o nascimento de novos monumentos e edificações, fazendo menções aos diferentes tipos de construções em diversas épocas. Avalia e discute ainda as habitações e moradias do século XIX, a partir de aspectos como lazer e trabalho. A saber, que esta Carta está inserida no mesmo contexto da outra Carta de Atenas (1931), e por isso as questões relevantes são praticamente as mesmas; o que se pode observar sobre esta, e talvez seja um de seus pontos mais importantes, é que a questão do patrimônio aparece aliada ao urbanismo, sendo discutida por um único grupo de profissionais, ou seja, através de um único viés de avaliação, o dos arquitetos.

Já em 1964, a Carta de Veneza aparece neste cenário versando sobre Conservação e Restauração dos Monumentos e Sítios. Tal documento vem dotado da função de reexaminar e aprofundar aquela primeira forma desenhada pelas Cartas de Atenas sobre os princípios básicos que devem presidir a conservação e a restauração dos monumentos históricos. O interessante desta Carta são os novos elementos apresentados, ou seja, o termo autenticidade aparece como algo de grande relevância em se tratando de patrimônio, e portanto, a Carta recomenda que este aspecto seja tratado com mais atenção, além de reclamar a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental. O surgimento dessa consciência de que a assunto patrimonial é algo multidisciplinar representa uma conquista para a salvaguarda tanto da obra de arte quanto do testemunho histórico.

Os sítios monumentais e as escavações também são abordados na medida em que devem ser asseguradas as manutenções de suas ruínas, seu saneamento e sua valorização visando sempre salvaguardar sua integridade.

Em 1972, ocorre a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, a qual acrescenta a este cenário o conceito de *lugares notáveis* dando início ao que viria a ser Patrimônio Imaterial, além de expandir um pouco mais o conceito de Patrimônio Histórico para o então chamado Patrimônio Cultural.

A Recomendação de Nairóbi, datada de 1976, dispõe sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e a função que estes possuem na vida contemporânea. O início do documento faz menção à importância desses conjuntos para a identidade de um povo e

recrimina as destruições e reconstruções irracionais do patrimônio histórico sob pretexto de expansão ou modernização.

Além disso, as recomendações acerca da conservação dos conjuntos históricos começam a ser elaboradas com base na possibilidade de homogeneização e aculturação resultantes do processo de globalização. E é nesse momento que surge a necessidade de retomar a importância dos valores tradicionais, onde o planejamento urbanístico se volta para aquelas cidades que mantiveram suas peculiaridades, como as cidades antigas.

Este documento assemelha-se a uma cartilha de como elaborar políticas nacionais, regionais e locais a fim de salvaguardar os conjuntos históricos e adaptá-los a vida contemporânea da sociedade. Um dos pontos importantes desse documento é referente à quais elementos devem ser incluídos nas medidas de proteção, em que são citadas pela primeira vez as atividades humanas (embora sem muito aprofundamento). A Recomendação de Nairóbi deixa claro que essas medidas de salvaguarda e essas políticas deveriam servir de subsídios para orientar a ordenação urbano-rural e o planejamento físico-territorial das cidades ao invés do poder público procurar adaptar as construções históricas ao espaço físico das cidades. O papel do planejamento urbano passa a ser percebido como um eficiente instrumento de preservação do patrimônio.

Em 1987, a Carta de Petrópolis surge no cenário brasileiro como resultado do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, tendo como conteúdo os princípios básicos dispostos na Recomendação de Nairóbi, mas com políticas adaptadas ao contexto econômico, social e político do Brasil. Apresenta brevemente o sítio histórico urbano (SHU), apontando a polifuncionalidade como sua principal característica, além de afirmar que sua preservação não se deve fazer à custa de exclusividade de usos. O sítio histórico urbano deve abrigar tanto o universo de trabalho quanto o do cotidiano e para que haja sua preservação é necessária ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais bem como a participação da comunidade nas decisões de planejamento.

Nesse contexto outra Conferência da UNESCO é realizada em 1989 acerca da salvaguarda da cultura tradicional e popular. Embora alguns documentos anteriores já tivessem feito menção as tradições, os costumes e as culturas locais, é somente neste documento que o conceito de Bem Imaterial, engloba de maneira efetiva a cultura tradicional e popular, objetivando obter tratamento diferenciado e mais atenção as culturas que são dominantes.

Esse aprofundamento sobre o assunto patrimônio e essa mudança na concepção de patrimônio apenas material englobando também o patrimônio imaterial é a principal

característica do documento. Contudo, embora tenha sido um avanço para salvaguarda do patrimônio, as intervenções permaneceram ainda focadas nos monumentos.

A Conferência de Nara (1994), por sua vez, traz como tema central de discussão a autenticidade e originalidade dos monumentos históricos, desafiando o pensamento tradicional sobre a conservação, visando a promoção de um maior respeito às diversidades do patrimônio cultural dentre as práticas de conservação. Afirma ainda que a diversidade das tradições culturais é uma realidade e que as culturas menores não devem ser menosprezadas em função de culturas nacionalistas.

Todas as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994, P. 320).

De acordo com o documento, cada sociedade deve procurar equilibrar as suas próprias necessidades com as de outras culturas sem que para isso necessite abrir mão de seus próprios valores culturais. A autenticidade de um monumento, então, aparece como o principal fator de atribuição de valores no plano da cultura e o julgamento sobre a atribuição desses valores pode diferir de cultura para cultura, não sendo, portanto aqueles dois elementos critérios fixos de avaliação.

Em 1997 é elaborada a Carta de Fortaleza, documento resultante do seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em comemoração aos seus 60 anos de criação. Tal documento por meio do reconhecimento da importância das formas de expressão, dos modos de criar, de fazer e viver e em especial da cultura popular vem promover o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial. A partir daí faz uma série de recomendações acerca de como salvaguardar esse bem, além de dispor sobre a criação de diretrizes e instrumentos legais e administrativos que auxiliem nesse objetivo, explicitando qual o papel do IPHAN e do Ministério da Cultura nesse sentido.

Já em 2003 ocorre a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizado pela UNESCO, que vem considerar a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural, explicitar quais atividades se inserem no âmbito

de patrimônio imaterial, conscientizar no plano local, regional e nacional da importância desse patrimônio e buscar a cooperação e assistência internacionais sobre o tema.

Tal documento consubstancia idéias sobre valorização e preservação patrimonial e promove o inventário da propriedade cultural a salvaguardar a criação de um comitê intergovernamental para a proteção do patrimônio intangível da humanidade, junto a confecção de uma lista do patrimônio cultural intangível necessitado de proteção urgente. No entanto, a rapidez de todo o processo implicou, infelizmente, em que muitos países não dessem espaço a uma discussão pública séria destas questões, agindo os representantes desses países sem claras indicações quanto à sua percepção pública e sem elementos substanciais de fundamentação da sua posição por parte dos “peritos” nacionais.

Segundo a Constituição Federal, os bens de natureza material e imaterial são portadores de referência para a identidade, a ação e a memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. O dever de valorizá-los e preservá-los deve-se à necessidade de preservar a memória nacional, de proteger um conjunto de ações e manifestações culturais que traduzem o nosso ser, são fonte de nossa identidade, e, portanto, conformam a sensação de pertencimento dos grupos em suas respectivas comunidades, de modo local, e na nação brasileira, em escopo ampliado. (Artigo 216).²⁴

²⁴ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

3.2 ATUAÇÃO DO IPHAN E DO CONDEPHAAT

Após discorrer sobre a trajetória do patrimônio em âmbito federal, assim como os órgãos federais por este responsável, cabe neste momento iniciar uma abordagem mais profunda quanto aos meios de proteção e órgãos regulatórios da esfera estadual e municipal.

Assim, Luís Saia era o engenheiro-arquiteto auxiliar de Mário de Andrade nos trabalhos como representante do SPHAN, em São Paulo, desde os primeiros anos de criação do órgão. Mário de Andrade e seus colaboradores fizeram inúmeras visitas a diferentes locais do estado em busca de exemplares arquitetônicos que pudessem ser inscritos nos Livros do Tombo do SPHAN. Isso porque, segundo, opinião de Luís Saia ainda havia incompreensão das peculiaridades do desenvolvimento da arquitetura regional, a qual não poderia, com bom proveito, ser analisada com base em esquemas ou padrões estético-históricos pré-definidos (FONSECA, 2005).

O engenheiro-arquiteto acreditava também que para que se pudesse compreender a qualidade artística e a importância histórica das edificações do estado de São Paulo havia a necessidade de se desvencilhar de antigos padrões e pré-conceitos. Entretanto, para o diretor do SPHAN na época, Rodrigo M. F. de Andrade os monumentos paulistas eram dotados de aparente pobreza (FONSECA, 2005).

São Paulo, não obstante tenha sido despojado da parte mais importante, talvez de seu acervo arquitetônico, especialmente na capital do estado e em Santos, possui algumas das edificações civis de feição mais genuína de nosso passado, - as casas rurais do planalto paulista erguidas na segunda metade do século XVII e nos primeiros anos do séc. XVII[...] (ANDRADE APUD REIS E CUNHA 2005, p.106).

A grandeza da arquitetura local, detectada por Luís Saia, estava exatamente na sobriedade das soluções adotadas, em que se percebia a perfeita adaptação do programa de necessidades ao contexto local, resultando em uma produção sem apelos a modismos ou vícios importados de contextos ultramarinos, caracterizando-se assim genuinamente nacional. Assim, a valorização do patrimônio paulista se dá sob os olhos dos arquitetos do Patrimônio,

na busca por aquelas manifestações de uma produção, eminentemente nacional (FONSECA, 2005).

Em meio a esse contexto, que num primeiro momento Mário de Andrade e depois Luís Saia com o auxílio de outros colaboradores do Patrimônio Nacional (inclusive fotógrafos) dão início a trabalhos de inventário de bens do estado de São Paulo (FONSECA, 2005).

Segundo Rodrigo M. F de Andrade com base no que determinava o Decreto-lei nº 25, a tarefa que cabia ao SPHAN consistia no:

[...] inventário, tombamento e manutenção do conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] Entendem-se também de notável valor histórico para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, todos os bens móveis ou imóveis que possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituíram a população brasileira (ANDRADE APUD REIS E CUNHA 2005, P.107).

Com base nos objetivos citados acima, a atuação do IPHAN no município de Sorocaba teve início em 1937, nos primeiros anos de criação do órgão, caracterizando-se praticamente pelo trabalho de levantamento fotográfico, por meio do qual se buscava aqueles bens que fossem representativos face ao caráter nacional e que atendessem aos pressupostos do Decreto-lei nº 25, utilizando-se do tombamento (FONSECA, 2005).

Cabe destacar assim, o importante papel desempenhado por Mário de Andrade, cujo estabelecimento de muitos parâmetros e critérios continuariam a ser adotados nos trabalhos a serem desenvolvidos pela regional paulista do SPHAN, tempos depois. São Paulo não foi um estado pródigo em inscrições pelo SPHAN ainda mais quando comparado a Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, muito do que foi feito foi com base em levantamentos realizados por Mário de Andrade (FONSECA, 2005).

Tais levantamentos, com espectro de ação mais amplo, se distanciava das propostas iniciais do escritor no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Nacional, em que a apreciação e valoração dos bens culturais, se restringia quase que exclusivamente as obras de arquitetura, guiado pelo critério estético-formal (FONSECA, 2005).

No caso específico de Sorocaba, o SPHAN em seus primeiros anos de funcionamento, realizou inúmeras visitas e fotografias das edificações ali presentes. No entanto, Mário de Andrade, em seu primeiro relatório destaca apenas as igrejas de Santo Antônio e Santa Clara além do Mosteiro de São Bento. O Mosteiro, por sua vez, não possui fotografia daquela época, pois a ausência do bispo e do prior impossibilitaram que o fotografassem, impossibilitando ainda a obtenção de dados históricos (por meio do bispo). (ANDRADE APUD REIS E CUNHA, 2005).

O resultado de tal trabalho de inventário no município de Sorocaba foi apenas uma única inscrição no Livro de Tombo Histórico em 1964 (quase 30 anos após as primeiras visitas de técnicos do Patrimônio ao local). Desse trabalho, portanto, correspondem os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (primeira iniciativa brasileira na área siderúrgica), visto, que a maior parte dos bens inventariados pelos técnicos do Patrimônio Nacional já não existe mais, ainda que alguns permaneçam no tecido urbano e sejam reconhecidos oficialmente como patrimônio estadual ou municipal (FONSECA, 2005).

Esse trabalho de inventário fotográfico realizado pelos técnicos do IPHAN, sobre os bens de Sorocaba e região, estão arquivados na sede da 9ª Superintendência Regional do órgão, na cidade de São Paulo. Segundo pesquisa a esse arquivo realizada por Reis e Cunha 2005, foram encontrados vinte obras ao todo de arquitetura registrada, sendo que na maioria dos casos a documentação restringia-se a uma única foto para cada bem, o que ainda de acordo com a pesquisadora indicaria o pouco interesse das mesmas frente ao trabalho de levantamento a que se propunham os técnicos do Patrimônio.

O arquivo de fotografias existente é referente a um período que vai de 1937 a 1949 (relativo ao trabalho de inventário), contando com documentos das obras de restauração da Fazenda Ipanema (de 1968 a 1978) executada pelo IPHAN. Além de fotografias dos primeiros bens inventariados que foram o Convento de Santa Clara e a Igreja de Santo Antônio (foto de Hugo Graeser, de outubro de 1937), seguidos por fotos do Mosteiro de São Bento (foto de Hugo Graeser de Julho de 1940).

Embora dentre os bens documentados se encontre diversas igrejas, residências urbanas, casas rurais e algumas capelas rurais (tipologias variadas), a época de construção é o que existe em comum entre eles. Os diferentes edifícios registrados datam do período colonial, estendendo-se até a fundação da cidade de Sorocaba, em meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Em meio a essas fotografias não se encontram nenhum registro de edificações que sejam de época posterior.

Ainda segundo Reis e Cunha (2005) que se baseou no número de fotografias existente de cada bem, esta deduz que os bens que despertaram maior interesse foram o Mosteiro de São Bento, o Convento de Santa Clara e a Igreja de Santo Antônio, todos localizados no primitivo núcleo da vila fundada por Baltazar Fernandes. Uma residência implantada na altura do número 106 da Rua Nogueira Padilha, a Chácara do Quinzinho, a Casa grande de Itavuvu, as capelas rurais de Nossa Senhora Aparecida e de Itavuvu e a Fábrica de Ferro São João de Ipanema.

Em relação ao Mosteiro de São Bento, o levantamento deste é formado por fotografias externas e internas do edifício, incluindo a nave, a capela-mor e o coro da Igreja de Santa Ana. O claustro e seus corredores, detalhes decorativos como as talhas dos altares e as pinturas em tela da Igreja além de detalhes construtivos como a torre e a portada principal.

O Mosteiro de São Bento e a Igreja de Santa Ana datam da segunda metade do século XVII e são remanescentes do período de constituição da Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. A Igreja de Santa Ana, construída a partir da antiga capela de Nossa Senhora da Ponte, conservou o arcabouço da primitiva capela, apesar das ampliações e reformas sofridas quando passou às mãos dos monges beneditinos. Ao lado da Igreja os monges fizeram construir o Mosteiro, cujas obras somente foram terminadas no começo do século XVIII (PRESTES, 1999).

Ambas construções foram feitas com taipa de pilão, os grandes beirais foram substituídos pela platibanda a partir das exigências do Código Municipal de Posturas de 1916, conservando-se até hoje. O Mosteiro e a Igreja são tombados em nível estadual pelo CONDEPHAAT desde 1978 (PRESTES, 1999).

A partir da década de 1960, as práticas preservacionistas no Brasil começam a ser questionadas (ainda eram centralizadas na figura do Patrimônio Nacional), sendo que durante a década de 1970 essas práticas passaram a ser questionadas de modo mais intenso, juntamente com a contestação dos ideais e valores propugnados pelo movimento moderno de modo mais amplo e das instituições a ele relacionadas (FONSECA, 2005).

Já no início da década de 1950 os agentes do patrimônio passaram a sofrer pressões advindas das diversas camadas da sociedade brasileira, em meio ao intenso processo de urbanização e industrialização estimuladas pelas políticas desenvolvimentistas do país. Em meio a esse período pretendia-se a conciliação dos valores culturais com os valores econômicos ao que tange a conservação de bens patrimoniais. E com isso os compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971) recomendam a exploração turística dos monumentos

históricos, artísticos e arqueológicos no território como um meio de geração de renda com fim de manter os municípios e comunidades detentoras desses bens (FONSECA, 2005).

Em 1967, o governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, instituiu por meio de uma reforma administrativa a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, onde seria instalado posteriormente o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgão estadual de preservação do patrimônio (FONSECA, 2005).

Embora muitos acreditem que a criação do CONDEPHAAT (em 1968) foi uma consequência da crise instalada no Patrimônio Nacional nas décadas precedentes, não se pode afirmar, visto que a sua criação foi precedida de inúmeras tentativas nesse sentido desde a primeira metade da década de 1930, ainda ao que tange o Departamento de Cultura criado em 1934 durante a gestão de Fábio Prado na prefeitura de São Paulo. Segundo seus idealizadores a próxima etapa a partir da criação do Departamento de Cultura do município de São Paulo, seria sua criação em âmbito estadual e federal (FONSECA, 2005).

Tais planos de expansão das atividades do Departamento de Cultura foram garantidos a seus idealizadores pelo candidato a Presidência da República, Armando Salles Oliveira, mas com o poder nas mãos de Getúlio Vargas esses planos não somente foram destituídos, como também se encerrou as atividades do Departamento de Cultura (FONSECA, 2005).

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública passou a defender desde 1936 a campanha em prol da preservação do patrimônio como um item integrante da política de modernização e atualização cultural implantada pelo governo Vargas. Sendo assim, Paulo Duarte (deputado estadual) a pedido do ministro retarda a apresentação de seu projeto para a instituição do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico no estado de São Paulo, evitando com isso possíveis conflitos com Getúlio Vargas devido a concorrência entre Estado e União (FONSECA, 2005).

Diretor do 4º Distrito do Patrimônio Nacional, Luís Saia, no início da década de 1950, propôs a elaboração de um novo projeto para a criação de um órgão estadual de preservação que agisse em colaboração com o órgão federal, em São Paulo. Tal projeto foi apresentado pelo deputado Antônio da Cunha Bueno e se transformou na lei estadual nº 1.048/51, prevendo a formalização entre as duas esferas de atuação (FONSECA, 2005).

Com esse intuito, Luís Saia apresentou ao governo o texto “Sugestões para uma fórmula de colaboração”, que deu suporte a lei supracitada. Tal texto garantiu que os interesses do órgão federal de preservação não fossem contrariados por meio do

estabelecimento de uma hierarquia de atuação. No entanto, essa tentativa de implantação do órgão estadual de preservação não seguiu adiante, assim como as tentativas de 1957, durante o governo de Jânio Quadros e a de 1962, no 2º Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (FONSECA, 2005).

A criação do CONDEPHAAT, por sua vez, apresentou a instauração de uma instituição com plenos poderes, ao contrário da proposta de Luis Saia em que o órgão local não teria o tombamento como atribuição, delegando ao patrimônio estadual apenas mais uma divisão de tarefas (FONSECA, 2005).

No ano de 1969 foi regulamentada a questão do tombamento de bens (competência do Secretário de Cultura, Esportes e Turismo), que passou a funcionar inicialmente em bases bem precárias. Nos anos seguintes outros decretos definiram a ampliação nas representações para composição do Conselho e a estrutura técnica do órgão, mas mesmo com tudo isso, o órgão não foi tratado como prioridade política nos governos que o sucederam, ocasionando a falta de políticas de preservação bem definidas (FONSECA, 2005).

Ainda, ao que tange o CONDEPHAAT, este apresenta três fases de atuação, sendo que a primeira se estende de 1969 a 1975 e reproduz de modo geral, a ortodoxia do SPHAN; a segunda que se estende de 1975 a 1982 na qual se nota um movimento de ampliação no conceito de patrimônio; e a terceira fase, que se estende de 1982 a 1987, de democratização do patrimônio paralelamente à democratização e abertura política do próprio país, buscando formas de aproximação com a sociedade civil nas ações propostas pelo órgão (FONSECA, 2005).

O ponto de conciliação entre os arquitetos (privilegiavam os monumentos arquitetônicos coloniais), em maior número no Conselho, com os membros do Instituto Histórico e Geográfico e outras representações mais conservadoras do Conselho (privilegiavam os monumentos de grandes vultos da história oficial e das elites oligárquicas) ocorreu através da consagração da figura do bandeirante e da casa bandeirista, como paradigma da grandeza paulista (FONSECA, 2005).

A partir da segunda metade da década de 1970, o CONDEPHAAT adotou novos objetos de proteção, que colocava como finalidade última o homem, produtor da cultura. Opera-se assim no interior do órgão a discussão de novas idéias e conceitos, influência esta em grande parte devido a renovação ocorrida nas práticas historiográficas e também ao impacto do curso ministrado na FAU/USP pelo representante da UNESCO, Hugues de Varine-Bohan, em 1974. O que se pretendia com essa ampliação conceitual

(patrimônio histórico passa a operar como patrimônio ambiental urbano) era que o monumento não fosse mais considerado como isolado e excepcional e passasse a participar da vida cotidiana e da identidade de um lugar (FONSECA, 2005).

Outra abordagem em relação a conservação desses bens patrimoniais surge devido ao acelerado processo de desenvolvimento urbano, que acarreta danos a vida das pessoas e o patrimônio ambiental urbano surge como um meio de resgate dessa qualidade de vida. Com isso os órgãos governamentais incumbidos de planejamento urbano adentram o campo de atuação dos preservacionistas, visando equacionar o crescimento urbano com a conservação do patrimônio (FONSECA, 2005).

A participação da sociedade civil nas ações implementadas pelo CONDEPHAAT passou a ser mais intensa no início dos anos de 1980. A abertura política em curso no país encontrou ecos na busca por uma democratização do acesso ao patrimônio, a partir da gestão de Aziz Ab'Saber de 1982 a 1983 e de Antonio Augusto Arantes de 1983 a 1984 na presidência do Conselho. Com isso, criaram-se conselhos comunitários nas cidades alvo de estudos para tombamento, com o objetivo de discussão dos problemas e proposição de soluções com a participação da comunidade. O número de solicitações de tombamento externas ao órgão aumenta a partir daí e, aos poucos, o tombamento se confirma como uma importante reivindicação social (FONSECA, 2005).

Contudo, a década de 1990, impelida pelo crescente papel da especulação imobiliária e pelos interesses econômicos na gestão do espaço das cidades, assistiu a destituição das estruturas estatais de preservação tanto em esfera estadual quanto em esfera federal (FONSECA, 2005).

3.3 ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO EM SOROCABA

Tendo por base a documentação fotográfica realizada pelo IPHAN em Sorocaba e região, juntamente com o processo de tombamento de Ipanema, pode-se tirar algumas conclusões sobre a atuação de tal órgão de preservação federal no município.

Reis e Cunha (2005), retomando escritos de Luís Saia, afirma que a metodologia adotada nos trabalhos de documentação, tinha estabelecido como hipótese de trabalho “uma procura das teses que caracterizassem a formação paulista”.

Com isso, caso um arquiteto afirmasse a inoperância de modelos pré-determinados, procurava-se então estabelecer um modelo que fosse válido para o caso paulista. No entanto, essa situação não permitia que as especificidades de cada sítio fossem admiradas, visto, que essas deveriam se encaixar nesse modelo, como no caso dos monumentos nacionais.

A valorização dos bens, portanto, se dava na medida em que se aproximavam ou se afastavam do modelo pré-estabelecido. A Chácara do Quinzinho e a Residência da Rua Nogueira Padilha, por exemplo, eram desinteressantes ao tombamento devido a seu afastamento tanto temporal quanto tipológico daquele modelo de casa seiscentista do bandeirante paulista que era idealizado. Segundo Luís Saia apud Reis e Cunha (2005) por se caracterizarem em exemplares tardios, aqueles possuíam deformações e marcas de degeneração imposta ao estilo quando em decadência.

Ao que tange as igrejas e capelas o critério de valoração era semelhante ao da arquitetura civil, ou seja, sua valoração era medida de acordo com sua proximidade aos modelos da arquitetura religiosa do período bandeirista conforme estabelecido. Entretanto, como os edifícios encontrados em Sorocaba já possuíam suas feições alteradas pelos padrões estéticos do século XX ou apresentavam-se acrescidos de novas partes construídas, também não houve interesse pelo tombamento.

Vale a pena salientar que pelo fato de algumas capelas já possuírem proteção por esta determinação legal no estado de São Paulo e devido aos poucos recursos de que a instituição dispunha, a necessidade de escolha criteriosa para os bens a serem arrolados no Livro do Tombo, as igrejas e capelas de Sorocaba ficaram excluídas da responsabilidade do governo federal.

Tomando como um norte o critério de excepcionalidade presente no Decreto-lei nº 25, Sorocaba não possuiria aquela riqueza artística presente em outras regiões do país como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além de diante da opinião dos técnicos do Patrimônio não tenha muita relevância, visto que não foi palco de grandes eventos históricos, fossem do país ou da região.

Devido a isso é que se tem a dificuldade de se encontrar dentre os bens inventariados exemplares que pudessem ser tombados em nível federal. Quanto ao alvo das pesquisas do IPHAN, este se constituía de obras do período colonial, sem exceder a primeira metade do século XIX.

Sorocaba, embora tenha sido fundada por bandeirantes, a vila logo assume novos rumos se dedicando a sediar feiras de muares, se apresentando como um centro voltado

para o comércio. Sendo assim, engenhos e fazendas existentes no local não dispunham da mesma relevância manifestada por vilas vizinhas, como Itu e Piracicaba. A população do município se dividia entre pequenos sítios nos arredores e atividades urbanas ligadas ao comércio de animais e daí advém a especificidade na forma de ocupação do território e nas soluções arquitetônicas adotadas pela cidade.

Pode-se afirmar, portanto, que aqueles modelos que vinham compor a realidade regional (os quais eram determinados pelos funcionários da regional paulista do órgão federal de preservação) não davam abertura para a manifestação das peculiaridades locais. Envolviam assim as cidades numa história mais ampla, onde se destacavam apenas as etapas do povoamento, dentre as quais o ciclo do tropeirismo ainda não era visto como importante.

Foram desconsiderados ainda, pelos técnicos do patrimônio nacional, os sobrados construídos no final do século XIX e as instalações industriais do mesmo período. Sorocaba era conhecida e reconhecida por seus habitantes como “Manchester Paulista”, durante as duas décadas em que se sucedeu as fotografias do inventário do órgão. E mesmo assim, esse traço identitário não tinha relevância na apreciação do IPHAN, o qual, no entanto, possui como único monumento sorocabano em um de seus livros do tomo um representante dessa fase, a fazenda Ipanema.

No caso do CONDEPHAAT, este começou a atuar no município de Sorocaba nos primeiros anos da década de 1970, a partir de três processos de tombamento em trâmite que foram: Casa-grande de Brigadeiro Tobias, Fazenda Ipanema e Mosteiro de São Bento²⁵. Durante a década de 1980, foram abertos mais dois processos de tombamento e na década de 1990, outros dois, que são respectivamente: Escolas da Primeira República (1986), Casarão da Boa Vista (1987), Capela do Divino e Chácara do Quinzinho.

Em 1988 tem-se a solicitação de tombamento do Morro de Ipanema, em 1990 e 1991 solicitação de tombamento do Casarão e Figueira Centenária, e Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte, tendo o último registro de solicitação de protocolo no CONDEPHAAT no ano 2000, referente ao Edifício da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana.

Os primeiros processos de tombamento do CONDEPHAAT em relação a Sorocaba partiram de solicitações internas do próprio órgão e resultaram no tombamento das edificações. No entanto, em relação aos outros guichês protocolados no órgão, quase em sua totalidade os interessados são órgãos externos ao CONDEPHAAT.

²⁵ Processo número 20.117/76 no Centro de Documentação do CONDEPHAAT.

Sendo assim, ao que se refere a Sorocaba o corpo técnico e o Conselho da instituição se mantiveram fiéis a ortodoxia do Patrimônio Nacional, atendo-se a mesma tipologia de edificações já inventariadas pelo antigo SPHAN. Isso porque, somente a “Sorocaba tropeira” e o “centro histórico” mereceram a atenção do órgão, durante as várias décadas em que atuou na cidade. Tanto em relação aos bens tombados quanto em relação àqueles processos de estudo de tombamento acatados pelo órgão e ainda em trâmite.

Dentre as escolhas efetuadas pelos agentes do patrimônio estadual não foram contemplados os edifícios industriais e suas vilas operárias, as construções das décadas de 1930 e 1940 (como Edifício dos Correios e Telégrafos ou o Mercado Municipal), nem mesmo as residências urbanas destacadas no inventário executado na década de 1980.

Quanto à solicitação de tombamento de áreas naturais e bens associados a industrialização sorocabana, não houve atenção delegada por meio dos técnicos ou do Conselho, com exceção do Edifício da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em que a resposta do Conselho consiste na impossibilidade de efetuar estudos que auxiliem na decisão de abertura ou não do processo de tombamento até que fossem finalizados os levantamentos de dados sobre os remanescentes da Companhia Paulista, em função de pouco recursos materiais e técnicos (REIS E CUNHA, 2005).

Esse problema é ampliado na medida em que pedidos confusos, que não salientam sobre quais bens deve recair a proteção estadual, começam a aparecer, dificultando o trabalho do órgão.

Observa-se ainda que os processos de estudos de tombamento, assim como as solicitações protocoladas na instituição, em relação a Sorocaba são em sua maioria de datas remotas, sendo que as mais antigas possuem quase vinte anos e as mais recentes já possuem cinco anos.

Quanto à tomada de decisões finais sobre os processos, essa omissão do Conselho, ao mesmo tempo em que pode evitar erros provenientes da deficiência nos estudos ou decisões apressadas, também pode denegrir a imagem da própria instituição, uma vez que não fornece respostas a sociedade civil. Junto a isso, tem-se ainda, senão a mais grave consequência de tal omissão que consiste na perda do patrimônio senão pela simples ação do tempo pelas invasões e depreciações, reformas ilegais ou demolições intencionais.

Assim é visível que, na década de 1990, a falta de apoio político às ações da instituição torna-se um empecilho para que este execute-se a tarefa para aquela que foi instituído, enquanto o patrimônio se perde no tempo. A solução para esse problema, por sua vez, se apresenta na transferência de responsabilidade frente à preservação desses bens para

os municípios e seus órgãos. Já os municípios, em alguns casos, assumem essa responsabilidade e em outros se isentam, apesar, muitas vezes, da pressão exercida pela sociedade civil.

3.4 DIRETRIZES MUNICIPAIS DE TURISMO E PATRIMÔNIO

Ao que tange o patrimônio histórico do município de Sorocaba, conforme previsto no artigo 50 (Lei Orgânica do Município)²⁶, a Prefeitura Municipal da cidade deverá desenvolver avaliações detalhadas dos imóveis de interesse histórico, arquitetônico, paisagístico e ambiental existente dentro de sua área administrativa, resultando em medias de preservação.

Ainda em relação às atribuições da prefeitura podem ser propostas Operações Urbanas Consorciadas para áreas que incluem edificações ou conjunto de edificações históricas ou ambientais (Art. 52)²⁷, sendo que os imóveis de valor cultural poderão estar sujeitos a condições especiais de uso e ocupação, desde que garantidas à integridade do patrimônio artístico ou histórico e a sua fruição por parte da população (Art. 52).

Já em relação às competências do município direcionadas a atividade turística (Art. 4º)²⁸, destaca-se dentro das leis ordinárias as que se referem à promoção e proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual; a promoção da cultura e do lazer, o fomento da atividade de artesanato e também a preservação das florestas, fauna e flora.

Quanto às atribuições da câmara municipal relevantes para o setor de turismo (Art. 33)²⁹ encontram-se a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município; o impedimento da evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município; a abertura de

²⁶ Vide anexo página 162

²⁷ Idem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibid.

meios e acesso à cultura, à educação e à ciência; e ainda a proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ARTIGO 33).

No capítulo dois das leis ordinárias são abordadas as questões da educação, da cultura e do esporte, temas bastante relevantes para o turismo.

O Artigo 144³⁰ afirma que os currículos escolares serão adequados às peculiaridades de Sorocaba e a valorização de sua cultura e do seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental. Dessa forma será possível, como destacado no capítulo primeiro do Artigo 150, a garantia a todos do acesso aos bens culturais e suas fontes. O poder público será o incumbido ainda de apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais dentro da cidade (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

No mesmo Artigo 150³¹, no capítulo dois, é destacado que o município é o responsável por estabelecer uma política cultural que englobe todas as manifestações artísticas e culturais para que assim possam ser atingidos quatro importantes resultados para a cidade que seriam: a democratização em que há o direito de participação de todos enquanto agentes, produtores, destinatários, espectadores e críticos, a identidade que se refere ao desenvolvimento da cultura como expressão reveladora do homem e do meio em que ele vive, a cidadania que possibilitará seu exercício através da participação direta nos eventos distintos e por fim a qualidade que diz respeito a zelar pelo alto nível das promoções artísticas e pelo constante enriquecimento dos patrimônios históricos e acervos culturais (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

O Artigo 151³² (Lei Orgânica do Município) aborda de forma específica a questão do patrimônio histórico cultural da cidade. Neste se afirma:

[...] constituem patrimônio cultural do município, os bens de natureza material ou não, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem as formas de expressão, as criações científicas, artísticas e tecnológicas. [...] as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Art. 151 – LEI ORGÂNICA)

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

Para proteger seu patrimônio é de obrigação do município criar o Conselho Municipal de Cultura e da defesa e Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, com caráter consultivo, na forma da lei (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

Compete ainda aos órgãos públicos, no que se refere a tal questão:

[...]incentivar manifestações culturais através da criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas; do acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres; da promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura; do planejamento e gestão do conjunto das ações, garantindo a participação de representantes da comunidade (Art. 152 – LEI ORGÂNICA)

Outra ação no sentido da cultura é o compromisso do Município de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade da cultura brasileira, bom como a preservação dos documentos, obras e demais registros de valor histórico e científico.

Já o poder executivo compete por meio do Artigo 155³³ (pelos meios ao seu alcance) a constituição de uma fundação ou entidade civil de direito privado, que tenha incumbência de patrocinar e apoiar todos os movimentos que visem o desenvolvimento da cultura e das artes em geral (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

É previsto, de forma geral que, anualmente, a prefeitura municipal fará consignar na Lei Orçamentária uma verba própria destinada a suprir as necessidades e programas relacionados à cultura, e ainda que fiquem isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município, em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas (Artigo 156 – Lei Orgânica do Município)³⁴.

Para finalizar a análise das leis ordinárias, evidencia-se o capítulo VII, que se refere exclusivamente à atividade turística. Neste cabe destaque ao Artigo 184³⁵, o qual é responsável pela criação do Conselho Municipal de Turismo cuja composição e atribuições serão estabelecidas por lei. A este conselho cabe a elaboração, a supervisão e o apoio ao

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

roteiro e calendário turístico de Sorocaba, bem como o incentivo às manifestações comemorativas de eventos referentes à história, ao folclore e à tradição. O conselho também poderá celebrar acordos ou convênios com outros municípios visando à elaboração de circuitos turísticos de interesse regional.

3.5 ATUAÇÃO DO CMDP

Em seu Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN, o arquiteto Lúcio Costa, defendia ainda em meio a década de 1940, a participação dos municípios na preservação do acervo histórico-cultural de interesse local, visto, que este não poderia ser alvo da proteção federal (FONSECA, 2005).

Embora Lúcio Costa defendesse essa divisão de responsabilidades, cabe aqui destacar que tal divisão entre União, Estados e Municípios já estava prevista na constituição desde 1934, aparecendo novamente na Constituição de 1988. De acordo com o texto da constituição supracitada ficou registrado o dever dos municípios em confeccionar sua própria legislação acerca do patrimônio, como explicita o artigo 23º:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência [...] (www.iphan.gov.br, 2005)

Apesar de Lúcio Costa defender essa divisão de responsabilidade, este primava que a decisão final sobre o tombamento ou não de um bem, bem como seu enquadramento em uma das três categorias seria atribuição do órgão federal de preservação, cabendo aos estados e municípios aceitar essa decisão. Essa mesma discussão foi posta em pauta nos debates entre Rodrigo Melo Franco e Luís Saia e os criadores do projeto de lei que instituiu o CONDEPHAAT, entretanto, da mesma forma que o passar do tempo trouxe ao

CONDEPHAAT, em 1968, plenos poderes de decisão, o mesmo ocorre com os órgãos municipais, principalmente a partir da década de 1980 (FONSECA, 2005).

Desde a década de 1980, historiadores, museólogos e arquitetos passam a se preocupar com a proteção municipal ao patrimônio histórico e arquitetônico em Sorocaba. E nesse período, paralelamente, ao levantamento de bens culturais realizado pelo CONDEPHAAT é desenvolvido um trabalho preliminar de inventário do patrimônio sorocabano pela Secretaria de Planejamento e Habitação da Prefeitura Municipal, em parceria com a CONDEPHISO (Inventário dos Prédios Históricos da Área Central) (REIS E CUNHA, 2005).

O Inventário dos Prédios Históricos da Área Central é composto por uma coleção de fotografias da fachada de cento e vinte e três prédios do centro da cidade, aliada a uma pequena descrição de cada edificação, não apresentando qualquer explicação a respeito do método de análise e classificação dos bens escolhidos assim como dos critérios utilizados nas escolhas. Entretanto, o critério geral utilizado no inventário tende a ter sido o estilo arquitetônico e a época da construção dos bens (REIS E CUNHA 2005).

Assim, ao lado do Mosteiro de São Bento, que é apresentado no inventário como o edifício histórico mais importante da cidade, estão desde casas edificadas ao final do século XIX e início do século XX, até edificações construídas nas décadas de 1950/1960. Em relação a arquitetura moderna, encontram-se alguns exemplares edificados nos anos 1930, como o Mercado Municipal e o Edifício dos Correios não contendo imóveis de 1950/1960 que se identificassem com o modernismo (REIS E CUNHA 2005)

Já o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Sorocaba (CONDEPHISO) surgiu através da iniciativa de um pequeno grupo da sociedade civil que buscou tanto funcionários públicos (Secretaria de Educação e Cultura e de Edificações e Urbanismo) quanto profissionais liberais (historiadores, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba – IHGGS).

O CONDEPHISO era um órgão de assessoramento que visava o desenvolvimento de ações que estimulassem e facilitassem a preservação do acervo cultural de Sorocaba. Contudo, tal órgão é extinto no início da década de 1990, por nunca ter obtido o apoio político necessário a sua real implantação e o que restou de suas ações foram alguns tombamentos municipais em caráter provisório, pois, até a criação e regulamentação das funções do Conselho Municipal, muitos bens da cidade foram tombados em nível municipal em caráter provisório até que se dispusesse de legislação adequada a sua proteção definitiva.

Apenas em 1994 se instituiu, através da Lei Municipal nº 4.619, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP), órgão também de assessoramento.

O Decreto nº 9.452, apresentado no ano seguinte, prevê que o CMDP auxilie o município na tarefa de salvaguardar seu patrimônio, cabendo à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos a tomada de medidas judiciais e administrativas em defesa dos bens. Foi criado ainda, junto a Secretaria de Educação e Cultura do Município, a Seção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba (SPHAC), com o intuito de dar suporte as pesquisas desenvolvidas pelos membros do Conselho Municipal e supervisionar as obras de restauro.

Em relação aos bens tombados em nível estadual ou federal, a lei de criação do CMDP não prevê nenhuma responsabilidade desse órgão para com esses bens.

Acerca dos processos de bens imóveis tombados em Sorocaba junto àqueles que se encontram em estudo de tombamento pelo CMDP, percebe-se que na maioria das vezes quem solicita o tombamento é o próprio CMDP ou alguma secretaria que tenha representação no Conselho. São raras as licitações abertas pela sociedade civil, no entanto, um exemplo nesse sentido é o Mercado Municipal que teve seu processo aberto após a solicitação da própria Associação de Mercadores de Sorocaba.

Quanto ao tombamento de núcleos urbanos, o único registro existente é sobre a Capela e as ruas do centro histórico de Aparecidinha (processo nº 3.958/81). Contudo, as tipologias de bens imóveis tombados pelo CMDP é bastante variada, procurando preservar diversas memórias da cidade (como urbanização, educação, indústria, religião e recreação).

Alguns dos bens tombados pelo CMDP já constavam no inventário realizado anteriormente pelo CONDEPHISO, o que demonstra uma certa continuidade para com os trabalhos já realizados e o desejo de estabelecer uma rotina de trabalho.

Sendo assim, as justificativas para o tombamento utilizado pelo CMDP são pautadas no valor histórico-cultural dos bens, além de ter relevância os valores arquitetônicos, a paisagem urbana e a preservação da memória e identidade sorocabana. Apesar disso, os relatores do CMDP falham no momento em que não explicitam o que entendem por valor histórico, cultural e arquitetônico, o que torna frágil os argumentos em prol da necessidade de preservação, o que é facilmente contestado pelos proprietários atingidos pela medida jurídico-administrativa do tombamento.

Os decretos de tombamento, de autoria da Secretaria de Negócios Jurídicos, possuem em seu texto um apelo visível ao artigo 126 da Constituição Federal de 1988 aos

artigos 150 e 151 da Lei Orgânica do Município, os quais incumbem o poder municipal da obrigação de salvaguardar seu acervo histórico-cultural. Atualmente são 22 bens tombados pelo CMDP.

Por mais que em alguns casos os agentes do patrimônio de Sorocaba se mostrem afinados com proposições mais recentes quanto a proteção dos bens culturais em outros casos, esses mesmos agentes pautam suas ações em definições tradicionais do que seja patrimônio histórico, identificando-o com monumento isolado, como um local em que se passaram fatos e personagens da história local, o que acaba celebrando a história oficial do município, ao invés de preservando a memória local.

Essa recorrente preservação dos edifícios isolados, junto às obras de restauro que acabam ressaltando esse aspecto imponente, demonstra o interesse do poder público em enfatizar os aspectos formais das edificações do que torná-las parte integrante do cotidiano do município.

Através da análise feita por Reis e Cunha (2005) sobre o uso de todos os bens históricos da cidade, percebe-se que não houve uma superação da idéia do uso cultural como o único cabível aos bens patrimoniais, principalmente em relação aos prédios públicos.

Reis e Cunha (2005) afirma ainda que dentre os vinte e dois bens tombados e mais os cento e oitenta outros estudos de tombamento em trâmite no CMDP, se encontram desde edifícios escolares, industriais, de entretenimento e religiosos até pequenos imóveis urbanos, o que segundo a pesquisadora, além de demonstrar o interesse em perpetuar a memória sorocabana e ainda afirma a ausência de critérios de valoração claros e objetivos por parte dos agentes do CMDP.

Na grande maioria dos processos (pequenas edificações isoladas), percebe-se que as ações de preservação são sustentadas mais pelo desejo de impedir que essas construções sejam destruídas pela construção de novos prédios, do que pela necessidade de preservação de uma identidade e cultura.

A maior parte dos processos ainda em andamento no CMDP é dos anos de 1997/1998 (mais de dez anos atrás). Em muitos casos atos criminosos antecederam a decisão definitiva de preservação como, por exemplo, no caso da Fábrica Têxtil Santa Maria, instalada em 1896. Ou seja, apresenta-se assim um cenário ambíguo frente as ações preservacionistas do CMDP no qual, apesar de se buscar preservar diferentes memórias não se apresentam, porém, políticas claras que garantam que não estejam sendo representadas nos livros de tomo do órgão apenas um amontoado de coisas velhas, sem vínculos com a memória da cidade.

A questão do patrimônio, ainda não se constitui em uma política pública prioritária e efetivamente valorizada em Sorocaba, rompendo com restrições de partidos políticos ou mandatos. Um exemplo disso são as obras de restauro realizadas durante os anos de 1990, que foram motivadas por ações da sociedade civil e não pelo desejo preservacionista do órgão municipal.

Os monumentos históricos de Sorocaba, para o setor público, ora são tidos como portadores de um amplo potencial de exploração turística que deve gerar recursos para o município e ora como uma preocupação deste em valorizar a identidade e o passado da cidade. Contudo, o fato mais alarmante, é que não haja na cidade uma discussão sobre os significados atribuídos aos monumentos e seu passado, seja entre os agentes municipais ou não envolvidos diretamente com essa questão, seja junto a sociedade civil, o que acaba por retirar a essência da preservação em si.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

As políticas públicas de turismo realizadas no Brasil (desde 1960) ganharam força principalmente a partir do ano de 1966, por conta da criação e conseqüente atuação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), cujo objetivo era fomentar a atividade turística ao viabilizar condições para geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo país. Atualmente, o país já conta com um Ministério do Turismo (MTUR), o qual foi instituído em janeiro de 2003 com a missão de:

Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social (SITE DO MINISTÉRIO DE TURISMO)³⁶

O Ministério do Turismo, por sua vez, desenvolveu uma Política Nacional de Turismo, a qual conta com o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 (PLANTUR), que

³⁶ Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/

apresenta uma série de estratégias e medidas que visam estimular o mercado turístico interno. E em meio a essas medidas encontra-se o Programa de Regionalização do Turismo.

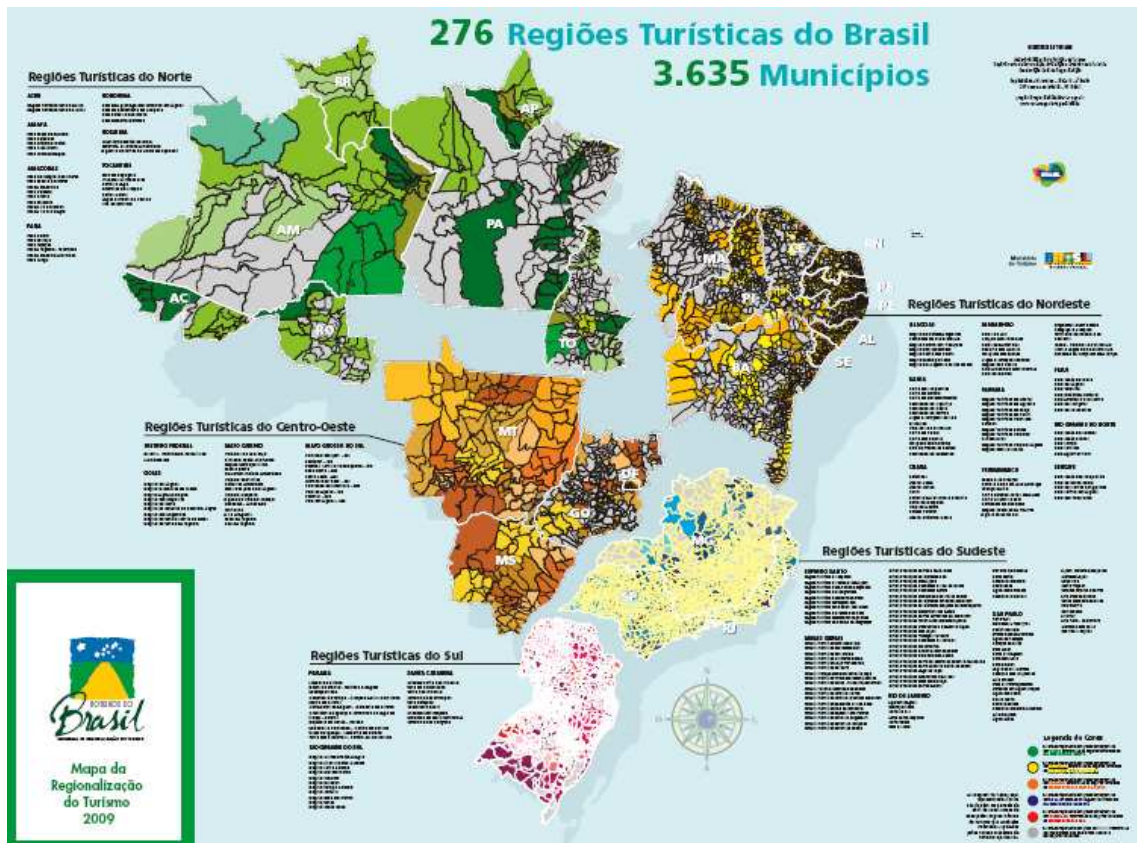
A partir desse momento, portanto, o planejamento do turismo começa a tomar um caráter regionalizado, por intermédio de programas específicos para determinadas localidades.

O Programa de Regionalização do Turismo (lançado oficialmente em abril de 2004) está presente no Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística do Plano Nacional de Turismo de 2003 a 2007 e vêm propor a estruturação, ordenamento e a diversificação da oferta turística no país, constituindo-se em um referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. Nos termos do Ministério do Turismo:

[...] um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT.³⁷

Esse programa mapeou duzentas e setenta e seis regiões turísticas no Brasil (figura 1), o que envolveu três mil, seiscentos e trinta e cinco municípios e se tornou um dos principais elementos da execução da política de turismo supracitada. É um programa que, para ser implantado, fez-se necessário a organização das regiões turísticas, planejamento da atividade turística de forma regionalizada, estruturação e qualificação da oferta turística, promoção e comercialização dos produtos turísticos.

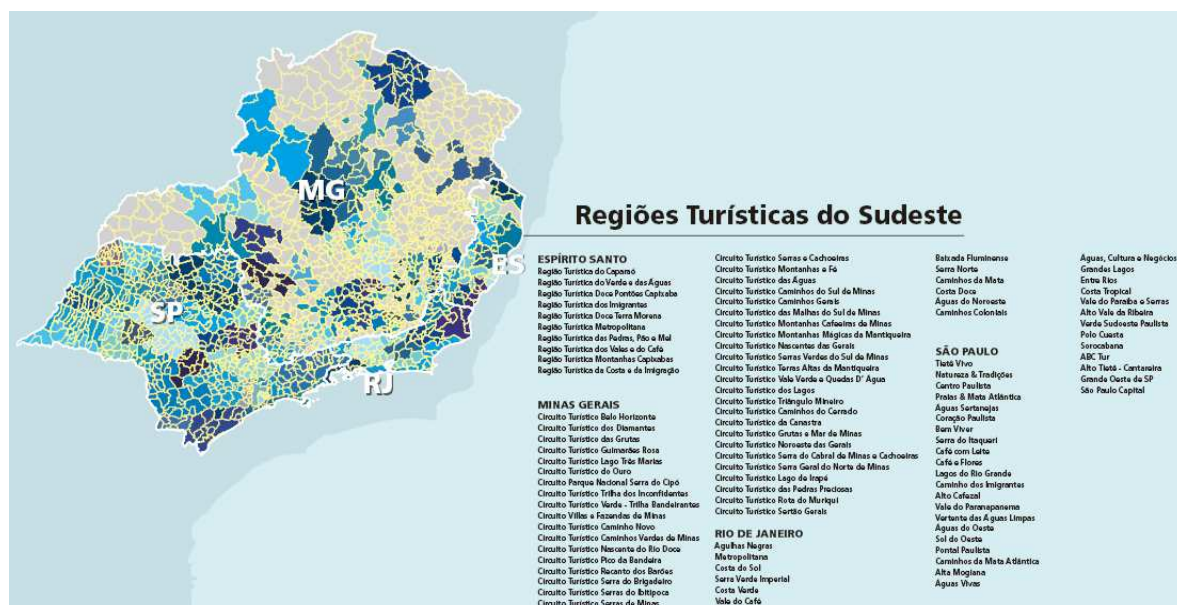
³⁷ Fonte: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/



Mapa Regionalização do Turismo ³⁸

De acordo com o mapa acima, produzido pelo Ministério do Turismo, nota-se que dentre as muitas políticas de desenvolvimento do turismo no país as especificidades de cada região e seus atrativos são levados em consideração por tal órgão. Nota-se ainda que na Região Sudeste, mais especificamente, embora não a única, os bens históricos, ou seja, o patrimônio da região não está alheio a esse programa do ministério, muito pelo contrário, eles são uma parcela que se faz muito presente no programa.

³⁸ http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Mapa_2009.pdf



Mapa Regiões Turísticas do Sudeste³⁹

O Mapa de Regionalização Turística do Brasil transmite ainda a importância que o patrimônio histórico detém para o desenvolvimento de determinadas regiões, por meio do segmento denominado turismo cultural.

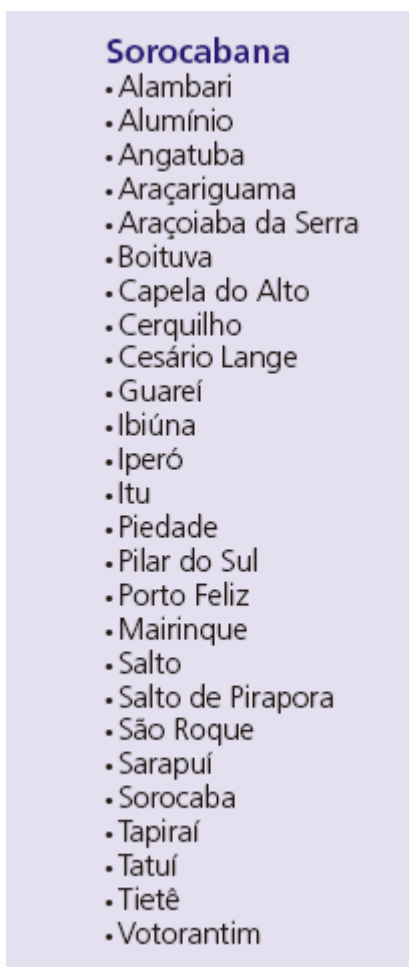
O ministério estabeleceu segmentos de turismo diferenciados, dentre os quais, os principais trabalhados nesse programa são: ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de esportes, turismo de estudos e intercâmbio, turismo náutico, turismo de negócios e eventos, turismo de pesca, turismo rural, turismo de saúde, turismo social e turismo de sol e praia.

E ainda, segundo o Ministério do Turismo (2009), ao que tange o turismo cultural, os principais atrativos contemplados por esse segmento são: sítios históricos (centros históricos, quilombos), sítios históricos urbanos (SHU), edificações especiais (arquitetura, ruínas, obras de arte), espaços e instituições culturais (museus, casas de cultura) festas, festivais e celebrações locais, gastronomia típica, artesanato e produtos típicos, música, dança, teatro e cinema, feiras e mercados tradicionais, saberes e fazeres (causos e trabalhos manuais), realizações artísticas (exposições, ateliês), eventos programados e outros.

Sendo assim, percebe-se a importância e relevância dos atrativos históricos e culturais para o desenvolvimento do programa de regionalização na região sudeste, a partir do momento em que estes se mostram em uma quantidade saudável quando comparado as demais. No estado de São Paulo estão dispostas trinta e quatro regiões turísticas e, destas, percebe-se a

³⁹ http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Mapa_2009.pdf

influência do patrimônio já na denominação das regiões delimitadas em: Natureza & Tradições, Águas Sertanejas, Café com Leite, Caminho dos Imigrantes, Alta Mogiana, Águas, Cultura e Negócios e Sorocabana.



Mapa Regiões Turísticas do Brasil ⁴⁰

A existência de uma região turística denominada Sorocabana, num primeiro momento, nos remete à ideia e história da ferrovia na região a que se refere, do patrimônio ferroviário. No entanto, no caso dessa região, outros bens culturais (tipologias diversas) justificam a ocorrência desta proposta de regionalização.

Ao que tange o município de Sorocaba em meio a este contexto percebe-se que além do patrimônio ferroviário, seu legado e história, a cidade dispõe de uma gama de atrativos culturais de diferentes tipologias e períodos da história. A cidade, conta, por exemplo, com três museus em que apenas um se refere à ferrovia, com edificações que remetem a tradição industrial do local (indústrias têxteis) e também com construções

⁴⁰ http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Mapa_2009_verso_bullets.pdf

pertencentes a diferentes ciclos econômicos da história, como o bandeirantismo. É neste cenário (bandeirantismo) que a relação entre o mosteiro e a cidade começa a se estabelecer, na medida em que Baltazer Fernandes faz a doação de terras aos beneditinos para que se fixassem no local.

A mesma ligação entre a cidade e a Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim começa a se delinear, na medida em que João de Camargo inicia suas atividades de cura e rezas.

Portanto, a região turística denominada Sorocabana, por si só, já é explicativa do por quê os patrimônios da cidade de Sorocaba, independente da camada da população a qual está ligado e representa, merecem ser preservados e transmitidos a gerações futuras.

4. A RELAÇÃO TURISMO E PATRIMÔNIO

Com base no que se propôs ao realizar este trabalho, cabe discorrer aqui sobre a atividade turística em si e a presumida relação existente entre o segmento de turismo cultural e o âmbito patrimonial. Procura-se, portanto, evidenciar alguns elementos que o turismo cultural abrange em sua complexidade (memória, identidade e cultura), ou seja, as especificidades de cada comunidade e analisar como se dá essa relação com o patrimônio histórico cultural.

4.1 DEFINIÇÃO DE TURISMO

O turismo em si como atividade socioeconômica é algo relativamente recente e possui um complexo caráter multidisciplinar, já que engloba uma grande variedade de setores econômicos e de disciplinas acadêmicas.

Assim, uma das primeiras definições de turismo apareceu em 1942, proveniente de professores da Universidade de Berna, os quais definiam o turismo como:

A soma de fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerado (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO 2001, p. 37).

No entanto, assim como a definição acima as outras que a sucederam eram amplas, pouco esclarecedoras e com conceitos indeterminados, até que a Organização Mundial de Turismo (OMT) adotou, em 1994, uma reformulação que unia todos os pontos positivos das definições surgidas ao longo do desenvolvimento da atividade.

Segundo a OMT:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno

habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO 2001, p.38).

O turismo se desenvolve de uma maneira em que pessoas com experiências culturais e socioeconômicas muito diferentes entram em contato entre si, já que envolve o deslocamento de pessoas para uma região diferente daquela em que vivem. Desta forma, o resultado dessas relações sociais estabelecidas entre os turistas e os moradores locais constituem os chamados impactos socioculturais.

No entanto, segundo Pearce (apud Martins 2003) os turistas não precisam estar em contato com os moradores para que os impactos socioculturais ocorram. Para este autor, a simples observação das atitudes, dos valores e dos comportamentos por parte dos habitantes da região receptora já provoca mudanças.

Embora muitos autores usualmente analisem tais impactos socioculturais através do seu lado negativo, o turismo pode também contribuir com benefícios positivos quando promove o contato entre comunidades, culturas e tradições diferentes.

A exemplo disso, o turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores locais pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados para que possam ser incluídos na atividade turística. Tal despertar cultural pode fornecer uma certa conscientização para a comunidade local acerca da importância de sua continuidade histórica e cultural.

Assim, de acordo com a OMT, o turismo contribui para a preservação e a reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos, bem como para a revitalização dos costumes locais, como *artesanias*⁴¹ folclore, festivais e gastronomia.

De acordo com o Ministério de Turismo do Brasil uma das grandes possibilidades em relação ao turismo é tornar essa atividade capaz de promover e preservar a cultura do país. E a partir daí turismo e cultura configuram em suas diversas combinações um segmento⁴² denominado turismo cultural, o qual se materializa quando o turista é motivado a

⁴¹ Terminologia de origem ibérica, usada para diferenciar do termo artesanato, hoje muito contaminado por falsificações industriais, principalmente da produção em série

⁴² A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades da cultura.

4.2 TURISMO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

O Ministério do Turismo (MTUR), em parceria com o Ministério da Cultura (MINC) e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dimensionam o segmento de Turismo Cultural por meio da seguinte definição:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO 2008, p. 16)⁴³

A origem da relação entre turismo e cultura se deu no chamado *grand tour* europeu, em que os aristocratas e mais tarde a burguesia passaram a viajar principalmente para contemplar monumentos, ruínas e obras de arte dos antigos gregos e romanos.

A partir daí até os dias de hoje a cultura continuou a ser um dos principais motivos para se viajar. No entanto, a noção de cultura anteriormente ligada à idéia de civilização ampliou-se e passou a incluir todas as formas de ser e fazer humanos.

Estudos específicos sobre a relação turismo e cultura tiveram início a partir dos anos 60, com os antropólogos e nas décadas seguintes, o turismo passou a ser apontado como uma alternativa para o desenvolvimento mundial. Contudo, o modo como o turismo foi implementado em muitos lugares se revelou prejudicial ao patrimônio cultural ou ineficaz como estratégia de promoção. Esse cenário serviu de alerta para a necessidade de ações melhor planejadas entre turismo e cultura, em que se considere o respeito à identidade cultural e à memória das comunidades na atividade turística, pois nos termos do MTUR:

⁴³ Turismo cultural: orientações básicas./Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

O patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado (MINISTÉRIO DO TURISMO 2008, p. 15)⁴⁴

Para o Ministério do Turismo, no que tange o turismo cultural, o uso turístico de bens culturais deve sempre atuar no sentido de fortalecer as culturas, sendo a atividade turística por este órgão incentivada como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico.

O turismo cultural, portanto, possui dois principais pilares de sustentação, que são a existência de pessoas motivadas em conhecer novas culturas e a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais.

Já em relação à identidade, este conceito deteve as mais diversas concepções e empregos ao longo dos anos. Entretanto, o termo identidade foi utilizado comumente para se referir e destacar as diferenças.

Segundo MARTINS (2003), o termo identidade está diretamente ligado ao sentido de pertencer que as pessoas carregam consigo, ao sentimento de afinidade com algo que resgata elementos particulares, ao fato de pertencer a algum lugar ou a algum grupo. E ainda o conceito de identidade possui inúmeras abordagens, dentre as quais se destacam:

A identidade social pode ser compreendida como o conhecimento por parte do indivíduo, de que pertence a um determinado grupo social. Junto a isto está a significação valorativa e emocional de pertencer, sentir-se parte.[...] A identidade étnica pode ser definida, em linhas gerais, como o sistema cultural de referência, a partir do qual uma comunidade define sua identidade grupal (MARTINS 2003, p. 43).

Sob o viés de estudo desse autor, todo grupo necessita de uma cultura que lhe forneça o devido suporte para que o mesmo então possa existir, sendo vivenciada no sentido

⁴⁴ Turismo cultural: orientações básicas./Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

comum e repassada através de comunicação para preservar o sentido de pertencer entre seus integrantes.

De acordo com Aguirre apud Martins (2003), a patrimonialização consiste num processo de tomada de consciência social de um determinado setor da sociedade com referência a alguma ou a algumas manifestações culturais próprias. Isso porque, o patrimônio traz consigo materializado as tradições, os costumes, os modos de ser e de viver, técnicas, artefatos e outros nos quais se encontram testemunhos reais e palpáveis das mais diversas culturas.

Assim, “estudo do patrimônio implica uma contextualização histórica, econômica, social que esbarra no resgate da identidade [...]”. (MARTINS 2003, p.45).

Ao aliar o conceito de patrimônio à noção de cultura, a UNESCO, na declaração do México de 1985, define patrimônio cultural como:

[...] as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida (DECLARAÇÃO DO MÉXICO 1985, p. 275)

Considerando que o patrimônio cultural possui uma dimensão material deve-se levar em conta o significado da preservação de tal legado cultural para o conhecimento e usufruto das gerações futuras. Tal patrimônio se apresenta como suporte da história e da memória dos grupos sociais. De acordo com Martins (2003, p. 53) “[...] os bens patrimoniais são instrumentos importantes de identidade dos grupos sociais”.

O patrimônio cultural acaba por tratar de uma parte fundamental da sociedade, pois, além de ser uma condição para revelar as identidades locais também possibilita a condição de cidadão. Ao estender um pouco esse conceito tem-se como cidadania cultural “[...] o direito de produzir cultura, usufruir os produtos culturais, desde os mais elementares aos mais sofisticados, e ainda poder influir nas decisões acerca das políticas culturais.” (MARTINS 2003, p. 59).

Para o historiador Bolle⁴⁵, são os significados, a carga de afetividade, de conflito, de tensão, de emoção presente em monumentos, objetos, edificações, celebrações, saberes e manifestações, que verdadeiramente importam e que verdadeiramente definem o patrimônio cultural. E cabe ao turismo transmitir esse conteúdo existente no patrimônio cultural oferecendo opções de atividades éticas e sustentáveis à população.

4.3 ATRATIVOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Tendo em vista essa clara relação existente entre a atividade turística e o patrimônio histórico de um modo geral, pretende-se aqui direcionar a discussão para o município de Sorocaba, com base em alguns exemplares de bens patrimoniais que possuem relevância para diferentes setores e diferentes períodos da história.

De acordo com o Ministério do Turismo considera-se patrimônio histórico e cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e das comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. (MINISTÉRIO DO TURISMO 2008, p. 17).⁴⁶

Valorizar e promover bens culturais implica em difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto da comunidade local e também dos turistas. Implica em reconhecer a importância da cultura e da identidade de uma comunidade.

⁴⁵ Willi Bolle é professor na Universidade de São Paulo e doutor em Literatura Brasileira) e a livre docência em Literatura Alemã (USP): Foi consultada a obra: Cultura, Patrimônio e Preservação. In: Antonio Augusto Arantes. (Org.). Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, v. , p. 11-23.

⁴⁶ Turismo cultural: orientações básicas./Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

Quanto ao município de Sorocaba, este possui um contingente de edificações de diferentes períodos da história, os quais apresentam potencial para o desenvolvimento do turismo cultural no local, além de se mostrarem como a materialização da história, identidade e memória de um povo e que por isso merecem ser preservados. Dentre as diversas edificações se encontram construções coloniais, remanescentes da arquitetura imperial, exemplares da cultura tropeira e do período em que a cidade era conhecida como a Manchester Paulista, em que o foco era o parque industrial têxtil do local.

Em meio a um patrimônio histórico cultural tão diverso pode-se citar:

O Casarão “bandeirista” que abriga o Museu Histórico Sorocabano, conhecido popularmente como Museu Histórico, o qual foi construído em 1780 em taipa de pilão, sendo que sua utilização original era a sede de uma chácara. Atualmente, o prédio é tombado pelo CONDEPHAAT e seu acervo é protegido por este órgão. O estado de conservação do prédio e do acervo, de modo geral, é bom, bem como as condições higiênicas e estrutura.



Museu Histórico Sorocabano ⁴⁷

A principal finalidade do Museu Histórico Sorocabano é preservar e apresentar em exposições permanentes e periódicas a história de Sorocaba e região. O seu acervo está exposto seguindo a evolução histórica da cidade.

O acervo documental sobre a história de Sorocaba, da região e do Estado de São Paulo, e do próprio Museu Histórico Sorocabano está à disposição do público, principalmente de estudantes e pesquisadores, sendo muito utilizado para teses de arquitetura, história e turismo.

⁴⁷ Fonte: <<http://www.sorocababureau.com.br/atrativos.php?id=14>>. Acesso em 26/10/ 2009.

O Museu Histórico Sorocabano tem como média mensal de visitantes mensal cerca de 4mil pessoas. A época de maior visitação é no mês de Agosto, devido ao aniversário do município, havendo uma procura maior por parte de escolas, e o período de menor fluxo de visitantes é no começo do ano. A maioria dos visitantes é de Sorocaba ou região, principalmente escolas, havendo, esporadicamente, a presença de estrangeiros. A visita ao local não necessita de autorização prévia ou agendamento, com exceção de grupos escolares. Não há serviços de guia ou visitas monitoradas.

Em relação à adaptação do museu para o recebimento de deficientes físicos, a infra-estrutura é precária. Existe a possibilidade da visita de cadeirantes; entretanto, não há banheiros adaptados no local. Também não existem placas informativas em braile ou outras línguas. O museu está integrado a roteiros turísticos histórico-culturais no município, por meio da agência Terra Rasgada Roteiros Turísticos.

O Museu Histórico Sorocabano localiza-se na em zona urbana, na Rua Teodoro Kaisal, 883 – Vila Hortência, ao lado do Zoológico Municipal e cerca de 20 minutos do centro de Sorocaba. O acesso ao Museu é sinalizado por placas turísticas, sendo que os meios de acesso ao local são por vias terrestres pavimentadas (asfálticas), ciclovias ou a pé. Os meios de transporte mais utilizados até o local são os carros e ônibus de excursão ou municipais e a entrada é franca.

Há também a Oficina Cultural Regional Grande Otelo⁴⁸, inaugurada em 1994, instalada no Prédio do antigo Fórum (Fórum Velho). No local são realizados vários cursos de artes e apresentações culturais, como os festivais de “Curta Teatro” e “Curta Dança”, sendo referência para a cultura de Sorocaba e região.

⁴⁸ Inspirada na figura de Grande Otelo, artista nascido em Uberlândia, Minas Gerais.



Oficina Cultural Regional Grande Otelo ⁴⁹

O local possui um centro de recepção, oferecendo aos visitantes informações sobre as atividades desenvolvidas. Por se tratar de um local que oferece, especialmente, atividades voltadas para a população, não possui viés de atividades destinadas ao turismo. No entanto, pode ser caracterizado como um atrativo histórico-cultural devido à história do prédio e programações culturais realizadas.

A oficina está localizada na Praça Frei Baraúna, s/n, no centro de Sorocaba. O horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 12:00h às 21:30h e aos sábados das 13:00h às 18:00h.

Localizado no Largo de São Bento, o monumento à Baltazar Fernandes, homenagem ao fundador da cidade de Sorocaba, se configura em outro atrativo histórico-cultural da cidade. No mesmo local onde se encontra o monumento, paulistas e espanhóis fundaram o povoado de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba no ano de 1654. O monumento foi inaugurado em 15 de agosto de 1954.

⁴⁹ Fonte:< <http://www.sorocababureau.com.br/admin/conv/2769396ae2.jpg>>. Acesso em 26/10/2009.



Monumento a Baltazar Fernandes ⁵⁰

A Catedral de Sorocaba aparece nesse cenário devido à sua historicidade; existente há mais de 300 anos, configura-se na primeira matriz dedicada a Nossa Senhora da Ponte e em 1783, foi criada a segunda matriz com algumas modificações em sua arquitetura.



Catedral de Sorocaba ⁵¹

Em relação a sua potencialidade como atrativo histórico-cultural, em seu interior encontram-se pinturas de Ernesto Tomazzini e Bruno de Giusti, além de uma imagem de Nossa Senhora da Ponte, a padroeira da cidade, em estilo barroco, de 1771; no ano de 2002 foi totalmente restaurada recebendo nova pintura, iluminação e novo projeto de paisagismo. A

⁵⁰Fonte: < <http://www.sorocababureau.com.br/atrativos.php?id=14>>. Acesso em 26/10/2009.

⁵¹ Fonte:< <http://www.sorocababureau.com.br/atrativos.php?id=14>>. Acesso em 26/10/2009.

Igreja se localiza no centro de Sorocaba, próxima à Rua XV de Novembro, local de fácil acesso.

Instalada onde foi a residência do Monsenhor Luiz Castanho de Almeida (principal pesquisador e historiador de Sorocaba, cujo pseudônimo era Aluísio de Almeida), situa-se a Casa de Aluísio de Almeida. O local, conhecido popularmente como Casa do Padre, preserva objetos e mobiliário pertencentes a Aluísio de Almeida, manuscritos, livros, artigos, e originais que contam com a história da cidade.



Casa de Aluísio de Almeida ⁵²

Atualmente abriga o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, entidade cultural fundada em 1954, que mantém uma biblioteca e o acervo do Museu da Imagem e do Som da cidade. A casa localiza-se na Rua Ruy Barbosa, 84 - Vila Hortência, em Sorocaba e tanto a casa quanto o instituto são mantidos pela Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O atrativo se encontra em bom estado de conservação, tanto sua infra-estrutura quanto seu acervo. Não há adaptação para o recebimento de portadores de necessidades especiais e as atividades realizadas no local são geralmente palestras, pesquisas e leitura. Os dias e horários para visitação são de segunda à sexta, das 8:00h às 17:00h. A entrada é franca.

Por fim, têm-se o Mercado Municipal. Inaugurado em 1938, em linhas art-déco, o prédio substituiu o antigo Mercado, no mesmo local, que já não comportava o volume de comércio do local.

⁵² Fonte:<<http://www.sorocababureau.com.br/atrativos.php?id=14>>.Acesso em 26/10/2009.



Mercado Municipal de Sorocaba⁵³

Nesta época o Mercado era o principal centro comercial do município e a sua construção foi iniciada no governo do Prefeito Alcino Oliveira Rosa e concluída na administração de seu sucessor, Augusto César do Nascimento. Tombado pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico em 1988, o Mercado Municipal passou por restauração e revitalização de seu entorno em 2003, com projeto de iluminação que destaca e valoriza suas linhas arquitetônicas. O Mercado é hoje um dos cartões-postais da cidade.

Dois outros bens culturais que integram o patrimônio histórico-cultural de Sorocaba são o Mosteiro de São Bento e a Capela do Senhor Bom Jesus, os quais são objetos de estudo de caso realizado a seguir no escopo deste trabalho.

4.4 ESTUDOS DE CASO

O presente trabalho versa sobre os meios legais de proteção de bens patrimoniais aliado ao turismo histórico-cultural, no município de Sorocaba. Sendo assim se constitui em um estudo de caso sobre dois objetos de pesquisa, ambos de matriz religiosa, porém abordagens religiosas diversas, que deveriam possuir prática e teoricamente os mesmos direitos de proteção frente aos órgãos públicos.

A temática foi desenvolvida com base em documentos primários como leis federais, estaduais e municipais, políticas públicas em implantação ou em elaboração,

⁵³ Fonte: <<http://www.mercadodesorocaba.com.br/fotos-galeria-imagens-mercado-municipal/>>. Acesso em 26/10/2009.

normativas de cunho técnico, inventário do município de Sorocaba (feito pelo 1º ano do curso de Turismo da UFSCar) e inventários patrimoniais (inventário fotográfico do IPHAN, inventário do CMDP) já existentes.

Também se fez presente o uso de bibliografia científica sobre a temática, coleta de dados sobre os bens patrimoniais, entrevistas com os responsáveis pela administração dos bens e fotografias, fazendo análise das relações existentes entre a esfera da preservação patrimonial e o desenvolvimento do turismo, tratando-se do caso específico do município de Sorocaba.

Assim, o trabalho procurou explicar um problema através de referências teóricas publicadas em documentos, buscando conhecer e analisar os aspectos e a relevância cultural desses bens através de um passado existente sobre o assunto. Foi realizada pesquisa bibliográfica há documentos existentes, fontes primárias e secundárias, além de pesquisa descritiva.

Dentre a pesquisa descritiva fez-se uso da coleta de dados acerca dos objetos de estudo selecionados, que são Mosteiro de São Bento e Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim, por meio de alguns instrumentos que são: observação, entrevistas, fotografias e visitas aos locais escolhidos.

Utilizou-se ainda do método biográfico ou história oral, no qual registra-se as experiências vividas pelos informantes em fitas magnéticas de áudio ou vídeo, não dependendo unicamente dos textos escritos para se estudar o passado.

A conversa sobre o passado recente entre jovens e idosos estreita o relacionamento e valoriza os traços culturais locais [...]. É utilizada no trabalho com comunidades, bairros e grupos de vizinhança porque, além de possibilitar o registro de suas memórias, permite o processo de revalorização [...] (CENTRO MEMÓRIA DA UNICAMP)⁵⁴

As entrevistas, portanto, tiveram como base o método acima mencionado, utilizado em trabalhos realizados pela professora Verena Alberti, doutora em Teoria Literária pela Universidade de Siegen (Alemanha) e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nas palavras de Verena Alberti,

⁵⁴ Fonte: <<http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/utilizacao.html>>. Acesso em 26/10/2009.

A história oral é importante dentro da história porque ela traz outras possibilidades de fontes. Durante muito tempo, de modo geral, a história foi baseada somente nas fontes escritas, nas fontes textuais, que eram guardadas em acervos, em arquivos. E a história oral produz outro tipo de fonte, uma fonte intencionalmente produzida: o pesquisador que está interessado em determinado assunto vai procurar o entrevistado, vai gravar entrevistas específicas, com uma metodologia de trabalho própria, diferente das entrevistas jornalísticas. Essas entrevistas se transformam em fontes para o estudo do passado. Ao lado, claro, de outras fontes, porque é necessário sempre que o pesquisador consulte várias fontes e não somente as fontes orais. E esse tipo de pesquisa possibilita também que pessoas que não deixam escritos sobre suas vidas, sobre suas experiências, possam deixar esses registros de acordo com o estímulo que o pesquisador faz. Então, a história oral permite uma ampliação enorme do leque dos objetos do estudo da história. Você pode estudar grupos sociais, atividades e movimentos que de outra forma ficariam esquecidos. A história oral tem a possibilidade de fornecer uma multiplicidade de pontos de vista que antes dela não era tão possível (JORNAL O RIO BRANCO – 20/06/2006)⁵⁵

A partir desse referencial foram realizadas três principais pesquisas com as figuras relevantes para o estudo aqui proposto, que são: Dom José Gatti Mariano (Monge responsável pela administração do mosteiro de Sorocaba e Presidente da Associação Amigos de São Bento), Professor Marcos Marins (Vice-tesoureiro da Associação Amigos de São Bento) e Antonio Paulo Malzoni (Administrador da Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim). A entrevista requerida com o senhor Émerson Soares Presidente da Associação Espírita Beneficente Capela Senhor do Bonfim não pode ser realizada.

Com isso, os dados obtidos por meio dessa pesquisa foram de suma importância para a realização do estudo proposto e as suas conseqüentes reflexões.

⁵⁵Fonte: < C:\Documents and Settings\Desktop\Meus documentos\Trabalho de Conclusão de Curso\Entrevista Verena Alberti.htm>. Acesso em 30/10/2009.

4.4.1 CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DO BONFIM

4.4.2 RESUMO HISTÓRICO

A história de surgimento da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim está intimamente ligada à uma figura histórica de extrema importância para determinados grupos identitários.

João de Camargo, ex-escravo nascido em Sarapuí (cidade que antigamente fazia parte de Sorocaba), em 5 de Julho de 1858, acabou se tornando um líder religioso em todo sentido da expressão, não somente em Sorocaba como em regiões vizinhas, tornando-se conhecido por todo o Brasil (ANDRADE FILHO, 2000).



João de Camargo ⁵⁶

Após a abolição da escravatura João de Camargo, passou por inúmeras dificuldades em sua vida, chegando a certo período de sua trajetória a se entregar ao vício do alcoolismo, sobrevivendo como trabalhador braçal realizando diversos serviços. Entretanto, em 1906, ao se dizer passar experiências místicas transformadoras e de estar incumbido por espíritos da missão de construir uma capela para adoção e para o exercício de seu “dom de cura”, construiu uma capela próxima a cruz da beira de estrada do menino Alfredinho (<www.joaodecamargo.com.br/biografia>).

⁵⁶ Fonte:< <http://www.joaodecamargo.com.br/biografia.asp>>. Acesso em 30/10/2009.

Tudo isso porque segundo a tradição, João de Camargo, teria sido iluminado por espíritos do menino Alfredinho, morto em 1859, em trágico acidente e ao pé de cuja cruz, João teria passado pela iluminação do Monsenhor sorocabano João Soares do Amaral, o qual morreu de febre amarela socorrendo os infectados pela epidemia na cidade (IBIDEM).

A partir desta capela, João iniciou um culto de cunho sincretista afro-brasileira com influências da religião católica, da religião espírita e, principalmente, das religiões negras de origem nas tradições culturais das nações africanas (IBID).

O culto de João de Camargo, portanto, é um culto popular, mas não de acesso vedado as elites, pois, é freqüentado por pessoas de grupos sociais dos mais variados.

Essa já tradição popular, que é o culto a João de Camargo, pode ser percebida e acompanhada durante o ano todo através de cerimônias anuais especiais que ocorrem nos dias de festas de determinados santos ou orixás como, por exemplo, a Lavagem do Bonfim que ocorre no fim do mês de agosto, a Queima dos Pedidos no Dia dos Reis que ocorre em 06 de janeiro e o Culto Umbandista, que ocorre no cemitério em 02 de novembro.

O culto de João de Camargo representa uma das matrizes dos cultos afro-brasileiros no estado de São Paulo. Sua capela merece destaque, pois, seu local de culto aos moldes da igreja católica não é a forma usual do sincretismo afro-brasileiro.

4.4.3 IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ENTORNO

A Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim (nome indicado em uma foto de 1908) está situada atualmente na Avenida Barão de Tatuí nº 1.083, no município de Sorocaba. Entretanto, este local, não era de início onde tudo começou. A primeira capela foi erguida em torno da cruz do menino Alfredinho na altura da esquina da hoje denominada Rua João de Camargo com a Avenida Barão de Tatuí em 1906 e logo após foi construído um pequeno cômodo para servir de cobertura a um poço.



Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim (Foto: Arquivo Capela /cortesia Paulo Malzoni)

Já no ano seguinte devido ao grande movimento provocado pelos fiéis ao local foi providenciada a construção de uma capela maior em frente a outra. E é esta capela que existe atualmente e serve de ponto para culto e romaria aos crentes de todas as partes do país.



Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim atualmente (Foto: Natália S Capati)

A capela apresenta três salas principais, destinadas ao culto dos santos, em que apenas a primeira esta regularmente situada e contém o altar-mor com o Nosso Senhor do Bonfim. Ao lado desta sala há outra sala mais ampla, também destinada ao culto, sendo que a terceira sala fica atrás da primeira e dá acesso a uma espécie de corredor onde há um presepe e uma saleta com várias estátuas sobre um altar e com um Senhor exposto de modo permanente. Por meio da segunda sala tem-se acesso a outras duas saletas em que se cultuam uma infinidade de santos além de Sacco e Vanzetti e ao lado direito da igreja encontra-se o “quarto dos milagres” que é o maior de todos os cômodos.

Fazia parte ainda da capela uma pequena vila que João de Camargo construiu ao redor da igreja devido a recursos de esmolas e romeiros, levantando dezoito casas que deu para os pobres morar. Essa vila atualmente já não existe mais e deu lugar as casas modernas e edifícios comerciais após alargamento da avenida.

4.4.4 PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

Com base na entrevista cedida pelo senhor Paulo Malzoni, a capela possui um sério problema com relação ao córrego, o córrego da água vermelha. Esse córrego passa ao lado da capela, e este se apresenta atualmente totalmente poluído devido a estrutura de saneamento da própria região.

Essa é uma situação que precisa ser melhorada, e ainda de acordo com o administrador da capela a prefeitura não toma ações efetivas para que a situação se resolva de uma vez, ela limpa o córrego, corta o mato e eventualmente fazem uma limpeza no leito do córrego, mas fora isso nada mais é feito.

O Senhor Paulo acredita que essa situação tem se mantido porque falta uma iniciativa da associação no sentido de tentar resolver esse problema, falta uma articulação entre a associação e a prefeitura para tentar resolver essa questão que vem se arrastando há anos.

E fora isso o administrador não identifica nenhum outro problema que seja muito grave, pois, para ele, o que existe são contratemplos relacionados a manutenção, contratemplos do dia-a-dia que ele resolve normalmente mas nada que exija uma atenção especial da prefeitura ou da associação.

4.4.5 APARATO LEGAL EXISTENTE PARA SUA PRESERVAÇÃO

O imóvel é atualmente preservado pela comunidade espírita, ou seja, existe uma associação espírita denominada “Associação Espírita e Beneficente Capela do Senhor do Bonfim”, que é responsável por cuidar da capela e de seu patrimônio. Tal associação zela pelos rituais e presta atendimento ao público e aos fiéis além de prestar auxílio às instituições de caridade.

A associação foi fundada em 1921 e permitiu a legalização do funcionamento do culto de João de Camargo. O papel da associação de acordo com o senhor Paulo Malzoni (administrador da capela) é ser a mantenedora da capela, sendo que esta é formada por voluntários e é uma associação sem fins lucrativos. Esta é formada por mais ou menos quinze membros, que fazem parte da diretoria e do próprio conselho fiscal. Na verdade, a associação eventualmente faz alguma coisa em relação a arrecadação de dinheiro. A capela vem sendo mantida pela colaboração dos devotos, dos fiéis, dos visitantes que chegam e colocam sua contribuição no local, e portanto, não existe nenhuma verba oriunda de outra instituição pública ou privada, da prefeitura ou de qualquer outro local para ajudar na manutenção desse patrimônio.

Ainda com base nos dados fornecidos pelo senhor Paulo o órgão federal (IPHAN) não tem nenhuma ligação com a capela e o estadual (CONDEPHAAT) também não, sendo o tombamento do município cabendo sua preservação ao âmbito municipal. Ou seja, ao Conselho Municipal de Sorocaba.

O único órgão municipal que auxilia na proteção da capela é o Conselho Municipal de Sorocaba, responsável também pela sua fiscalização. A verba para a restauração na verdade não veio de órgão nenhum esse dinheiro foi proveniente da própria instituição, que já tinha dinheiro em caixa guardado há alguns anos e acabou fazendo uso desse recurso para a reforma e a restauração.

4.5.1 MOSTEIRO DE SÃO BENTO

4.5.2 BREVE HISTÓRICO

Baltazar Fernandes, filho de Manoel Fernandes (nobre e ex-governador da cidade de São Paulo) possuía grandes sesmarias na área em que se localiza atualmente a cidade de Sorocaba e em 1654, cansado de andar pelos sertões, decide se fixar em um único local e vai para essa região com toda sua família para lá viver, fundando Sorocaba.

A partir daí constrói sua casa de residência e a Capela de Nossa Senhora da Ponte. Contudo, buscando um rápido progresso para a nascente vila que surgia, resolve seguir o exemplo de seu irmão André Fernandes e traz para a região os monges beneditinos.

Tal bandeirante toma essa decisão, por dois motivos, sendo o primeiro o fato de os padres possuindo muitas terras poderiam vir a distribuí-las aos pobres, atraindo-os, mediante o pagamento de um pequeno foro que lhes possibilitariam moradia e terras para suas roças e o conseqüente sustento de suas famílias e o segundo, o fato de os beneditinos virem a ser professores de seus filhos, ensinando-lhe Canto e Latim, permitindo-lhes assim a serem “Homens Bons” como eram aqueles que não exerciam profissões manuais, com exceção apenas da lavoura.

Os monges beneditinos então dariam aos povoados vivos a assistência religiosa necessária, realizando batizados, casamentos e assistindo aos moribundos. Baltazar Fernandes exigia em troca da doação que fazia doze missas anuais e mais uma em dia de orago.

Sendo assim, em 1660 após a doação feita aos monges do Mosteiro de Parnaíba, estes enviaram para a região um monge para tomar posse do bem doado, o Frei Anselmo da Anunciação, que trouxe juntamente consigo o Frei Mauro.

A partir daí é fundado o Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, o qual ainda permanece sob os cuidados do Mosteiro de São Bento de São Paulo e aparece como o único marco remanescente da história de fundação do município presente no centro da cidade.

Atualmente não existe nenhuma comunidade residindo no local, entretanto, o mosteiro recebe freqüentemente a assistência de um monge da comunidade paulistana, de modo que os monges de São Paulo revezam entre si tal encargo com o intuito de não deixar o

edifício desabitado. Ainda no mosteiro de Sorocaba há uma intensa atividade dos leigos que prestam assistência às famílias carentes e constituem diversos grupos de espiritualidade.

4.5.3 IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ENTORNO

O conjunto beneditino deu início a fundação da Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. O arcabouço de taipa de pilão da capela parece ser o original. Foto de 1924 mostra as fachadas alteradas, sem os antigos beirais, depois da reforma que obedecia às posturas municipais de 1916. O conjunto adquiriu elementos típicos da arquitetura neoclássica do século XIX (PRESTES 1999, p.116)

O mosteiro de São Bento está localizado no centro da cidade de Sorocaba, no largo de São Bento, e se apresenta como um dos poucos exemplares de edificação monástica, ainda original em todo mundo e que, desde 1660, tem a presença quase ininterrupta de monges beneditinos no local.

De acordo com Prestes (1999), constitui-se historicamente na mais importante igreja da Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, construída na parte mais elevada da encosta. Um dos poucos imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, o conjunto beneditino deu origem ao primeiro núcleo urbano. O que chama atenção são a longevidade e importância histórica da pequena Capela e do Mosteiro.

O imóvel em que se encontra o mosteiro é um dos mais antigos existentes na cidade de Sorocaba e, na época de 1650, a área cedida para a construção do imóvel era bem maior do que a área em que ele se encontra atualmente, embora a área construída naquele tempo fosse bem menor. Naquela época a presença humana no local era bem reduzida dando espaço à mata nativa.



1886 – Rua de São Bento e Largo da Matriz (atual praça Coronel Fernando Prestes, centro da cidade). No fundo o Mosteiro de São Bento. (Foto: Júlio W. Durski / PRESTES, 1999)

Ao longo dos anos o prédio do mosteiro sofreu transformações assim como toda a cidade de Sorocaba, contudo, ainda se mantém conservadas grande parte de suas origens, mesmo apesar da ação do tempo, da globalização, das formigas e cupins que se apresentam como um problema para a preservação do edifício atualmente.

A capela de N. Sra. Ou Igreja é a mesma dedicada a Santa Ana e popularmente chamada de São Bento [...]. Esta andou em obras muito tempo, mas as paredes, a madeira, a estrutura, tudo leva a crer que o arcabouço se conservou. [...] O mosteiro foi edificado ao lado do Evangelho, com a porta principal logo pegada à igreja. Hoje, esta foi para o meio e os largos beirais foram trocados por platibanda e calha. O assoalho do segundo piso é o mesmo, idem as janelas sem vidros, para o claustro (PRESTES 1999, p.116).



1903 – Rua de São Bento: Prédio da Câmara Municipal (Direita), Mosteiro de Santa Clara (Centro) e Mosteiro de São Bento (Fundo). (Foto: autor desconhecido / PRESTES, 1999)



1924 – Mosteiro de São Bento e Igreja de Santa Ana. (Foto: Pedro Neves dos Santos / PRESTES, 1999)

O mosteiro, na verdade é um complexo composto por várias salas e prédios. Atualmente tem-se a sala de recepção na entrada, uma sala à direita em que se encontra a sede da Associação Amigos de São Bento, uma sala a esquerda em que se encontra documentos administrativos do mosteiro, logo a diante um corredor que leva até o jardim dentro do mosteiro e, no fim do corredor a direita, a sala de Dom José, em que se encontram arquivos referentes a atas das reuniões da associação, projeto de restauro, e outros. Ainda na parte inferior tem-se as celas dos monges, nenhum sanitário, refeitório e oratório.

O complexo, conta ainda com a Igreja de Santa Ana, um edifício que hoje foi transformado em centro cultural (Espaço São Bento), duas casas ao fundo que estão alugadas para o cartório e duas casas que são utilizadas como moradia pelos funcionários do mosteiro.

A capela é equipada com torre sineira e a fachada principal possui frontão neoclássico, cunhais marcados e três janelas justapostas, sem membros intermediários. As sobrevergas das aberturas da fachada, trabalhadas e levemente recurvadas, acompanham o desenho das vergas, inclusive o da porta principal. Na parte interna, apenas uma nave central, com dois púlpitos laterais e um coro localizado acima da porta de entrada, dividem o espaço ainda entre a nave e a capela-mor, o arco-cruzeiro e dois altares laterais. Ao lado direito corre uma pequena nave com altar de devoção ao Santíssimo e paredes cobertas com placas de mármore registrando efemérides e do mesmo lado, saindo da parte coberta um corredor lateral permite o acesso a uma pequena gruta (PRESTES, 1999).

Com base em Prestes (1999), pode-se afirmar que o retábulo da capela-mor recebeu influência barroca, da segunda metade do século XVIII.

Quanto ao entorno, este se modificou bastante desde a época em que o mosteiro surgiu, no lugar da mata e das árvores, têm-se prédios muito altos, muita poluição visual, muito comércio, postes de eletricidade, fios e um contingente enorme de pessoas que transitam nesse cenário quase todos os dias. Cenário este, bem diferente daquele em que tudo começou como se pode perceber na foto a seguir:



1950 – Largo de São Bento, Mosteiro de São Bento e Igreja de Santa Ana.
(Foto: autor desconhecido / PRESTES, 1999)

4.5.4 PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

De acordo com entrevista realizada em 03 de novembro de 2009 com Dom José Gatti Mariano, responsável pela administração do mosteiro de São Bento de Sorocaba e presidente da Associação Amigos de São Bento, o edifício apresenta como principais problemas, aqueles referentes à infra-estrutura do prédio.

Dom José demonstrou muita preocupação para com a preservação do mosteiro, seu acervo e o legado que este possui. Entretanto, este acredita que a população do município se identifica com local e sua história, por ouvir dos frequentadores mais antigos da igreja como o mosteiro influenciou sua vida e esteve presente nesta.

Para o monge, o prédio está muito bem amparado tanto em relação aos órgãos públicos quanto em relação a entidades privadas e por isso não possui muitos problemas com relação a isso, nem com relação a obtenção de verba. O que segundo o monge afeta diretamente o prédio atualmente são as formigas e os cupins, além de problemas com infiltração de água, o que causa vários desconfortos principalmente num prédio feito de taipa de pilão.

Existe uma inadequada coleta de água, e quando há qualquer contratempo com a água fluvial que passa por baixo do mosteiro, esta acaba por invadir o prédio e a alagar o local.

Problema de ordem econômica, para o monge não existe do ponto de vista que o mosteiro não possui dívidas, mas também não possui o dinheiro todo necessário para dar continuidade as obras do restauro e o ideal seria que tivessem para finalizar toda a obra. Sendo assim, durante a entrevista Dom José enfatizou os problemas de ordem estrutural, alegando que são os que mais precisam de atenção no momento.

4.5.5 APARATO LEGAL EXISTENTE PARA SUA PRESERVAÇÃO

O mosteiro de Sorocaba é protegido e tombado pelo CONDEPHAAT (órgão estadual de preservação), sendo que o projeto de restauração deste foi aprovado pelo IPHAN (órgão federal de preservação).

Dom José busca inúmeras fontes de obtenção de renda para continuar a conservar não só o edifício como a sua história, dentre essas fontes estão o BNDE, o governo federal por meio da Lei Rouanet (lei de incentivo fiscal), patrocínio de empresas privadas (Petrobrás) e a própria prefeitura de Sorocaba, que dá sua contribuição à entidade por meio da Associação Amigos de São Bento

Essa associação então está funcionando até hoje é ela quem se encarrega dos compromissos do mosteiro. O Estado também contribui com uma verba, através de um convênio firmado entre o Estado e o mosteiro de São Paulo, que é o responsável legalmente pela entidade de Sorocaba. Apesar de todo esse aparato, Dom José não reluta em afirmar que a associação é hoje o principal pilar de sustentação dos interesses do mosteiro.

Em relação à composição dessa associação, Dom José é o presidente e conta com muitos colaboradores e quanto ao centro cultural (Espaço São Bento) são hoje cinco coordenadores: Dom José, doutor Censi, Prof. Marcos Marins, Prof, Luisinho Marins e Dom Martim.

Tabela 1 – Categorias de Análise dos Objetos de Estudo

Categorias de Análise	Objetos de Estudo	
	Mosteiro de São Bento	Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim
Proteção Legal	Tombado pelo Condephaat em 1982;	Tombado pelo CMDP em 1996;
Órgão público que auxilia na preservação	Condephaat e Iphan;	CMDP;
Órgão privado que auxilia na preservação	Associação Amigos de São Bento;	Associação Espírita Beneficente Capela Senhor do Bonfim;
Número de membros da Associação	20;	15;
Presidente da Associação	Dom José Gatti Mariano;	Émerson Soares;
Administrador dos bens	Dom José Gatti Mariano;	Antônio Paulo Malzoni;
Os bens são autônomos na tomada de decisão	Não, se reporta ao Mosteiro de São Paulo;	Sim;
Documentos Administrativos	Encontram-se no prédio do mosteiro;	Encontram-se no prédio da capela;
Aberto a visitação	Não;	Sim;
Intervenções Sofridas no Prédio	Atualmente em processo de restauração sem prazo para término;	Passou por reforma e restauração em 2005. Restauração do prédio, imagens e quadros;

Acervo Atual	Encontra-se no local e é formado por imagens e quadros;	Encontra-se no local e é formado por 2.000 imagens e 600 quadros;
Valor Turístico	Sim;	Sim;
Turismo como auxílio para preservação do patrimônio	Entrevistados acreditam que possa vir a auxiliar na preservação desde que bem planejado;	Entrevistado acredita que possa vir a auxiliar na preservação;
Utilizam o Turismo para obtenção de verba	Não;	Não;
Fontes de Obtenção de Recursos	BNDE, Lei Rouanet, Patrocínio da Petrobrás, patrocínio de outras indústrias, mensalidades dos associados da Associação Amigos de São Bento, Prefeitura de Sorocaba, Estado de São Paulo por meio de um convênio entre o estado e o Mosteiro de São Paulo;	Prefeitura Municipal de Sorocaba, Associação Espirita Benficiente Capela Senhor do Bonfim;
Principais problemas	Formigas, cupins, infiltração de água, má coleta de água, falta de verba o restauro total e reboco das paredes;	Córrego da Água Vermelha que passa ao lado e é poluído devido a estrutura de saneamento da região;
Funcionários	2;	1;
População da cidade se identifica com o local	Sim, eleito 1ª maravilha da cidade no Jornal Cruzeiro do Sul;	Sim, a capela está sempre cheia e voluntários se oferecem para ajudar na manutenção do local;
Participa de algum roteiro turístico	Não oficialmente, somente da excursão histórica realizada no centro da cidade uma vez por mês pelo diretor da Biblioteca Infantil (José Rubens Incao);	A capela não. Mas através da “Tarde no Cemitério” realizado pelo diretor da Biblioteca Infantil uma vez ao mês (José Rubens Incao) conta-se a história de João de Camargo;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não pretendem encerrar o assunto tratado, mesmo porque este é bastante amplo e complexo. A intenção é destacar alguns pontos levantados durante o desenvolvimento do trabalho para que se reflita sobre estes.

A recorrente preocupação em relação à conservação da memória, assim como a proliferação de lugares de memória é o primeiro ponto a ser abordado. Pode-se afirmar que isso está correlacionado a fenômenos que marcam profunda e solidariamente as sociedades contemporâneas em todo mundo. Outro marco aqui presente é a verificação de que a idéia de monumento histórico é uma criação deliberada da sociedade ocidental a partir da consciência de que o passado é outro período e que essa ruptura entre passado e presente não existe.

Os bens históricos passam a ter seu caráter único reconhecido e com isso passam de plena liberdade em relação a seu tratamento para métodos mais disciplinados (com regras) de conservação e restauração. A preservação não compete mais as razões do uso e sim a cultura; inicia-se uma busca pela preservação das diversas características dos monumentos como: aspectos formais, históricos e simbólicos.

Essa compreensão da evolução do conceito de patrimônio na história e das formas em que foi e é tratado pelos órgãos públicos de preservação e pelo turismo é de suma importância para a abordagem do objeto dessa pesquisa (como é abordado nos diferentes bens patrimoniais de Sorocaba pelos órgãos públicos) para inserir o debate em seu contexto apropriado. Não cabe aqui discutir o melhor modo de otimizar o usufruto do patrimônio e sim de refletir o que se preserva, de que maneira se preserva, com que intuito se preserva.

A análise das formas de tratamento dispensadas a dois diferentes bens patrimoniais de Sorocaba (Mosteiro de São Bento e Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim) revela que as práticas de conservação do patrimônio não são levadas em conta em todos os bens. O manejo inadequado desses bens por alguns órgãos públicos se faz presente, muitas vezes até por falta de conhecimento e compreensão da importância cultural que aquele patrimônio possui para determinadas camadas da sociedade. O valor turístico dos bens, usualmente se faz presente; entretanto, o desenvolvimento da atividade de modo correto ao que tange os bens patrimoniais de Sorocaba não é realizada.

Existe uma deficiência no município no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo histórico cultural, sendo que os bens patrimoniais não são comumente utilizados para esse fim, devido à visão ultrapassada de que o turismo só viria depredar e não auxiliar na preservação e resgate de uma cultura e identidade.

Outro ponto que convém ressaltar diz respeito à globalização, a homogeneização de povos e culturas e dos avanços tecnológicos aliados a uma idéia de progresso em que os poucos locais e edifícios históricos presentes nos centros urbanos das cidades acabam sendo vistos como um empecilho a este progresso. Assim:

O centro da cidade é circundado por um anel viário formado por um sistema de avenidas que permite interligar todas as regiões e oferece amplas possibilidades de acesso ao distrito industrial, facilitando a locomoção de trabalhadores. Prédios com linhas arquitetônicas modernas, ruas arborizadas, praças e jardins bem cuidados ajudam a conferir um ar jovial que contrasta com as tradições de uma cidade tricentenária (www.sorocaba.sp.gov.br).

Assim as tradições acabam por destoar do perfil moderno do local, e com isso pode-se entender as dificuldades e contratempos enfrentados por aqueles que pretendem preservar os monumentos e tradições da cidade. Tudo isso aliado às dificuldades operacionais dos órgãos de preservação, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, que se encontram sempre a margem de interesses políticos momentâneos e desprovidos de recursos necessários para a boa execução de sua tarefa, a qual inclui sim a fiscalização e a execução dos serviços de manutenção dos bens, uma vez que somente o tombamento do edifício não garante a permanência desse patrimônio a gerações futuras.

Como já se viu anteriormente, em Sorocaba, muitas edificações históricas acabam por ser demolidas ou sofrem descaracterizações antes mesmo que o tombamento chegue para salvar esses bens.

A atuação do IPHAN, por exemplo, poderia ter se voltado mais para a cidade, já que, sua ação tem início em 1937 uma época em que a cidade ainda conservava na área central alguns edifícios de taipa proveniente dos séculos XVII e XIX e também de períodos anteriores.

Esse quadro poderia ter sido modificado, a partir da década de 1970, com as novas orientações nos trabalhos do IPHAN; entretanto, a pretensão de uma instituição mais dinâmica e inclusiva não foram sentidos em Sorocaba. E com isso, a criação do CONDEPHAAT, em 1968, teria sido para suprir essa necessidade de proteção do patrimônio paulista.

Em suma, para uma melhor salvaguarda do patrimônio necessita-se de um corpo técnico atualizado e amparado em princípios metodológicos e conceituais, ação de pessoas dispostas a discutir os quesitos que devem ser levados em consideração no momento da decisão de que bem preservar, e ação de pessoas civis em prol da preservação desses bens (como é o caso da Associação Espírita Beneficente e da Associação Amigos do Mosteiro) que venham a discutir e lutar socialmente por esses. Também seria benéfico a utilização do turismo cultural por parte dos responsáveis pela conservação do patrimônio, tendo em vista, que o turismo pode auxiliar na conservação, colocar em evidência determinados bens e culturas, resgatar a memória e identidade de um local além de integrar a população local com sua história e tradição.

O turismo cultural, portanto, se apresentaria como uma ferramenta diferencial na gama de questões que envolvem o tema de preservação dos monumentos históricos e pode auxiliar para que o patrimônio detenha sua força de ligar as comunidades e os cidadãos às suas raízes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES

BOLLE, W. **Cultura, patrimônio e preservação**. In MARTINS, José Clerton de Oliveira, organizador. – São Paulo: Roca, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHOAY, Françoise; MACHADO, Luciano Vieira. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo : Estação Liberdade. UNESP, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – São Paulo, 2002.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Projeto Museológico**/ Claudia dos Reis Cunha. Sorocaba: MADAS-LAM, 2001.

CURY, Isabelle. Org. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2004.

FILHO PELLEGRINI, Américo. **Ecologia e Turismo**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção Turismo)

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ; Minc; Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor, 2006.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo (SP): Roca, 2003.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte (MG): Ed.UFMG; Território Brasilis, 2002.

OMT. **Introdução ao Turismo. São Paulo**. Roca, 2001. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)**. São Paulo (SP): ProEditores, 1999.

REIS E CUNHA, Cláudia dos. **O Patrimônio cultural da cidade de Sorocaba: análise de trajetória**. São Paulo (SP). 2005.

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo (SP): Petrópolis; Edusp, 2003.

6.2 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CAMARGO, João. Disponível em: <<http://www.educlique.com.br/Patrimonio/I-tombado/I-joao-camargo.html>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

CAMARGO, João. Disponível em: <<http://joaodecamargo.com.br/fatos.asp>>. Acesso em 02 nov. 2009.

CAMARGO, João. Disponível: <<http://joaodecamargo.com.br/filme.asp>>. Acesso em 02 nov. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE TURISMO/CAMARA TEMÁTICA DE SEGMENTAÇÃO, disponível em <http://p.download.uol.com.br:/guiamaua/dt/Segmantaxo_Turismo_Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 30 nov. 2009.

CMU - Centro de Memória da Unicamp, disponível em, <<http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/index.htm> >. Acesso em: 11 nov. 2009.

CPDOC. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/Historal/htm/ho_oqueehistoria.htm>. Acesso em: 14 nov. 2009.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.org.br>>. Acesso em 02 maio. 2009.

Jornal Cruzeiro do Sul (350 anos do Mosteiro). Disponível em: <<http://www.cruzeirosul.if.br/materia.php?editoria=39&id...> >. Acesso em 14 nov. 2009.

Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br> >. Acesso em 10 out. 2009.

Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Disponível em: <<http://www.mosteirosaobentodesorocaba.com.br/index.php?option=content&task=view&id=40&Itemid=45&limit=1&limitstart=1> >. Acesso em: 23 out. 2009.

Mosteiro de São Bento de Sorocaba, acesso em 05/11/2009, disponível em <<http://www.mosteirosaobentodesorocaba.com.br> >. Acesso em: 05 nov. 2009.

Prefeitura Municipal de Sorocaba. Disponível em: < <http://www.sorocaba.sp.gov.br>>. Acesso em 02 maio. 2009.

Revista do Patrimônio. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso em 20 set. 2009.

Sorocaba Ontem e Hoje. Disponível em: <<http://www.snookerclube.com.br/.../ontemhoje.htm>>. Acesso em: 07 nov.2009.

Turismo cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

7.1 LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Aluísio de. et al. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu (SP): Ottoni, 2002.

ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira de. **Um estudo sociolinguístico das comunidades negras do Cafundó, do antigo Caxambu e de seus arredores**. Sorocaba (SP): Prefeitura Municipal: SEC, 2000.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

BEZERRA, Inês Maria Torres de Oliveira Bezerra. **Conforto Ambiental no processo de reutilização de Edifícios Históricos Tombados**. Campinas (SP). Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas. 2003. 167 páginas. Dissertação de Mestrado.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)**. Sorocaba (SP): do Autor, 2004.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo)

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional**. *In*: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. Rio de Janeiro, 1990.

DIAS, Murício Sérgio; FRIOLI, Adolfo. **Minha rua, nossa história: personagens e fatos que dão nome às ruas de Sorocaba**. Sorocaba (SP): Linograf, 2002.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. **A Retórica Da Perda : Os Discursos Do Patrimônio Cultural No Brasil**. Rio De Janeiro (RJ): UFRJ/IPNAN, 1996.

KAPLAN, Nancy Ridel. Mosteiro de São Bento de Sorocaba: catálogo do acervo. São Paulo. Laserprint, 2007.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1985.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Educação patrimonial: da teoria à prática** / Leandro Henrique Magalhães, Elisa Zanon, Patrícia Martins Castelo Branco. – Londrina : Ed. UniFil, 2009. 108 páginas.

MASCARELLO, Sonia N. (org.). **Patrimônio cultural. Documentos internacionais e nacionais sobre preservação de bens culturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 1986.

MATHIEU, Catherine Marie. **Do Musgo à Pedra: Métodos de Valoração Contingente Aplicados ao Patrimônio Histórico**. Campinas (SP). Universidade Estadual de Campinas. 2000.

MENEGUELLO, Cristina. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. Campinas (SP) [s/n]. 2000.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os "usos culturais da cultura": Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. In: YAZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1999.

NATAL, Caio Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Campinas (SP): [s/n], 2007.

POZZER, Guilherme Pinheiro. **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002)**. Campinas (SP). [s/n]. 2007.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas da História: os antecedentes , a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968**. Campinas (SP). Universidade Estadual de Campinas. 1992.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Memória Cultura e Cidadania: Estudo de Uma Política Pública**. Campinas (SP). Universidade Estadual de Campinas. 2000.

WERNECK, Bráulio. **Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914: repositório histórico, literário e recreativo**. Taquarituba (SP): Juracy Tenor, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CRONOLOGIA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

1936	Mário de Andrade elabora por encomenda do ministro Gustavo Capanema, anteprojeto para a criação de um serviço federal de proteção ao patrimônio
1936	O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começa a funcionar em caráter provisório, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade
1937	Em 30 de Novembro de 1937 é promulgado o decreto-lei nº 25, que cria o SPHAN e regula o instituto do Tombamento
1941	É promulgado o decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República
1946	O SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)
1961	É promulgada a lei nº 3.924, de 26 de Setembro de 1961, que dispõe sobre a proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos.
1967	Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposenta, entregando a direção do SPHAN a Renato Soeiro.
1970	Realização de reunião de governadores para tratar da questão do patrimônio histórico e artístico nacional e elaboração do documento Compromisso de Brasília.
1970	O DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional.
1971	Reunião com governadores recém-empossados sobre o mesmo tema e elaboração do Documento Compromisso de Salvador.
1973	Criação, junto à SEPLAN, do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH).
1974	Início da gestão de Ney Braga no MEC.
1975	Elaboração, no MEC, do documento Política nacional de cultura.
1975	Criação do Centro Nacional de Referência Cultural.

1975	Promulgação da lei nº6.292, de 15 de dezembro de 1975, que torna obrigatória a homologação pelo Ministro da Educação e Cultura de tombamentos e de cancelamentos realizados no âmbito do IPHAN.
1976	Aprovação do regime interno do IPHAN, renovação do convênio do CNRC.
1977	O PCH é estendido aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
1978	Início da gestão de Euro Brandão no MEC, assinatura do termo aditivo ao convênio do CNRC.
1979	Início da gestão de Eduardo Portella no MEC, Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN, o PCH é integrado ao IPHAN.
1979	Realização do Seminário de Ouro Preto, que inaugura a prática de diálogo com as populações dos Centros Históricos tombados.
1980	Aloísio Magalhães é nomeado secretário do SPHAN e presidente da FNPM.
1980	Aprovação do estatuto da FNPM, a cidade de Ouro Preto é inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.
1980	Início da gestão de Rubem Ludwig no MEC.
1981	Criação da Secretaria de Cultura (SEC) do MEC. A SPHAN e a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) transformam-se em subsecretarias.
1981	Elaboração, em seminário da SEC, do documento Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC.
1982	Aloísio Magalhães morre em Veneza, Marcos Vinícios Vilaça assume a SEC, início da gestão de Esther de Figueiredo Ferraz no MEC, a cidade de Olinda é inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.
1983	Incorporação dos museus da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maia e do museu de biologia Melo Leitão à FNPM.
1983	As ruínas de São Miguel das Missões são inscritas na lista do Patrimônio Cultural da UNESCO.
1984	Incorporação da Cinemateca Brasileira à FNPM, incorporação do Museu Lasar à FNPM.
1985	Incorporação do Sítio Santo Antônio da Bica à FNPM, extinção da SEC e criação do Ministério da Cultura (MINC), que é assumido por José Aparecido de Oliveira.
1985	Criação, no âmbito do MINC, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Secretaria de Ação Cultural

	(SEAC).
1985	Ângelo Osvaldo de Araujo Santos assume a direção do SPHAN, José Aparecido de Oliveira deixa o MINC para assumir o governo do Distrito Federal, elaboração do documento Compromisso Cultural da Nova República.
1985	Aluísio Pimenta assume o MINC, Ricardo Cioglia assume a presidência da FNPM, realização em Brasília de dois seminários no MINC, um com representantes da sociedade civil e outro interno, de que resulta o documento Política Cultural.
1985	O Centro Histórico de Salvador e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG), são inscritos na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.
1986	Início da gestão de Celso Furtado no MINC, Joaquim Falcão assume a Presidência da FNPM, aprovação da Lei Sarney, aprovação dos estatutos da SPHAN e da FNPM, o Parque Nacional de Iguaçu é inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.
1987	Osvaldo José de Campos Melo é nomeado secretário da SPHAN e presidente da FNPM, o plano piloto de Brasília é inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.
1988	Promulgação da Constituição do Brasil, em que os artigos 215 e 216 se referem especificamente à cultura.
1988	Criação da Fundação Cultural Palmares, José Aparecido de Oliveira assume o MINC, Augusto Carlos da Silva Teles é nomeado Presidente da FNPM, o Conselho Consultivo da SPHAN passa a opinar também quanto ao arquivamento de processos de tombamento.
1989	Augusto Carlos da Silva Teles é nomeado secretário da SPHAN, Ítalo Campoflorito é nomeado secretário da SPHAN e presidente da FNPM.
1990	Extinção do MINC e criação da Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, extinção da SPHAN e da FNPM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), extinção do Conselho Consultivo da SPHAN, Ipojuca Pontes assume a Secretaria da Cultura, vinculada à presidência da República, Lélia Coelho Frota assume a presidência do IBPC.

1991	Sérgio Paulo Rouanet assume a Secretaria da Cultura, Jayme Zettel assume a presidência do IBPC, Sanção da Lei Federal de Incentivo à Cultura (lei nº 8.313, de 23/12/1991).
1992	Recondução do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Extinção da Secretaria da Cultura e recriação do Ministério da Cultura, assumido por Antônio Houaiss.
1993	Jerônimo Moscardo assume o Ministério da Cultura, Francisco Melo Franco assume a Presidência do IBPC, Luis Roberto Nascimento Silva assume o Ministério da Cultura, Glauco Campelo assume a Presidência do IBPC.
1994	O IBPC volta a se chamar IPHAN.
1995	Francisco Weffort assume o Ministério da Cultura.
1996	Início da estruturação do Programa de Revitalização de sítios urbanos através da recuperação do patrimônio histórico (futuro programa Monumenta), uma parceria entre o IPHAN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.
1997	Realização, em Fortaleza, do Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, da qual resultou a Carta de Fortaleza, o programa Monumenta é transferido para o Ministério da Cultura.
1998	Portaria do Ministro da Cultura cria Comissão e grupo de trabalho para elaborar proposta de acautelamento do patrimônio cultural imaterial brasileiro.
1999	Criação, no âmbito do Ministério da Cultura, da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, assumida por Octávio Elísio Alves de Brito, Carlos Henrique Heck assume a presidência do IPHAN.
2000	Edição do Decreto Presidencial nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
2002	O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprova os registros do Ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES) e da arte gráfica Kusiwa, dos índios wajãpi (AM).
2003	Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura, Márcio Meira assume a Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do

	Ministério da Cultura, Maria Elisa Costa assume a Presidência do IPHAN, reestruturação do Ministério da Cultura e extinção da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, reestruturação do IPHAN e criação do Departamento de Patrimônio Material, do Departamento de Patrimônio Imaterial, e do Departamento de Museus e Centros Culturais.
2004	Antônio Augusto Arantes assume a presidência do IPHAN, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular sai da Funarte e passa a integrar o IPHAN, a arte kusiwa dos wajãpi (AP) foi proclamada pela UNESCO obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

APÊNDICE B – HISTÓRICO RESUMIDO DE SOROCABA

Antes da chegada dos europeus viviam onde hoje se encontra a cidade de Sorocaba os índios tupiniquins (pertencentes ao grupo tupi). Os índios utilizavam caminhos e picadas abertas na mata, sendo que uma dessas vias era chamada de Peabiru (O Caminho do Sol), um caminho que ligava várias regiões da América do Sul. Uma derivação dessa estrada passava por Sorocaba. Os índios deram muitos toponímicos ao local: Sorocaba (significa Terra rasgada), Itapeva (pedra chata), Araçoiaba (esconderijo do Sol), Itavuvu (pedra grande e chata). (ALMEIDA 2002).

Em 1589, Afonso Sardinha “O Velho” e seu filho Afonso Sardinha “O Moço”, acompanhados do técnico em minas Clemente Álvares estiveram no Morro do Araçoiaba em busca de ouro. Encontraram somente minério de ferro, comunicando esse achado ao Governador Geral. Dez anos mais tarde, o Governador Dom Francisco de Souza esteve próximo ao Morro do Araçoiaba e fundou a Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, levantando o Pelourinho (coluna de pedra ou madeira em que se amarravam os criminosos e escravos fugitivos para aplicação de castigos) que era símbolo da justiça; para ser considerado Vila, o povoado tinha que possuir um pelourinho. Ordenou o Governador que se buscasse ouro pela região, e não o encontrando após seis meses, Dom Francisco retirou-se. A Vila entrou em decadência. No ano de 1611, a Vila transferiu-se para o Itavuvu (hoje um bairro da cidade) e mudou seu nome para Vila de São Felipe, em homenagem ao Rei Felipe da Espanha (que era também rei de Portugal).

Em 1654, Baltazar Fernandes, bandeirante paulista nascido em Santana do Parnaíba toma posse das terras doadas a ele (sesmarias) e manda construir a Igreja de Nossa Senhora da Ponte. Dá início, então, à fundação de Sorocaba. Doou terras para os beneditinos construírem o Mosteiro, contanto que mantivessem uma escola. No ano de 1661, Baltazar Fernandes vai até São Paulo para encontrar-se com o Governador Salvador Correa de Sá e Benevides, requerendo a elevação do povoado à categoria de Vila. No dia 03 de março de 1661, Sorocaba foi elevada à categoria de Vila e o Pelourinho do Itavuvu foi transferido para lá.

Somente no século XVIII, no ano de 1733, passa por Sorocaba a primeira tropa de muares (cerca de 2.000 animais) conduzida pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, considerado o fundador do Rio Grande do Sul; inicia-se o ciclo do Tropeirismo. Com o passar dos anos, o comércio desses animais consolidou-se, formando em Sorocaba a famosa “Feira de Muares”. Criou-se, também, o Registro de Animais, onde eram recolhidos os impostos desse comércio. Sorocaba tornou-se uma cidade importante, tanto que o Estado era conhecido como São Paulo de Sorocaba. Nos meses da Feira a Vila ficava cheia de gente, o comércio e a indústria caseira (artesanato) se desenvolviam. Companhias de teatro e circo, espetáculos musicais e óperas se apresentavam primeiro em Sorocaba para depois irem para São Paulo ou outras capitais.

Em 1785, o guarda-mor português Antonio José da Silva muda-se de Lorena para Sorocaba, fixando residência no bairro do Pirajibú do Meio e traz consigo uma imagem em madeira de Nossa Senhora Aparecida. Mandou construir uma capela e esta foi a segunda igreja dedicada a Nossa Senhora Aparecida (a primeira foi a da cidade de Aparecida/SP). Hoje esse local é o bairro Aparecidinha.

Dom João VI, nessa época Príncipe Regente, ordena a fundação da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, a primeira Siderúrgica da América Latina, no ano de 1811. Essa Fábrica localiza-se onde hoje é a Fazenda Ipanema, na época pertencente à Sorocaba. Na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema vieram trabalhar suecos e alemães,

todos eles protestantes. Um desses funcionários deu fim a sua vida, suicidando-se. Como os padres católicos não quiseram enterrá-lo num cemitério católico, foi pedida a permissão a D. João para a construção de um cemitério protestante. Dada a permissão, construiu-se, em Ipanema (Sorocaba) o Primeiro Cemitério Protestante do Brasil.

Em 12 de Novembro de 1818, pela primeira vez a Siderúrgica do Ipanema funcionou com êxito, fundindo três cruces de ferro (hoje uma delas está no Museu Histórico Sorocabano, a outra na Fazenda Ipanema e a última no final da av. Ipanema, em Sorocaba).

Em 5 de fevereiro de 1842, Sorocaba foi elevada ao título de cidade. Já em 17 de maio do mesmo ano, Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar foi aclamado Presidente da Província de São Paulo (título correspondente ao de governador), dando início à Revolução Liberal, luta dos políticos liberais contra os políticos conservadores. Alguns dias depois, Duque de Caxias veio para Sorocaba e sufocou a Revolução Liberal. O Brigadeiro Tobias, antes da chegada de Caxias, em 14 de junho, casou-se com a Marquesa de Santos e escondeu-a no Casarão do Capitão Chico (hoje Museu Histórico Sorocabano – Parque Zoológico Quinzinho de Barros), e em seguida, fugiu para o Rio Grande do Sul, onde foi preso e encaminhado para o Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, Brigadeiro Tobias e os participantes da Revolução Liberal recebem anistia do Imperador.

Em 1844, inicia-se a iluminação pública da cidade por indicação do vereador Bento Loureiro, presidente de Câmara. A iluminação era de lâmpiões. Dois anos se passam e Sorocaba recebe a primeira visita do imperador Dom Pedro II. A segunda visita do Monarca deu-se em 20 de agosto 1875. A terceira vez foi 25 de setembro de 1878. A quarta e última visita se deu em 9 de novembro de 1886. Dom Pedro II costumava hospedar-se num sobrado da Rua das Flores (hoje Monsenhor João Soares). Visitava escolas, igrejas, fábricas e o Gabinete de Leitura. Passava pelas ruas em carruagem aberta. A cidade o recebia com festividades.

Por volta de 1850, Sorocaba começa a cultivar algodão para exportar para a Inglaterra porque os EUA, que forneciam algodão para os ingleses, estavam em guerra civil (Guerra da Secessão).

No dia 10 de julho de 1875 inaugurou-se a Estrada de Ferro Sorocabana, por obra do empreendimento de Luiz Matheus Maylasky. Tempos depois, este receberá o título de Marquês de Sapucaí. Em 18 de junho do mesmo ano, a locomotiva Ipanema já havia chegado à Sorocaba, estando pronta para inaugurar a Estrada de Ferro.

Em dezembro de 1882, Manoel José da Fonseca funda a Fábrica Nossa Senhora da Ponte e dá início ao ciclo da industrialização sorocabana. É a primeira fábrica de tecidos de grande porte em Sorocaba. Três anos mais tarde, acontece a primeira greve de trabalhadores em Sorocaba. Eram os pipeiros, carroceiros que retiravam água do Rio Sorocaba e transportavam em carroções-pipas para vender à população. O local mais adequado para retirada da água foi reivindicado também pelas lavadeiras. A Câmara Municipal lançou um decreto proibindo os pipeiros de retirarem água naquele local. Bastou para que esses trabalhadores fizessem greve e deixassem a cidade sem água. Ganharam a causa, mas pouco tempo depois a cidade já possuía água encanada e rede de esgoto, e os pipeiros deixaram de existir.

No natal de 1887, todos os escravos de Sorocaba foram libertados. Eram cerca de 940 escravos que receberam a alforria cinco meses antes da promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888).

São fundadas, em 1890, as fábricas de Tecidos Votorantim, Santa Rosália e Santa Maria. Já em 1897 é fundado o jornal “A Conquista do Bem”, do Partido Democrata Socialista em prol dos trabalhadores. Os operários começam a se organizar; no mesmo ano fica marcado com da primeira epidemia de febre amarela. A população foi quase toda dizimada. As conseqüências foram catastróficas.

A segunda epidemia de febre amarela volta entre na virada do século. O Monsenhor João Soares do Amaral auxiliou os doentes, desdobrando-se como pôde em auxílio aos necessitados. Apesar de ter condições financeiras de abandonar a cidade, resolveu ficar e ajudar os pobres doentes. Essa segunda epidemia foi mais terrível do que a primeira. Monsenhor João Soares do Amaral contraiu febre-amarela e morreu em 21 de fevereiro de 1900.

A Primeira greve dos operários da Companhia da Estrada de Ferro Sorocabana se dá ao ano de 1902. E foi em um discurso, em 1903 que Alfredo Maia apelidou Sorocaba de Manchester Paulista. Manchester era uma importante cidade industrial inglesa. A maior parte das indústrias de lá, como as de Sorocaba, era têxtil.

Em 1917, os operários anarquistas, quase todos descendentes de espanhóis e italianos, realizaram em julho a primeira greve geral de Sorocaba. Lutavam por melhores salários e condições de trabalho, bem como redução da jornada de trabalho. Cerca de 10 mil operários paralisaram suas atividades do dia 16 ao dia 19 de julho de 1917 em Sorocaba.

No ano de 1929, Chuvas torrenciais castigam Sorocaba em janeiro, transbordando o rio que se elevou, subindo mais de seis metros. Foi uma das maiores enchentes de Sorocaba. Um ano após o incidente, chega a Sorocaba o trem presidencial, no dia 30 de outubro, trazendo no último vagão o chefe da revolução de 1930, Getúlio Vargas. Devido à aglomeração dos populares, Getúlio não pôde descer na estação. Curiosamente, em março, nas eleições presidenciais, Getúlio obteve em Sorocaba somente três votos.

No dia Sete de setembro de 1931, Alberto Santos Dumont, o pai da aviação, em passeio por Sorocaba resolve fazer e registrar aqui o seu testamento no cartório de Renato Mascarenhas. Foram testemunhas: Simpliciano de Almeida, Alberto Trujillo, Thomaz Rodrigues, José M. de Proença, Norberto Bastos.

E no dia 12 de julho de 1932 partem de Sorocaba os primeiros voluntários da Revolução Constitucionalista: Hilário Correia, Jorge Martins Passos, Francisco Amaral Rogick, Leão Amaral Rogick, Rubens Scherepel, Rubens Gonçalves, Álvaro Martins Filho, Brasil Melchior, Carmo Scarpa, José Vieira Rodrigues, José Ibrahim Sacker, Líbero Mudini, Ovídio Cattuzzo, Floriano Pacheco e Ari Seabra.

Em 1936, acontece a primeira eleição municipal depois da revolução de 1930. Concorreram três partidos: a Ação Integralista Brasileira, o Partido Constitucionalista e o Partido Republicano Paulista. Foi a primeira vez que uma mulher concorreu a um cargo eletivo em Sorocaba. Essa mulher foi a professora Francisca da Silveira Queiroz, que obteve 127 votos e não foi eleita vereadora.

Já em 1947, depois do Estado Novo (ditadura de Getúlio Vargas imposta a partir de 1937), acontece a primeira eleição municipal. Foram eleitos cerca de 14 comunistas, entre eles a primeira vereadora de Sorocaba, Salvadora Lopes Peres. Esses comunistas foram cassados no dia da posse, em 1º de janeiro de 1948 e não puderam assumir.

O Golpe militar se instala no Brasil no ano de 1964. Em Sorocaba, no primeiro dia do golpe foram presos diversos sindicalistas, operários, políticos, estudantes e padres progressistas. Entre eles: Agrário Antunes (vice-prefeito), Aldo Vannuchi, Guarino Fernandes dos Santos, Antonio Sant'Ana Marcondes Guimarães, Hélio Teixeira Callado, Plácido Mazzon e Celso Ferraz.

Surge no ano de 1969, um novo ciclo industrial com a vinda de indústrias como a Faço, a Catu e outras. Sorocaba se desenvolve, rodovias são construídas e a migração aumenta.

Hoje, segundo o Convention & Visitors Bureau de Sorocaba, a cidade possui mais de 1.800 indústrias e as principais atividades econômicas são: indústrias de máquinas, indústrias têxteis, equipamentos agrícolas, químicas, siderurgia e metalurgia pesada,

autopeças, petroquímicas farmacêuticas, papel e celulose, produção de cimento, energia eólica, eletrônica, ferramentas, telecomunicações, entre outras.

Escriptura de Doação

Saibão quantos este publico Instrumento de carta de doação ouvirem dizer, como no anno do Nascimento de N. S. Jesus Christo de 1667 annos, aos 4 dias do mez de Julho do dito anno, nesta Villa de N. S. da Ponte de Sorocaba, nas casas dos Religiosos do Patriarcha São Bento, nesta dita Villa, aonde eu Tabellião e Escrivão da Camara ao diante assignado fui chamado, e em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, me foi dito pelos Juizes Ordinarios, Vereadores, e mais officiaes da Camara todos ao diante nomeados, e assignados, que servem este presente anno, que elles por esta carta de doação davão e doavão, como com effeito derão e doarão ao Muito Reverendissimo Padre Maioral o Reverendissimo Frei Francisco da Visitação, D. Abbade Provincial da Religião do Patriarcha S. Bento, neste Estado do Brasil o pasto que corre da cruz da Igreja de N. S. da Ponte, que é da dita Religião assim como vai correndo pela estrada do Capm. Pedro de Miranda até o matto que fica a parte do Sul; e da parte do Norte até a cruz, e della rumo direito até o rio dos Couros; como tão bem da parte do matto, assim da dita estrada, rumo direito até o dito rio. E este pasto assim demarcado lhe davão e a doavão pela cerca do convento que de presente mandão fazer na dita Igreja. E assim dicerão mais os officiaes da Camara que outro sim davão e doavão ao sobredito Padre Provincial o capão que comessa do dito Ribeirão dos Couros, e vai correndo pela estrada do Capm. Jacinto Moreira Cabral até os campos que suas rossas e lavouras, com todos os mattos, e mais brejos que nelle ha, com declaração e condicção que se em algum tempo os Provinciaes tirarem daqui os Religiosos, e desfizerem o Convento por qualquer occasião que seja; os ditos pastos e capão com

ALMANACH ILUSTRADO DE SOROCABA

todas as bemfeitorias que nelle ouver ficarão livres e desembargadas á Camara d'esta Villa como *cousa sua propria* para as darem a quem quizerem. E pelo Revdmo. Padre Provincial, e pelo Revmo. Frei Ancelmo d'Anunciação Presidente nomeado de N. S. da Ponte foi dito a elles officiaes sobreditos da Camara, que elles em nome de sua Religião acceitavão esta doação com a declaração e condicção acima feitas, querião e erão contentes; e que em caso que os Provinciaes futuros tirassem daqui os Religiosos, tudo o dosdo nesta doação ficasse livre, e desembargado, com todas as sua bemfeitorias, á Camara desta Villa; e assim mais querião ficasse livres no caso sobredito tudo aquillo que a esta os moradores desta Villa e seo termo, derão de esmolla para a fabrica da Igreja e Sacristia, e convento. E outro sim foi dito pelo sobredito Padre Provincial que elle em gratificação d'esta doação, e as esmollas esperadas de seus moradores, para ajuda de se fazer o convento, e tanto que estiverem nelle feito quatro ou cinco cellas, em nome de sua Religião e como Provincial, se obrigava a por no dito convento um ou dois Religiosos que ensinassem latim e canto, a todos os filhos dos moradores d'esta Villa que quizessem estudar ãa e outra cousa. Por assim um e outro serem contentes, e o acceitarem mandarão a mim publico Tabellião e Escrivão da Camara fazer esta carta de doação, neste meu livro de nottas, da mesma Camara, e delle para traslados se necessarios forem: e dicerão os sobreditos Juizes, e Vereadores, e mais officiaes da Camara que por esta carta de doação havião por dada posse ao sobredito Padre Provincial dos ditos pastos e capão; e eu Tabellião de Publico Judicial, como pessoa publica, extipulante e acceitante, estipulei e aceitei em nome das partes presentes a que toca, e tocar possa, perante as testemunhas presentes, que, depois de lida esta vasta doação, as partes assignarão commigo, e com elles. Estavão sete assignaturas.

NOTTA:— Não ha duvida que pela escriptura de doação acima ficou esta firme e valiosa, porem devemos supór que a Camara a fiserá para que o Provincial cala-se e se esquece-se da usurpação que a dita Camara havia feito das terras do patrimonio do Mosteiro; porem na era de 1706 a Camara em Sessão resolveo mandar lavar o termo do theor seguinte:

Aos onze dias do mez de Setembro de 1706 annos nesta Villa de N. S. da Ponte de Sorocaba, em pousadas do Juiz Ordinario Capm. João de Moura Fabião, por falta de casa do Concelho, onde se juntarão os officiaes da Camara que do presente servem para tratarem do bem commum deste povo, e servisso de S. Magestade que Deus guarde por muitos annos. E pelo Vereador mais velho Capm. João Machado Leme foi requerido ao Capitão-Mor desta Ca-

Notas historicas

pitania da Conceição, que presente estava; que esta Villa carecia de seo rocio que lhe era dado para os moradores fabricarem em suas vivendas, no qual estava um Mosteiro do Patriarcha S. Bento defendendo com uma dacta que lhe havia dado os officiaes da Camara que presidião antigamente para fundarem um hospicio com sua cerca, quanto bastassem aos Religiosos que assisticem; com condição de darem escolla aos filhos dos moradores, o que até agora não fizeram, somente assiste um Religioso Presidente n'um hospicio feitorizando sua gente de lavoura, o qual defende a terra pertencente ao rocio desta Villa com prejuizo da Camara dos rendimentos que podia ter das rendas dos moradores que nella fazem suas, as ditas vivendas, e lavouras. Para que determinavão que os moradores que quizerem viver no districto do rocio, venhão arrendar a Camara, como é velho, e costume em toda parte; e os que estiverem situado no dito rocio, e districto fossem notificados para que apresentem suas petições para se lhes arrendar; e somente para a dita Religião se lhe poderá conceder no rocio, terra quanto basta para ser cercado, não faltando a obrigação, que devem de sua dacta, de encinarem os filhos dos moradores: do que de tudo se passou este termo em que se assignou o dito Capm. Mor junto com os officiaes da Camara, ou Gregorio de Lapenha Escrivão da Camara que o escrevi. *Manoel Gonçalves Ferreira, João de Moura Gavião, João Machado Leme, João de Souza Pereira.*

APÊNDICE C – ENTREVISTA REALIZADA COM PROFESSOR MARCOS MARINS

QUESTIONÁRIO SOBRE A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO BENTO

- 1) Qual a sua função dentro da instituição e que responsabilidades compete ao senhor?

A Associação Amigos de São Bento surgiu com um grupo de amigos e profissionais de Sorocaba que conheciam o mosteiro, sabiam da sua importância e começaram a lutar por ele. Atualmente com o conselho e tudo, a associação deve ter uns 20 membros, a diretoria tem presidente, secretário, tesoureiro eu sou a diretoria também, eu sou vice-secretário, tem o secretário, o tesoureiro, como a diretoria de qualquer associação.

A função da associação é arrecadar fundos para a restauração do mosteiro, exclusivamente para a restauração, no momento é para isso, arrecadar fundos para a restauração do mosteiro de São Bento e já consegui muito dinheiro, já se construiu a hospedaria e temos bastante sócios atualmente.

Qualquer pessoa pode participar da associação e pode contribuir com 5 reais, 10 reais, 2 reais basta querer contribuir e ficar sócio da associação e o dinheiro vai para restaurar o mosteiro.

A associação não é a única que mantém o mosteiro quanto a verba, para a restauração, por exemplo, já recebemos dinheiro da prefeitura, estamos recebendo dinheiro da Lei Rouanet, empresas né que podem descontar através da lei rouanet, agora recebemos licenciamento de dois milhões e oitocentos mil reais referente a empresas, mesmo porque não tem como a associação manter tudo sozinha.

E nós temos a nossa arrecadação devagarzinho, nós arrecadamos por mês uns dois mil reais

- 2) O que o mosteiro representa para o senhor?

Eu me envolvi com o mosteiro porque sempre fui católico, sempre morei ali perto, a quarenta metros do mosteiro de São Bento. Eu me identifico com a história do mosteiro, eu freqüentava lá, conheço lá, conheci todos os monges que foram priores

- 3) Que importância o mosteiro possui para a cidade de Sorocaba atualmente em sua opinião?

A importância é que é o berço da fundação da cidade de Sorocaba, ali está enterrada Baltazar Fernandes o nosso fundador da cidade de Sorocaba. É uma importância ímpar, é uma das únicas cidades que nasceu ao redor de um mosteiro beneditino. É uma importância ímpar para ser restaurado e a vantagem em relação a questão cultural é a seguinte, que quase não existe mais mosteiros que não sofreram intervenção, o de Sorocaba é um dos únicos, muitos foram destruídos, se perderam na guerra e esse não, esse nunca ficou vazio, sem monge e nunca sofreu uma modificação, ninguém derrubou e fez outro.

Em relação a restauração o que está tombado vai ser mantido mas você vai adaptando o resto né, que nem por exemplo, a parte antiga do mosteiro ali na frente que tem as celas que não possuem banheiro ninguém mexe, agora se vai ter monge ali depois de restaurado a parte antiga, eu acho que não mas pode ser que tenha.

- 4) Qual o acervo atual?

Existe um acervo importantíssimo né, de imagens, quadros e pinturas. Todo o acervo do mosteiro de Sorocaba consta em um livro da Nancy Kaplan, professora doutora da Unicamp, ela fez um bom trabalho lá, fotografou as imagens, então conta um pouco da história.

- 5) Os documentos administrativos se encontram na capela?

Todos os documentos administrativos da associação se encontram no mosteiro, pois, é lá a sede administrativa da associação e quem toma conta disso é o presidente da entidade, no caso Dom José.

- 6) Além do valor histórico e artístico da capela o senhor acredita que ela possua um valor turístico? O senhor acredita que o turismo poderia vir a auxiliar na preservação da capela?

O valor turístico do mosteiro para a cidade é incontestável, nem se diga, já é tarde, já deviam ter, espero que o curso de turismo da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, faça alguma coisa a respeito, a respeito mais profissional com relação ao turismo central na cidade, apesar de que tem um moço que é diretor da Biblioteca Infantil, chama Rubens Zinca, ele faz uma tal excursão histórica ali no centro, ele faz eu não sei quando, se é uma vez por mês, e ele faz, passa no mosteiro, passa na catedral, passa na prefeitura antiga que era o primeiro teatro e vai contando, ele faz até turismo no cemitério, contando a história de Sorocaba através do cemitério. Então Rubens Zinca e ele é muito bonzinho.

O turismo pode, o turismo é coisa fundamental para o conhecimento, para a cultura humana, turismo é tudo, turismo bem feito é tudo, já imaginou o que você pode fazer com turismo histórico em Sorocaba, cidade que vai fazer, o mosteiro vai fazer ano que vem 350 anos, você viu que vai sair o selo e vai sair a medalha, tá no cruzeiro do sul de hoje. Foi aprovado, vai sair um selo nacional do mosteiro em abril do ano que vem, o mosteiro ao completar 350 anos ganha uma medalha cunhada pela Casa da Moeda, vai ser em 21 de abril que o mosteiro completa 350 anos, então quer dizer, o turismo é fundamental, depende dos bacharéis em turismo transformar o turismo em algo espetacular com cultura e desenvolvimento, planejamento racional para formar as pessoas, porque hoje em dia você faz um excursão e vê tudo bonito, mas não acrescenta nada, você precisa saber por que aquilo acontece.

O importante, o turismo tem que fazer, o turismo tem que resgatar a importância das coisas e mostrar para a população que é importante fazer turismo ali. Não é coisa de guia turístico, eu acho que Sorocaba tem muito, muita coisa para se fazer.

- 7) Quais os órgãos públicos municipais que auxiliam na preservação da capela e como auxiliam, por meio de qual política pública?

A prefeitura municipal já deu muitos recursos, o próprio prefeito deu 200 mil reais se não me engano e sempre há o governo do estado já deu uma parcela de dinheiro também, todo mundo está colaborando né, no que é possível. Agora a maior parte vai ser da Lei Rouanet mesmo, porque aquilo lá fica caro, porque é um prédio tombado, a primeira coisa que foi feita foi a prospecção de uma parede que levou seis meses para ser restaurada, o negócio é trabalhoso, depois eles fotografam, vem um escritório de São Paulo vê se está de acordo se não está de acordo, é complicado.

Não pense que restaurar é tirar e rebocar de novo, se fosse assim tava bom, não pode usar tinta, a tinta é feita de terra.

- 8) Quais os principais problemas da capela atualmente (físicos/econômicos/ de infraestrutura)?

Olha não tem problema nenhum, porque o que se tem é o que precisa ser restaurado que não pode ser usado, porque a igreja tá lá caindo, precisa ser restaurado, não tem jeito, o problema principal dele é o restauro. Hoje nós fizemos uma hospedaria, que a gente chama de hospedaria, que é um prédio novo.

Quando chove muito a água chega a alagar o mosteiro e tudo isso faz parte do restauro, tudo isso tem que restaurar, tem que fazer uma saída de água de chuva, e tudo isso vai ser feito. Toda a energia elétrica vai ser restaurada, toda essa parte de chuva, de água de chuva, a parte de esgoto, a restauração vai ser completa.

8) Na sua opinião, quem faz mais pelo mosteiro, pela preservação do mosteiro a associação ou algum órgão público?

Não, a associação é um grupo de amigos, de amigos de São Bento que lutam e incentivam, que todo mundo coopera, todos são cooperadores em Sorocaba, a gente não pode reclamar, tanto a prefeitura colabora quanto a associação, mas quem mantém viva a restauração do mosteiro é a Associação Amigos de São Bento, que é quem vai atrás e faz, pega nego para ser sócio entende, levanta aquilo lá, agora aquele espaço São Bento lá para chamar atenção, o espaço São Bento é um centro cultural, tem exposições. Quem toma as iniciativas é a associação mesmo, é isso que a gente faz, a associação no fundo não deixa a turma esquecer, procurando resgatar a cultura. Eu diria que a população tem um vínculo com o mosteiro, porque ela elegeu o mosteiro como a 1ª das sete maravilhas da cidade em uma pesquisa realizada pelo Jornal Bom Dia.

APÊNDICE D – ENTREVISTA REALIZADA COM DOM JOSÉ GATTI MARIANO

QUESTIONÁRIO SOBRE O MOSTEIRO DE SÃO BENTO

9) Qual a sua função dentro da instituição e que responsabilidades compete ao senhor?

Eu sou monge sacerdote do mosteiro de São Paulo, entrei no mosteiro há praticamente 27 anos, sou monge há 25 anos, completei aí 25 anos de vida monástica, como monge, não como postulante, mas sou monge e em 2001 eu fui destinado para vir a Sorocaba tendo como contexto principal colocar em prática a restauração do mosteiro de São Bento, coisa que nós temos feito, estamos fazendo e continuaremos fazendo provavelmente até o fim da minha estada aqui não é, quando será não sei e quando nós iremos terminar a restauração também não sei.

10) Atualmente o Mosteiro de São Bento de Sorocaba ainda se reporta ao Mosteiro de São Paulo?

Atualmente o mosteiro é ligado, evidentemente é ligado a São Paulo desde 1800 e pouco é quase ao fim do século XIX, ele foi colocado como uma dependência de São Paulo porque aqui não havia monges e precisava de alguém para administrar o mosteiro, então o mosteiro de São Paulo atendendo a ordem do presidente da congregação ele incorporou a si mesmo o mosteiro não só de Sorocaba, mas o mosteiro de Santos que já desapareceu, o de Jundiá e o mosteiro de Sorocaba. Então essas três casas passaram a fazer parte administrativa e espiritual do mosteiro de São Paulo, tanto que nossa restauração, nosso projeto de restauração está diretamente ligado ao mosteiro de São Bento de São Paulo. Então não é o mosteiro de São Bento de Sorocaba que faz a restauração junto ao Ministério da Cultura, mas sim quem faz é o mosteiro de São Paulo. O projeto está em nome do mosteiro de São Bento de São Paulo e não do mosteiro de São Bento de Sorocaba, o mosteiro de São Bento de São Paulo faz a proposta para o Ministério da Cultura para restaurar o mosteiro de São Bento de Sorocaba.

Nós temos que nos reportar ao mosteiro de São Paulo sempre, para fazer qualquer coisa, o meu superior não é o bispo diocesano, o meu superior é o abade de São Paulo, eu sou monge de São Paulo. A vida monástica é completamente diferente da vida clerical e secular, ela está diretamente ligada ao bispo, nós estamos ligados ao bispo, se bem que nós devemos o que dar preferência, preferência eu não digo, mas importância a ele porque nós fazemos parte ou estamos introduzidos na sua arquidiocese. Então nós nos referimos ao bispo e eu me refiro a ele sempre como um grande amigo, mas o meu superior é o abade de São Paulo. Se eu fizesse alguma coisa de errada em Sorocaba e tivesse que ser chamado a atenção o bispo não viria a mim diretamente chamar atenção, mas se reportaria ao abade e o abade então chamaria a minha atenção, então você vê que há uma certa hierarquia, uma certa hierarquia de comando, de autoridade na vida religiosa do mosteiro.

11) O que o mosteiro representa para o senhor?

Se você conhecesse a minha vida, você iria perceber que o mosteiro representa muito é porque rapidamente eu vou dizer a você, eu a vida toda eu fui dentista, depois de muitos anos como dentista é que eu entrei para o mosteiro, entrei para o mosteiro depois que eu me aposentei como dentista, então eu deixei filhos, hoje netos etc, etc, esposa não porque eu fiquei viúvo e depois que eu me tornei viúvo é que eu pensei em entrar para o mosteiro, então você vê que o mosteiro representa muito para mim né, e Sorocaba na verdade representa mais ainda porque além da missão que o abade passou para mim desde o início, eu me senti atraído pelo mosteiro não sei porque e agora eu sou filho da cidade recebi o título de cidadão o ano passado e mosteiro então por ser o berço da cidade e ter tornado essa cidade sугenides em relação a

qualquer cidade do Brasil, porque era comum na Europa o mosteiro se estabelecia em determinada região e em torno dele iam se assentando a população, e aquele mosteiro e a população em torno dele tornavam-se uma grande cidade e no Brasil somente em Sorocaba aconteceu isso.

O mosteiro de Sorocaba foi o berço, o berço de que da população, o berço dessa nova cidade que se transformou, isso em 1660 quando Baltazar Fernandes doou a igreja que tinha no alto da colina, aqui no alto desse monte, doou aos monges de Santana do Parnaíba, e os monges então vindo tomar posse da igreja eles exigiram que fosse construído o mosteiro e o mosteiro então foi construído e parece que as acomodações do mosteiro atual são aquelas mesmas permitidas no tempo de Baltazar Fernandes, tendo refeitório, dispensa, cozinha etc, etc.

- 12) A população da cidade se identifica com o mosteiro/capela? Essa população possui um vínculo, ele faz parte da identidade dessa população, de sua formação?

Isso foi uma das primeiras preocupações nossas quando viemos para cá, em 2001 nós viemos para cá e até 2004 nada acontecia e nada aconteceu a não ser reuniões uma atrás de outra, eram duas reuniões por mês com dois grupos de pessoas diferentes e nós não resolvíamos não conseguíamos fazer nada para resolver essa situação e a cidade era muito grande para que a gente fizesse alguma coisa. Uma das primeiras atitudes que eu tomei em relação foi perceber que a cidade precisava ter e perceber essa necessidade de restauração do mosteiro, porque o mosteiro não é um prédio que pertence somente aos beneditinos, os beneditinos estão aqui por uma contingência histórica, mas o mosteiro em si pertence a cidade.

Já houve exemplos disso na história em 1697 por exemplo, os monges queriam deixar o mosteiro e voltar para São Paulo e a população daquela época não deixou que os monges fossem embora, isso em 1695 você vê que a história já conta que o mosteiro pertence a cidade e certamente a comunidade faz parte desse mosteiro, então o bem é de Sorocaba e deve funcionar em função da população, nós estamos aqui por causa de vocês e não por causa do prédio em si.

Essa identidade da população de Sorocaba com o mosteiro eu acredito que nunca foi perdida porque sempre houve monges aqui, nunca ficou vazia a não ser uma pequena parte no início do século passado alguns anos dois, três, quatro ou cinco anos, não me lembro ao certo em que foram trazidas as irmãs de Santa Escolástica, foram trazidas pelos monges que estavam em São Paulo aqui não tinha nenhum monge, então elas ficaram aonde, ficaram aqui no mosteiro, foi o primeiro local de alojamento das irmãs que hoje estão colocadas em Santa Escolástica aonde tem aquele prédio. Então a identidade do povo, a espiritualidade do povo sorocabano ela é marcada pelo mosteiro queira ou não queira a cidade tem seiscentos e tantos mil habitantes e você percebe que grande parte dela sofreu influência da nossa espiritualidade, que por sinal é diferente da espiritualidade da arquidiocese, ela não é a mesma existe algumas coisas diferentes, então a gente estranha por exemplo quando chegam para nós e dizem “a senhor deveria fazer tal coisa, o senhor deveria colocar ali dentro tal coisa, fazer de tal jeito, aquela igreja a projeção não sei de quem o senhor deveria colocar ali”, ou seja, eles não sabem o que é ser monge, as vezes nos enxergam como paróquia e nós não somos uma paróquia.

Quer ver um exemplo bem esdrúxulo, basta você ler casas comerciais, nomes de ruas, padaria São Bento, não sei o quê São Bento, é time de futebol São Bento, então você vê que São Bento está presente em muita coisa em Sorocaba, não está em tudo mas em muita coisa, que você vê os mais antigos ele tem história da influência do mosteiro, então sempre tem aqueles que nos contam essa intimidade

- 13) O mosteiro está aberto à visitação? Se sim quantos visitantes costuma receber por dia e por mês?

Não, não está aberto, porque o mosteiro está em funcionamento. Para nós abrímos o mosteiro para visitação pública nós teríamos que ter uma infra-estrutura, que ter monitores, por exemplo, preparados para atender as pessoas e também horários determinados, porque o mosteiro está em funcionamento. É verdade que ele não faz o que devia fazer porque o número de monges que estão aqui ainda é pouco, é pequeno, mas a intenção nossa é justamente aumentar a comunidade atuante no mosteiro de Sorocaba que possa atender melhor a população espiritualmente, melhor a população de Sorocaba.

Então não está a disposição de visitação pública o mosteiro. A igreja ela está aberta ao público, se você vier aí em qualquer momento que a igreja esteja aberta você pode tirar fotografia, você pode ver como é e como está tal, só que não tem alguém especificamente designado para orientar, não tem um monitor para orientar como a gente recebe por exemplo, quando vai visitar uma igreja na Europa, vai visitar um convento na Europa tal e que tem um monitor que explica para o turista os detalhes da construção né, aqui nós não temos isso. Teria que ser eu para fazer isso, então não dá.

- 14) O edifício do mosteiro continua igual a quando foi construído ou sofreu algum tipo de intervenção ou reformas, se sim quais?

Quando nós conversamos, as primeiras reuniões que aconteceram em 2003, dezembro de 2003, 2004 e nós estabelecemos, os monges de São Paulo, os superiores, a empresa de engenharia, os seus engenheiros, o arquiteto responsável, então se estabeleceu o que seria restaurado. Nós iríamos resgatar o aspecto primitivo do mosteiro?

Isso talvez não fosse possível por falta de documentação, aí dizem mas tem fotografia, fotografia não é nada, então chegou-se a conclusão de que nós deveríamos resgatar ou ao menos conservar restaurando o que já foi preservado. Então como ele se apresenta nós vamos resgatar, melhorar e tornar ele funcional, porque o mosteiro não tem sanitário na parte inferior a não ser lá fora, então por exemplo, a noite quando nós costumamos soltar os cachorros se tiver alguém que venha confessar com o padre aqui e queira usar o sanitário não pode ir porque o cachorro ta solto e os cachorros são bravos. Então nós vamos procurar tornar funcional, fazendo uma secretaria para a igreja usando um cômodo do mosteiro, não vamos construir nenhum banheiro com chuveiro aqui em baixo não, só na parte superior, então nós vamos melhorar, por exemplo o acesso ao primeiro andar é só feito por fora não é feito por dentro do mosteiro, então nós precisamos melhorar a questão da funcionalidade dentro do mosteiro e é aí que entra a restauração também

- 15) O que se encontra no interior do mosteiro? Qual o acervo atual?

Em setembro saiu um livro da professora Nancy Kaplan e nele consta um catalogo do acervo do mosteiro e ele mostra todas as obras e a descrição dessas obras. Mas o acervo é formado por imagens e quadros.

- 16) Além do valor histórico e artístico do mosteiro o senhor acredita que ele possua um valor turístico? Como o senhor enxerga o turismo que se utiliza de bens patrimoniais como o mosteiro para se desenvolver?

É eu acredito que no presente momento não, mas que isso poderá acontecer na história do mosteiro, porque no presente momento nós estamos em restauração então no momento eu não sei dizer para você o que vai ser feito com isso aqui, vai ser restaurado vai, agora depois para que fim eu não sei dizer para você, será um mosteiro se for funcionar um mosteiro não servirá para o turismo, mas se for por exemplo um museu, turismo, se for o que uma casa de cultura, turismo, mas por enquanto a gente não sabe qual vai ser o destino disso.

Uma coisa que nós já fizemos quanto a restauração é na esquina, aqui na esquina na Rua Afonso Martins com o Largo São Bento nós restauramos o prédio e ali nós fizemos centro cultural, o Espaço São Bento e nesse centro cultural que nós abrimos em fevereiro deste ano de 2009, pouco tempo de vida tem, nós estamos dando palestras, cursos, exposições estão acontecendo quase o ano inteiro não só de arte sacra, mas de arte moderna, por exemplo, agora dia 10 vai ter uma exposição de arte contemporânea e além das exposições, cursos e palestras começa amanhã quarta-feira, dia 4, começa a projeção de filmes então a partir de todas as quartas-feiras do mês nós vamos fazer exposições de filmes, de geografia, história dos santos gratuitamente para que o povo se sirva dos valores cristãos em um novo local que não seja a igreja.

Na igreja nós transmitimos os valores cristãos, mas lá nós vamos usar os meios culturais do povo, para transmitir através desses meio culturais os valores cristãos.

O mosteiro não é só esse prédio, o mosteiro é um complexo, então tem esse prédio, tem o centro cultural, tem a casinha, que a gente chama casinha de Nazaré que é essa casinha do lado aqui e que está voltada para o atendimento assistencial das pessoas e tem 24 também que está mais disponível para coral, existe ainda duas casas lá ao fundo que estão alugadas ao cartório, existem casas também que funcionários do mosteiro vivem. O mosteiro tem dois funcionários, um jardineiro e um funcionário para ajudante geral e mais dois monges que estão aqui hoje né, eu e Dom Martim.

- 17) O senhor acredita que o turismo poderia vir a auxiliar na preservação do mosteiro/capela? Se sim como?

Eu acredito que o turismo não sirva somente para depredação, nós já recebemos grupos de estrangeiros principalmente ne, nós recebemos e explicamos, o interessante que eu me lembro ainda que eu recebi um grupo de alemães que estavam em Sorocaba num convênio, aqueles que mandam os jovens para lá e eles vem de lá para cá, então eles vieram, vieram uns 8 ou 9 jovens entre meninos e meninas e nós estávamos mostrando o jardim do mosteiro aí no fundo e eles ficaram mais impressionados não é com o jardim eles ficaram mais impressionados é com os prédios, porque na cidade deles tudo é baixinho não tinha prédio alto, na Alemanha não tem prédios altos, somente nos grandes centros que se tem prédios altos, então eles ficaram admirados de ver os arranha-céus que Sorocaba possui.

A preservação não digo mas na divulgação do mosteiro, porque evidentemente uma pessoa que faz uma viagem e vai contar para outra pessoa que não viajou lá na terra dele e fala olha eu fui ver lá, numa cidade Sorocaba, sabe porque chama Sorocaba e assim começa o interesse das pessoas ne.

- 18) Em relação aos órgãos governamentais, qual o papel que cabe a eles quanto à preservação do mosteiro/capela?

Então eu teria que dizer para você de onde a gente tira o dinheiro e vai arrecadar recursos para a restauração, por exemplo, existem várias fontes, evidentemente que a gente tem que tocar essas fontes, qualquer uma que seja, por exemplo agora nós estamos interessados em ajudar o BNDE, porque, porque soubemos que o BNDE ajudou o mosteiro do Rio a restaurar e etc, etc, uma restauração do tipo nosso que não mexeram na estrutura, mexeram só na parte artística, então nós estamos trabalhando com quem, de onde vem o dinheiro para cá.

Primeiro governo federal através da Lei Rouanet, que é uma lei de incentivo fiscal, nós usamos a república né, a federação, bom através da lei rouanet que é uma lei de incentivo fiscal, cultural e então nós usamos. Por isso nós conseguimos o patrocínio da Petrobrás, patrocínio de outras indústrias daqui de Sorocaba, através da prefeitura, como através da prefeitura. A prefeitura não poderia nos ajudar porque queira ou não queira por mais que a gente veja isso como um patrimônio histórico é a igreja católica, apostólica romana que administra o patrimônio histórico, então se a prefeitura destinasse um valor para nós certamente ela teria que destinar um valor para todas as outras religiões que existe no Brasil, é lei. Então o que foi feito, nós, não só por causa disso, em 2003 reunimos um grupo de

mulheres e homens voluntários de Sorocaba que quisesse trabalhar para o mosteiro, reunimos em uma associação, essa associação na época tinha trezentos e pouco sócios e os membros da associação faz uma doação mensalmente da quantia que quiser, essa doação é cobrada por meio de um boleto do banco do Brasil e a pessoa então deposita quanto quiser depositar mensalmente para a restauração do mosteiro, então existe uma associação.

Essa associação então está funcionando até hoje é ela quem carrega os compromissos nossos, então além e por causa da associação a prefeitura pôde então destinar o ano retrasado um valor saudável para que nós pudéssemos restaurar o casarão lá hoje que é centro cultural.

Claro que só a prefeitura não deu para cobrir toda a restauração do espaço, ficou em muito mais, mas ajudou e a associação contribui com o resto, com o faltante. Então nós recebemos da prefeitura através da Associação Amigos de São Bento.

O Estado também entrou com uma verba o ano passado, ele fez um convênio, a princípio era um convênio, nós tínhamos tentado um convenio com a associação e depois o estado disse que não seria possível estabelecer um convenio porque era um lei estadual tal, teria que fazer um convênio com o dono do imóvel, aí fez um convênio com o Mosteiro de São Paulo que transferiu a verba para que nós pudéssemos fazer o que, nós aplicamos toda verba no claustro, claustro é como uma área interna e foi toda aplicada ainda na taipa, porque a taipa consome muito, consome tempo, material nem tanto, mas mão-de-obra é muito demorado. Olha só para você ter uma idéia para fazer uma parede de 30 metros você leva aí uns três, quatro meses.

Então eu diria que a associação é o pilar de sustentação do mosteiro, principalmente para a restauração. Quem tomou a iniciativa para a criação dessa associação, foi interessante, foi em um almoço que estava eu, um advogado que na ocasião era da prefeitura e o prefeito o doutor Renato Amary, havia designado o doutor Renato para ser o meio de ligação entre o mosteiro e a prefeitura, porque a prefeitura estava interessada também na restauração do mosteiro então nós e o doutor Leroy que é um dos donos da Novata, empresa de engenharia responsável pela restauração, nós fomos almoçar e desse almoço surgiu a idéia que nos precisávamos fazer alguma coisa, era 2003 e em 2001 eu já havia vindo para cá e me reunia a cada 15 dias com um grupo de pessoas diferentes e não acontecia nada, não saía nada. Não tínhamos projeto, não tínhamos nada e a partir do momento em que fundamos a associação, foi fundado o estatuto, é registrada, é registrada a cada dois anos, tem –se assembleia de eleição da diretoria, existe um conselho, desse conselho uma diretoria executiva de homens e mulheres daqui de Sorocaba, todos voluntários, ninguém recebe nada.

No centro cultural são cinco coordenadores, então sou eu, doutor Censi, Prof. Marcos Marins, Prof. Luisinho Marins e o nosso padre que está conosco aqui que é o Dom Martim, nós cinco somos responsáveis pelo centro cultural. Mas o principal que dá um dinamismo ao centro cultural é o Prof. Marcos Marins ele ta muito animado.

Na associação a diretoria se reúne todo mês e o conselho se reúne a cada dois meses, sempre na segunda quarta-feira do mês nós nos reunimos no centro cultural.

- 19) Quais os órgãos públicos municipais que auxiliam na preservação do mosteiro e como auxiliam, por meio de qual política pública?

O mosteiro é tombado pelo CONDEPHAAT, que é o órgão estadual né e então nós devemos também, é verdade que a primeira coisa que nós fizemos foi estabelecer um projeto, um projeto de restauração, este ante-projeto foi apresentado, depois foi feito o projeto e aí o IPHAN é que aprovou, o IPHAN é um órgão federal de patrimônio histórico, então o IPHAN aprovou o projeto porque já tinha sido aprovado o ante-projeto, aprovou e nós continuamos seguindo com o projeto. Esse projeto foi um arquiteto, o primeiro arquiteto que estava conosco, o senhor Rive, que é o arquiteto do mosteiro de São Paulo.

- 20) Em sua opinião entre os órgãos públicos e os privados o mosteiro/capela está mais bem amparado por qual?

Eu diria que a combinação entre os meios legais públicos e a associação está nos permitindo seguir com o nosso objetivo. A restauração para conseguir os bens e os bens públicos e

também os pessoais estão nos ajudando a restaurar o mosteiro, quer dizer daí vem a fonte, daí vem o dinheiro para gente. A participação dessas pessoas da associação é de suma importância, pois sem eles a restauração poderia ter sido feito mas seria um processo bem mais lento.

21) Quais os principais problemas do mosteiro/capela atualmente?

O que afeta diretamente o prédio são as formigas, cupins, isso eu sei e a infiltração de água, então pelo telhado, isso daí causa um transtorno no prédio, principalmente num prédio de taipa.

O que tem é uma má, mas isso já tava previsto no projeto, uma má coleta de água, então o que acontece a água fluvial passa por baixo aqui do mosteiro e sai no largo aí e aí se houver qualquer problema, qualquer contratempo aí no canal, entope e a água entra tudo aqui no mosteiro.

Agora, por exemplo, eu não posso lavar o claustro aí, porque se eu lavar o claustro a água entra tudo aqui dentro, então tudo isso nós temos que resolver agora com o projeto.

Problema de ordem econômica, graças a deus nós não temos dívida, mas também não temos dinheiro para continuar restaurando, o ideal seria que tivesses um tanto quanto geral para fazermos tudo. De ordem estrutural, qual é o problema de ordem estrutura, é o reboco, o reboco das paredes, se você reparar o reboco da parte externa já foi posto todo, porque, porque o reboco com o passar do tempo ele começa a soltar, quando ele começa a estufar você bate e vê que está oco, porque, porque o reboco tem cimento e o cimento não casa muito bem com a taipa e com o tempo ele vai soltando. Segundo problema, existe um trecho na parte superior do telhado, lá em cima existe uma infiltração que nós estamos vendo mas não conseguimos ainda resolver, outro problema é não ter sanitário na parte inferior.

APÊNDICE E – ENTREVISTA REALIZADA COM PAULO MALZONI

(ADMINISTRADOR– CAPELA SENHOR BOM JESUS DO BONFIM)

22) Qual a sua função dentro da instituição e que responsabilidades compete ao senhor?

Bom eu, eu sou aqui na capela, meu nome é Antonio Paulo Malzoni, conhecido por Paulo, eu sou administrador da capela, ou seja, eu sou a pessoa que cuida do dia-a-dia da capela. Existe uma diretoria, eu não faço parte da diretoria eu só cuido da capela e das dependências dela no dia-a-dia das atividades aqui.

Normalmente não há assim decisões muito complexas a se tomar é coisa assim mais simples, há coisas que eu devo reportar a diretoria para solicitar autorização e para conhecimento deles, essa é a forma de trabalharmos aqui.

23) Atualmente a capela se reporta a alguma outra instituição?

Sim, a diretoria é autônoma, é uma diretoria da associação, a Associação Espírita Beneficente Capela Senhor do Bonfim, fundada por João de Camargo em 1921, que é a mantenedora da Capela.

24) Faça um breve histórico do mosteiro enfatizando qual era a sua importância no passado?

João de Camargo, ele teve uma visão em 1905 onde nesta visão ele viu o Alfredinho, que era um menino que já havia falecido a muitos anos atrás, e aí já é a parte espiritual, ele viu o Alfredinho, ele viu o Monsenhor João Soares do Amaral também já falecido na época, é ele viu outras entidades espirituais que passaram a ele a missão de construir uma capela neste local e curar as pessoas. Então foi isso que ele fez a vida toda aqui.

25) O que a capela representa para o senhor?

É eu me identifico bem com a história, com João de Camargo, com a história dele com esta capela, que há muitos anos que eu participa daqui, frequente aqui, já trabalhei aqui anteriormente, depois saí, depois voltei novamente, então a ligação é muito forte não só no sentido cultural, mas no sentido também religioso.

26) A população da cidade se identifica com o mosteiro/capela? Essa população possui um vínculo, ele faz parte da identidade dessa população, de sua formação?

Com certeza a ligação é muito forte, muito grande do povo com a capela porque aqui formou-se uma tradição religiosa. João de Camargo ao construir essa capela, ele fez uma capela ecumênica, é aberta a todas as religiões e o povo não só de Sorocaba vem aqui procurar aquele consolo que é a parte espiritual, buscar ajuda espiritual através da prece, através da fé, mas vem gente de outras cidades de outros estados e até do exterior aqui.

O forte é o pessoal da cidade que vem diariamente aqui, pessoas que passam por aqui e diariamente aproveitam para vir até aqui e em segundo lugar está as pessoas da região.

27) O mosteiro/capela está aberto à visitação? Se sim quantos visitantes costuma receber por dia e por mês?

Sim, todos os dias. É a gente pode dizer que seria uma média, eu poderia dizer assim umas 50 visitas ao dia, eu digo visitas porque tem pessoas que vêm quase todos os dias, então não pessoas diferentes, como visita pode se jogar uma média de 50, já no mês é em torno de 1.500, 2.000 visitas na capela

28) Que tipo de arquitetura o prédio possui?

Bom essa arquitetura é meio misturada né, ela tem vários estilos, é que João de Camargo foi fazendo de acordo com as visões que ele ia tendo.

29) O edifício do mosteiro continua igual a quando foi construído ou sofreu algum tipo de intervenção ou reformas, se sim quais?

Sim ela foi mantida a mesma estrutura isso não foi alterado nada. As características foram preservadas, principalmente depois de 1993 que houve o tombamento como patrimônio histórico municipal, a partir daí mais ainda se ateu a manter as características da época né.

Sofreu, passou uma reforma e restauração em 2005, teve mais ou menos assim do mês de maio e terminou em dezembro, então foi um período de quase um ano de reforma e restauração, porque já estava realmente necessitando de todo esse trabalho. Mas não foi só a restauração do prédio como houve a restauração de imagens, assim de quadros que foram necessários passar por este tratamento.

A capela não foi ampliada, a capela continua no mesmo espaço, dentro do mesmo território, da mesma dimensão, mesmo porque ela não foi alterada em nada.

30) O que se encontra no interior do mosteiro/capela? Qual o acervo atual?

O acervo é muito variado, é a maioria de imagens, é uma capela que tem muitas imagens, aliás a gente costuma dizer, as pessoas comentam por aí que nunca viram uma capela com tanta imagem, é não só católica como de outras imagens também que fazem parte do acervo, mas principalmente imagens católicas e aqui dentro da capela deve haver mais ou menos em torno de 2.000 imagens e de quadros vamos dizer talvez uns 600 quadros, isso contando todos, de vários tamanhos. Então é um acervo muito rico, é diferente de outros lugares mas característico próprio deste local.

31) Os documentos administrativos se encontram no mosteiro/capela?

É aqui é, aqui é a sede tá, tudo se encontra aqui, não é muita coisa que se tem, mesmo porque muita coisa se perdeu no tempo, só de 1996 para cá que o que já se tinha foi preservado pelo tombamento, mas anterior muita coisa se desfez, muita coisa foi, é tomou rumo por aí a fora sem ter um controle talvez, mas isso é uma consequência natural.

Mas aqui é a sede e o que existe está aqui, consiste aqui mesmo.

32) Além do valor histórico e artístico do mosteiro o senhor acredita que ele possua um valor turístico? Como o senhor enxerga o turismo que se utiliza de bens patrimoniais como o mosteiro para se desenvolver?

Sim, não só para a cidade eu acho que pra, pra fora, pra outros estados e até para outros países eu diria porque a capela João de Camargo ela é conhecida internacionalmente e principalmente com a divulgação do filme Cafundó que levou a história de João de Camargo para os quatros cantos do mundo e com o site que temos também leva informações para as pessoas.

Eu enxergo o turismo numa visão positiva sem dúvida porque não só existe o aspecto religioso, cultural, histórico da cidade, da capela dentro do contexto da cidade, mas com certeza é um local turístico, mesmo porque ele faz parte do roteiro da Secretaria da Cultura de Sorocaba, faz parte quando sai em catálogos é alguma informação falando de pontos turísticos a capela faz parte dessa relação.

33) O senhor acredita que o turismo poderia vir a auxiliar na preservação do mosteiro/capela? Se sim, como?

É eu acredito que sim, existe formas de se fazer alguma coisa nesse sentido, evidentemente que isso aí é uma coisa que teria de estar de acordo com os interesses da própria diretoria, mas eu não posso afirmar nada porque não faço parte da diretoria, mas acho que essa abertura a princípio existe.

A capela nunca recebeu nenhuma verba proveniente de alguma ação feita com o turismo, mas poderia se fazer, eu acredito que sim, existe uma abertura para isso, mas até o presente momento eu não tenho conhecimento de alguma coisa feita nesse sentido.

- 34) Em relação aos órgãos governamentais, qual o papel que cabe a eles quanto à preservação do mosteiro/capela?

O órgão federal não tem nenhuma ligação, o estadual também não porque o tombamento é do município, então o patrimônio é histórico municipal de Sorocaba, então a preservação cabe ao âmbito municipal. Ou seja, ao Conselho Municipal de Sorocaba.

- 35) Quais os órgãos públicos municipais que auxiliam na preservação do mosteiro e como auxiliam, por meio de qual política pública?

O único órgão municipal que auxilia na proteção da capela é o Conselho Municipal de Sorocaba, é ele que fiscaliza.

Eles, eventualmente ocorrem algumas visitas assim, mas normalmente não tem ocorrido, porque também não há assim uma necessidade mesmo porque depois que o prefeito, a reforma e restauração com a devida autorização desse Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Sorocaba, a partir daí foi mantido o que nós estamos fazendo é dar manutenção só, nenhuma alteração pode ser feita sem a autorização deles.

Essa verba para a restauração na verdade não veio de órgão nenhum esse dinheiro todo foi da própria instituição, que já tinha dinheiro em caixa guardado há alguns anos e acabamos fazendo uso desse recurso já existente pra se fazer a reforma e restauração, então não houve uma intervenção de órgãos externos, do governo municipal e menos ainda estadual ou federal.

- 36) Existe alguma instituição privada ou alguma organização não governamental que se faz presente no dia-a-dia do mosteiro/capela?

Existe a associação que eu já te falei, chamada Associação Espírita Beneficente Capela Senhor do Bonfim.

- 37) Qual o papel dessa instituição atualmente para vocês?

O papel da associação é ser a mantenedora da capela, ela é a responsável pela capela, ou seja, a capela pertence a essa associação fundada pelo próprio João de Camargo, porque foi fundada em 1921, para preservar os direitos da capela caso contrário ela estaria sujeita a ser encampada até mesmo pela própria igreja católica que tentou fazer isso na época né.

A associação foi fundada por João de Camargo e até hoje foi feito estatuto, foi devidamente registrado em cartório na época e até hoje é como entidade jurídica, é responsável pela capela, sendo sem fins lucrativos.

São voluntários, são pessoas que são voluntários e que tem aquela ligação, aquela afinidade e aquele objetivo de colaborar, de contribuir com a própria entidade como existem outras entidades também com suas diretorias que são geralmente voluntários. A associação é formado em torno de 15 membros né que fazem parte da diretoria e do próprio conselho fiscal. Na verdade, a associação eventualmente alguma coisa faz em relação a arrecadação de dinheiro, mas a capela, ela está sendo mantida pela colaboração dos devotos, dos fiéis, dos visitantes que aqui chegam e colocam sua contribuição né, e portanto, não existe nenhuma verba que venha de fora, da prefeitura ou de qualquer outro local para ajudar na manutenção desse patrimônio.

38) Em sua opinião entre os órgãos públicos e os privados o mosteiro/capela está mais bem amparado por qual?

A capela está mais bem amparada pela associação, o governo não dá, pelo menos até agora, não tem dado nenhum suporte para manutenção, então quem se preocupa com a manutenção da capela é essa associação e através de seus diretores que a compõem

39) Cite alguns pontos relativos a preservação desses bens pelo governo que ainda precisam melhorados?

Olha eu não diria falhando, porque aí eu estaria fazendo um julgamento, mas eu vejo que não há assim um envolvimento, a prefeitura poderia se envolver mais nas questões da capela e essa abertura eu acredito que exista, mas como eu digo aí depende muito da própria diretoria e de fazer contatos e buscar alguns dos interesses e objetivos relacionados a própria associação, mas no momento não existe nada que mantenha um vínculo maior entre a prefeitura municipal e a própria entidade.

40) Quantos funcionários a capela tem atualmente?

Tem um só atualmente que sou eu, eu sou administrador da capela é ou seja, eu sou a pessoa que cuida do dia-a-dia e existem outras que são tipos voluntárias que ajudam no jardim, colaborar numa limpeza atualmente, mas são colaboradores voluntários, como funcionário mesmo só eu.

O senhor Émerson Gonçalves Soares é o presidente da associação, é quem está à frente da entidade e cuidando da parte voltada para associação que administra. Na verdade, quem administra a capela, ou seja, todo o conjunto do patrimônio é a associação e a diretoria dessa associação. A sede dessa associação é aqui na capela, avenida Barão de Tatuí nº1083 – Vergueiro, então aqui é o local é a sede e não existe sub-sede nenhuma.

41) Quais os principais problemas do mosteiro/capela atualmente?

A capela tem um sério problema que é o córrego, o córrego da água vermelha que é chamado, que passa ao lado aqui, é esse córrego é um córrego que hoje a água, ela não é uma água limpa, a gente sabe disso devido a própria estrutura de saneamento da própria região, isso poderia ser melhorado, mas também isso não é da minha competência falar sobre isso daí.

A prefeitura limpa o córrego, cortam o mato, hoje mesmo eles estavam passando uma máquina ali eu escutei o barulho. Eles cortam o mato, eventualmente fazem uma limpeza no leito do córrego, manutenção normal deles mas fora isso não existe nada mais do que isso.

Eu acredito que não exista nenhuma articulação entre a associação e a prefeitura para tentar resolver essa questão, pelo menos não tenho conhecimento de nada nesse sentido

Com relação a outros problemas eu diria que não existem problemas aqui assim né, o que existe são coisas que são exigidas para manutenção, então são coisas vamos dizer assim corriqueiras do dia-a-dia que vão sendo resolvidas normalmente ta, mas não que exista algum problema grave.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ATENAS

De Novembro de 1933

Assembléia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)

Primeira Parte / Generalidades

A Cidade e sua Região

1 - A Cidade é só uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região.

Raramente a unidade administrativa coincide com a unidade geográfica, ou seja, com a região. O recorte territorial administrativo das cidades pode ter sido arbitrário desde o início ou pode ter vindo a sê-lo posteriormente, quando, em decorrência de seu crescimento, a aglomeração principal uniu-se a outras comunidades e depois as englobou. Esse recorte artificial se opõe a uma boa gestão do novo conjunto. De fato, certas comunidades suburbanas puderam adquirir inopinadamente um valor imprevisível, positivo ou negativo, seja tornando-se sede de residências luxuosas, seja acolhendo centros industriais dinâmicos, seja reunindo miseráveis populações operárias. Os limites administrativos aço que compartimentam o complexo urbano tornam-se então paralisantes. Uma aglomeração constitui o núcleo vital de uma extensão geográfica cujo limite é constituído pela zona de influência de uma outra aglomeração. Suas condições vitais são determinadas pelas vias de comunicação que asseguram suas trocas e ligam-se intimamente à sua zona particular. Só se pode enfrentar um problema de urbanismo referenciando-se constantemente aos elementos constitutivos da região e, principalmente, a sua geografia, chamada a desempenhar um papel determinante nessa questão: linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma atuação, pode ser considerada se não se liga ao destino harmonioso da região. O plano da cidade é só um dos elementos do todo constituído pelo plano regional.

2 - Justapostos ao econômico, ao social e ao político, os valores de ordem psicológica e fisiológica próprios ao ser humano introduzem no debate preocupações de ordem individual e de ordem coletiva. A vida só se desenvolve na medida em que são conciliados os dois princípios contraditórios que regem a personalidade humana: o individual e o coletivo.

Isolado, o homem sente-se desarmado; por isso liga-se espontaneamente a um grupo. Entregue somente a suas forças, ele nada construiria além de sua choça e levaria, na insegurança, uma vida submetida a perigos e a fadigas agravados por todas as angústias da solidão. Incorporado ao grupo, ele sente pesar sobre si o constrangimento de disciplinas inevitáveis, mas, em troca, fica protegido em certa medida contra a violência, a doença, a fome: pode aspirar a melhorar sua moradia e satisfazer também sua profunda necessidade de vida social. Transformado em elemento constitutivo de uma sociedade que o mantém, ele colabora direta ou indiretamente nas mil atividades que asseguram sua vida física e desenvolvem sua vida espiritual. Suas iniciativas tornam-se mais frutíferas, e sua liberdade, melhor defendida, só se detém onde ameaça a de outrem. Se os empreendimentos do grupo são sábios, a vida do indivíduo é ampliada e enobrecida. Se a preguiça, a estupidez e o egoísmo o assolam, o grupo, enfraquecido e entregue à desordem, só traz a cada um de seus membros rivalidades, rancor e desencanto. Um plano é sábio quando permite uma colaboração frutífera, propiciando ao máximo a liberdade individual. Irradiação da pessoa no quadro do civismo.

3 - Essas constantes psicológicas e biológicas sofrerão a influência do meio: situação geográfica e topográfica, situação econômica e política. Primeiramente, da situação geográfica e topográfica, o caráter dos elementos água e terra, da natureza, do solo, do clima.

A geografia e a topografia desempenham um papel considerável no destino dos homens. Não se pode esquecer jamais que o sol comanda, impondo sua lei a todo empreendimento cujo objetivo seja a salvaguarda do ser humano. Planícies, colinas e montanhas contribuem também para modelar uma sensibilidade e colinas e determinar uma mentalidade. Se o montanhês desce voluntariamente para a planície, o homem da planície raramente sobe os vales e dificilmente transpõe os desfiladeiros. Foram os cumes dos montes que delimitaram as áreas de aglomeração onde, pouco a pouco, reunidos por costumes e usos comuns, os homens se constituíram em povoações. A proporção dos elementos água e terra, quer atue na superfície, opondo as regiões lacustres ou fluviais às extensões de estepes, quer se expresse em densidade, produzindo aqui gordos pastos e, ali, pântanos ou desertos, conforma, ela também, atitudes mentais que se inscreverão nos empreendimentos e encontrarão sua expressão na casa, na aldeia ou na cidade. Conforme a incidência do sol na curva meridiana, as estações se contrapõem brutalmente ou se sucedem em passagens imperceptíveis e, ainda que em sua esfericidade contínua, de parcela em parcela, a Terra não experimente ruptura, surgem inúmeras combinações, cada uma das quais com seus caracteres particulares. Enfim as raças, com suas religiões ou suas filosofias variadas, multiplicam a diversidade dos empreendimentos e cada uma propõe seu modo de ver e sua razão de viver pessoais.

4 - Em segundo lugar, da situação econômica. Os recursos da região, contatos naturais ou artificiais com o exterior...

A situação econômica, riqueza ou pobreza, é uma das grandes forças da vida, determinando-lhe o movimento na direção do progresso ou da regressão. Ela desempenha o papel de um motor que, de acordo com a força de suas pulsações, introduz a, prodigalidade, aconselha a prudência ou impõe a sobriedade; ela condiciona as variações que traçam a história da aldeia, da cidade ou do país. A cidade cercada por uma região coberta de cultivos tem seu abastecimento assegurado. Aquela que dispõe de um subsolo precioso se enriquece com matérias que lhe servirão como moeda de troca, sobretudo se ela é dotada de uma rede de circulação suficientemente abundante para permitir-lhe entrar em contato útil com seus vizinhos próximos ou distantes. A tensão da engrenagem econômica, embora dependa em parte de circunstâncias invariáveis, pode ser modificada a cada momento pelo aparecimento de forças imprevistas, que o acaso ou a iniciativa humana podem tornar produtivas ou deixar inoperantes. Nem as riquezas latentes, que é preciso querer explorar, nem a energia individual têm caráter absoluto. Tudo é movimento, e o econômico, afinal, é sempre um valor momentâneo.

5 - Em terceiro lugar, da situação política, sistema administrativo.

Fenômeno mais variável do que qualquer outro, sinal da vitalidade do país, expressão de uma sabedoria que atinge seu apogeu ou já toca seu declínio. Se a política é de natureza essencialmente variável, seu, fruto, o sistema administrativo, possui uma estabilidade natural que lhe permite, ao longo do tempo, uma permanência maior e não autoriza modificações muito frequentes. Expressão da dinâmica política, sua duração é assegurada por sua própria natureza e pela própria força das coisas. É um sistema que, dentro de limites bastante rígidos, rege uniformemente o território e a sociedade, impõe-lhes seus regulamentos e, atuando regularmente sobre todos os meios de comando, determina modalidades uniformes de ação em todo o país. Esse quadro econômico e político, cujo valor embora tenha sido confirmado pelo uso durante um certo período, pode ser alterado a qualquer instante em uma de suas partes, ou em seu conjunto. Algumas vezes, basta uma descoberta científica para provocar uma ruptura de equilíbrio, para fazer surgir a incompatibilidade entre o sistema administrativo de ontem e as imperiosas realidades de hoje. Pode ocorrer que algumas comunidades, que souberam renovar seu quadro particular, sejam afixadas pelo quadro geral do país. Este último

pode, por sua vez, sofrer diretamente a investida das grandes correntes mundiais. Não há quadro administrativo que possa pretender a imutabilidade.

6 - No decorrer da História, circunstâncias particulares determinaram as características da cidade: defesa militar, descobertas científicas, administrações sucessivas, desenvolvimento progressivo das comunicações e dos meios de transporte (rotas terrestres, fluviais e marítimas, ferroviárias e aéreas).

A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades. Aquilo que deles subsiste forma o fio condutor que, juntamente com os textos e os documentos gráficos, permite a representação de imagens sucessivas do passado. Os motivos que deram origem às cidades foram de natureza diversa. Por vezes era o valor defensivo. E o alto de um rochedo ou a curva de um rio viam nascer um pequeno burgo fortificado. Às vezes, era o cruzamento de duas rotas, unia cabeça de ponte ou uma baía do litoral que determinava a localização do primeiro estabelecimento. A cidade era de formato incerto, mais freqüentemente em círculo ou semicírculo. Quando era uma cidade de colonização, organizavam-na como um acampamento, com eixos de ângulos retos e cercada de paliçadas retilíneas. Tudo nela era ordenado segundo a proporção, a hierarquia e a conveniência. Os caminhos partiam dos portões da muralha e estendiam-se obliquamente na direção de alvos distantes. Podemos encontrar ainda no desenho das cidades o primeiro núcleo compacto do burgo, as muralhas sucessivas e o traçado dos caminhos divergentes. As pessoas aí se aglomeravam e encontravam, conforme o grau de civilização, uma dose variável de bem-estar. Aqui, regras profundamente humanas ditavam a escolha dos dispositivos; ali, constrangimentos arbitrários davam origem a injustiças flagrantes. Sobreveio a era do maquinismo. A uma medida milenar, que se poderia crer imutável, a velocidade do passo humano, somou-se uma medida em plena evolução, a velocidade dos veículos mecânicos.

7 - As razões que presidem o desenvolvimento das cidades estão, portanto, submetidas a mudanças contínuas.

Aumento ou redução de uma população, prosperidade ou decadência da cidade, demolição de muralhas que se tornaram asfixiantes, novos meios de transporte ampliando a zona de trocas, benefícios ou malefícios de uma política escolhida ou suportada, aparecimento do maquinismo, tudo é movimento. À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia todo conjunto de construções ou de caminhos. A morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, condiciona a formação do indivíduo, assim como o clima, a região, a raça, o costume. Por ser uma pequena pátria, a cidade comporta um valor moral que pesa e que lhe está indissolúvelmente ligado.

8 - O advento da era da máquina provocou imensas perturbações no comportamento dos homens, em sua distribuição sobre a terra, em seus empreendimentos, movimento desenfreado de concentração nas cidades a favor das velocidades mecânicas, evolução brutal e universal sem precedentes na História. O caos entrou nas cidades.

O emprego da máquina subverteu condições de trabalho. Rompeu um equilíbrio milenar, aplicando um golpe fatal no artesanato, esvaziando o campo, entupindo as cidades e, ao desprezar harmonias seculares, perturbando as relações naturais que existiam entre a casa e o locais de trabalho. Um ritmo furioso associado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida, opondo-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, expresso, nas cidades,

por um congestionamento que as encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras.

Segunda Parte / Estado Atual Crítico das Cidades

Habitação / Observações

9 - No interior do núcleo histórico das cidades, assim como em determinadas zonas de expansão industrial do século XIX, a população é muito densa (chega a mil e até mil e quinhentos habitantes por hectare).

A densidade, relação entre as cifras da população, e a superfície que ela ocupa, pode ser totalmente modificada pela altura dos edifícios. Até então, porém, a técnica de construção tinha limitado a altura das casas a aproximadamente seis pavimentos. A densidade admissível para as construções dessa natureza é de 250 a 300 habitantes por hectare. Quando essa densidade atinge, como em vários bairros, 600, 800 e até 1000 habitantes, tem-se o cortiço, caracterizado pelos seguintes sinais:

- 1 - Insuficiência de superfície habitável por pessoa;
- 2 - Mediocridade das aberturas para o exterior;
- 3 - Ausência de sol (orientação para o norte ou conseqüência da sombra projetada na rua ou no pátio);
- 4 - Vetustez e presença permanente de germes mórbidos (tuberculose);
- 5 - Ausência ou insuficiência de instalações sanitárias;
- 6 - Promiscuidade proveniente das disposições internas da moradia, da má orientação do imóvel, da presença de vizinhanças desagradáveis.

O núcleo das cidades antigas, cerceado pelas muralhas militares, era em geral cheio de construções comprimidas e privadas de espaço. Mas, em compensação, ultrapassada a porta da muralha, os espaços verdes eram imediatamente acessíveis, dando às proximidades um ar de qualidade. Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade. Nessas condições, as altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente.

10 - Nos setores urbanos congestionados, as condições de habitação são nefastas pela falta de espaço suficiente destinado à moradia, pela falta de superfícies verdes disponíveis, pela falta, enfim, de conservação das construções (exploração baseada na especulação). Estado de coisas ainda agravado pela presença de uma população com padrão de vida muito baixo, incapaz de adotar, por si mesma, medidas defensivas (a mortalidade atinge até vinte por cento).

É o estado interior da moradia que constitui o cortiço, cuja miséria, entretanto, é prolongada no exterior pela estreiteza das ruas sombrias e total falta de espaços verdes, criadores de oxigênio e que seriam tão propícios aos folguedos das crianças. A despesa comprometida numa construção erguida há séculos foi amortizada há muito tempo; tolera-se, todavia que aquele que a explora possa considerá-la ainda, sob forma de moradia, uma mercadoria negociável. Ainda que seu valor de habitabilidade seja nulo, ela continua a fornecer, impunemente e às expensas da espécie, uma renda importante. Condenar-se-ia um açougueiro que vendesse carne podre, mas a legislação permite impor habitações podres às populações pobres. Para o enriquecimento de alguns egoístas, tolera-se que uma mortalidade assustadora e todo tipo de doenças façam pesar sobre a coletividade uma carga esmagadora.

11 - O crescimento da cidade devora progressivamente as superfícies verdes limítrofes, sobre as quais se debruçavam as sucessivas muralhas. Esse afastamento cada vez maior dos elementos naturais aumenta proporcionalmente a desordem higiênica.

Quanto mais a cidade cresce, menos as "condições naturais" são nela respeitadas. Por "condições naturais" entende-se a presença, em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação. Uma expansão sem controle privou as cidades desses alimentos fundamentais, de ordem tanto psicológica quanto fisiológica. O indivíduo que perde contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade. Nessa ordem de idéias, a medida foi ultrapassada no decorrer dos últimos cem anos, e essa não é a causa menor da penúria pela qual o mundo se encontra presentemente oprimido.

12 - As construções destinadas à habitação são distribuídas pela superfície da cidade em contradição com os requisitos da higiene.

O primeiro dever do urbanismo é pôr-se de acordo com as necessidades fundamentais dos homens. A saúde de cada um depende, em grande parte, de sua submissão às "condições naturais". O sol, que comanda todo crescimento, deveria penetrar no interior de cada moradia, para espalhar seus raios, sem os quais a vida se estiola. O ar, cuja qualidade é assegurada pela presença da vegetação, deveria ser puro, livre da poeira em suspensão e dos gases nocivos. O espaço, enfim, deveria ser distribuído com liberalidade. Não nos esqueçamos de que a sensação de espaço é de ordem psicofisiológica e que a estreiteza das ruas e o estrangulamento dos pátios criam uma atmosfera tão insalubre para o corpo quanto deprimente para o espírito. O 4º Congresso CIAM, realizado em Atenas, chegou ao seguinte postulado: o sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo. A adesão a esse postulado permite julgar as coisas existentes e apreciar as novas propostas de um ponto de vista verdadeiramente humano.

13 - Os bairros mais densos se localizam nas zonas menos favorecidas (encontas mal orientadas, setores invadidos por nevoeiros, por gases industriais passíveis de inundações etc).

Nenhuma legislação interveio ainda para fixar as condições habitação moderna, que devem não somente assegurar a proteção da pessoa humana mas também dar-lhe meios para um aperfeiçoamento crescente. Assim, o solo urbano, os bairros residenciais as moradias são distribuídos segundo a circunstância, ao sabor dos interesses mais inesperados e, às vezes, mais baixos. Um geômetra municipal não hesitará em traçar uma rua que privará de sol milhares de casas. Certos edis, infelizmente, acharão natural destinar à instalação de um bairro operário uma zona até então negligenciada porque as névoas a invadem, porque a umidade é excessiva ou porque os mosquitos nela pululam. Ele considerará que uma encosta voltada para o norte, que, em decorrência de sua orientação, nunca atraiu ninguém, que um terreno envenenado pela fuligem, pela fumaça de carvão, pelos gases, deletérios de alguma indústria, às vezes ruidosa, será sempre bom o bastante para acomodar as populações desenraizadas e sem vínculos sólidos, a que chamamos de mão-de-obra comum.

14 - As construções arejadas (habitações ricas) ocupam as zonas favorecidas, ao abrigo dos ventos hostis, com vista e espaços graciosos dando para perspectivas paisagísticas, lagos, mar, montes, etc... e com uma insolação abundante.

As zonas favorecidas são geralmente ocupadas pelas habitações de luxo; prova-se assim que as aspirações instintivas do homem o induzem, sempre que seus recursos lhe permitem, a procurar condições de vida e uma qualidade de bem estar cujas raízes se encontram na própria natureza.

15 - Essa distribuição parcial da habitação é sancionada pelo uso e por disposições edilícias que se consideram justificadas: o zoneamento.

O zoneamento é a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação,

centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer. Mas se a força das coisas diferencia a habitação rica da habitação modesta, não se tem o direito de transgredir regras que deveriam ser sagradas, reservando só para alguns favorecidos da sorte o benefício das condições necessárias para uma vida sadia e ordenada. É urgente e necessário modificar certos usos. É preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro. É preciso impedir, para sempre, por uma rigorosa regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço.

16 - As construções edificadas ao longo das vias de ao redor dos cruzamentos são prejudiciais à habitação: barulhos, poeiras e gases nocivos.

Se se quiser levar em consideração esta interdição, atribuir-se-á, doravante, zonas independentes à habitação e à circulação. A casa, então não estará mais unida à rua por sua calçada. A habitação se erguerá em seu meio próprio, onde gozará de sol, de ar puro e de silêncio. A circulação se desdobrará por meio de vias de percurso lento para o uso de pedestres, e de vias de percurso rápido para o uso de veículos. Cada uma dessas vias desempenhará sua função, só se aproximando ocasionalmente da habitação.

17 - O alinhamento tradicional das habitações à beira das ruas só garante insolação a uma parcela mínima das moradias.

O alinhamento tradicional dos imóveis ao longo das ruas acarreta uma disposição obrigatória do volume construído. Ao serem cortadas, ruas paralelas ou oblíquas desenham superfícies quadradas ou retangulares, trapezoidais ou triangulares, de capacidades diversas que, uma vez edificadas, constituem os "blocos". A necessidade de iluminar o centro desses blocos engendra pátios internos de dimensões variadas. As regulamentações edilícias deixam, infelizmente, àqueles que buscam o lucro, a liberdade de restringir esses pátios a dimensões verdadeiramente escandalosas. Chega-se então a este triste resultado: uma fachada em quatro, seja ela voltada para a rua ou para o pátio, está orientada para o norte e não conhece o sol, enquanto as outras três, em consequência da estreiteza das ruas, dos pátios e da sombra projetada disso resultante, são também parcialmente privadas de sol. A análise revela que nas cidades, a proporção de fachadas não ensolaradas varia entre a metade e três quarto total. Em certos casos, essa proporção é ainda mais desastrosa.

18 - É arbitrária a distribuição das construções de uso coletivo dependente da habitação.

A moradia abriga a família, função que constitui por si só todo um programa e coloca um problema cuja solução – que outrora já foi, por vezes, feliz – está hoje entregue, em geral, ao acaso. Mas a família reclama ainda a presença de instituições que, fora da moradia e em suas proximidades, sejam seus verdadeiros prolongamentos. São elas: centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, às quais se somarão organizações intelectuais e esportivas destinadas a proporcionar aos adolescentes a possibilidade de trabalhos ou de jogos adequados à satisfação das aspirações próprias dessa idade e, para completar, os "equipamentos de saúde", as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um. O benefício dessas instituições coletivas é evidentes, mas sua necessidade é ainda mal compreendida pela massa. Sua realização está apenas esboçada, da maneira mais fragmentária e desvinculada das necessidades gerais das habitações,

19 - As escolas, muito particularmente, não raro estão situadas nas vias de circulação e muito afastadas das habitações.

As escolas, limitando-se o julgamento a seu programa e a sua disposição arquitetônica, estão em geral mal situadas no interior do complexo urbano. Muito longe da moradia, elas colocam a criança em contato com os perigos da rua. Além disso, é freqüente que nelas só se

dispense a instrução propriamente dita, e a criança, antes dos seis anos, ou o adolescente, depois dos treze, são regularmente privados de organizações pré ou pós-escolares que responderiam às necessidades mais imperiosas de sua idade. O estado atual e a distribuição do domínio edificado prestam-se mal às inovações por meio das quais a infância e a juventude seriam não somente protegidas de inúmeros perigos, mas, ainda, colocadas nas únicas condições que permitem uma formação séria, capaz de lhes assegurar, ao lado da instrução, um pleno desenvolvimento, tanto físico quanto moral.

20 - Os subúrbios estão organizados sem plano e sem ligação normal com a cidade.

Os subúrbios são descendentes degenerados dos arrabaldes. O burgo era outrora uma unidade organizada no interior de uma muralha militar. O falso burgo contíguo a ele pelo lado de fora, construído ao longo de uma via de acesso desprovido de proteção, era o escoadouro da população excedente que, bom ou mau grado, devia acomodar-se em sua insegurança. Quando a criação de uma nova muralha encerrava um dia o falso burgo, com seu trecho de via, no seio da cidade, ocorria uma primeira alteração na regra normal dos traçados. A era do maquinismo é caracterizado pelo subúrbio, área sem traçado definido, onde são jogados todos os resíduos, onde se arriscam todas as tentativas, onde se instalam em geral os artesanatos mais modestos, com as indústrias julgadas de antemão provisórias, algumas das quais, porém, conhecerão um crescimento gigantesco. O subúrbio é o símbolo, ao mesmo tempo, do fracasso e da tentativa. É uma espécie de onda batendo nos muros da cidade. No decorrer dos séculos XIX e XX, essa onda tornou-se maré, e depois inundação. Ela comprometeu seriamente o destino da cidade e suas possibilidades de crescer conforme uma regra. Sede de uma população incerta, destinada a suportar inúmeras misérias, caldo de cultura de revoltas, o subúrbio é com freqüência, dez vezes, cem vezes, mais extenso do que a cidade. Desse subúrbio doente, onde a função distância-tempo suscita uma difícil questão que continua sem solução, alguns procuram fazer cidades-jardins. Paraísos ilusórios, solução irracional. O subúrbio é um erro urbanístico, disseminado por todo o universo e levado a suas conseqüências extremas na América. Ele se constitui em um dos grandes males do século.

21 - Procurou-se incorporar os subúrbios ao domínio administrativo.

Muito tarde! O subúrbio foi incorporado tardiamente ao domínio administrativo. A legislação imprevidente deixou que se estabelecessem, em toda sua extensão, direitos de propriedade por ela declarados imprescritíveis. O proprietário de um terreno vago onde tenha surgido algum barraco, galpão ou oficina não pode ser desapropriado sem inúmeras dificuldades. Sua densidade populacional é muito baixa e o solo dificilmente explorado; entretanto, a cidade é obrigada a prover a área dos subúrbios dos serviços necessários: vias públicas, canalização, meios transporte rápidos, polícia, iluminação e limpeza pública serviços hospitalares ou escolares, etc. É chocante a desproporção entre as despesas ruinosas causadas por tantas obrigações e a pequena contribuição que pode dar uma população dispersa. Quando a administração intervém para corrigir a situação, choca-se com obstáculos insuperáveis e se arruína em vão. É antes do nascimento dos subúrbios que a administração deve apro riar-se da gestão do solo que, cerca a cidade para assegurar-lhe os meios para um desenvolvimento harmonioso.

22 - Frequentemente os subúrbios nada mais são do que uma aglomeração de barracos onde a infra-estrutura indispensável dificilmente é rentável.

Casinhas mal construídas, barracos de madeira, galpões onde se misturam bem ou mal os materiais mais imprevistos, domínio dos pobres diabos que oscilam nos turbilhões de uma vida sem disciplina, eis o subúrbio! Sua feiúra e sua tristeza são a vergonha da cidade que ele circunda. Sua miséria, que obriga a malbaratar o dinheiro público sem a contraparte de recursos fiscais suficientes, é uma carga sufocante para a coletividade. Os subúrbios são a sórdida antecâmara das cidades; enganchados às grandes vias de acesso por suas ruelas, a circulação aí se torna perigosa; vistos de

avião, expõe aos olhos menos avisados a desordem e a incoerência de sua distribuição; cortados por ferrovias, eles são, para o viajante atraído pela reputação da cidade, uma penosa desilusão!

É preciso exigir

23 - Doravante os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se a topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas.

As cidades, tal como existem hoje, estão construídas em condições contrárias ao bem público e privado. A história mostra que sua criação e seu desenvolvimento obedeceram a razões profundas, superpostas ao longo do tempo, e que elas não apenas cresceram, mas freqüentemente se renovaram no decorrer dos séculos, e sobre o mesmo solo. A era da máquina, ao modificar brutalmente determinadas condições centenárias, levou-as ao caos. Nossa tarefa atual é arrancá-las de sua desordem por meio de planos nos quais será previsto o escalonamento dos empreendimentos ao longo do tempo. O problema da moradia, da habitação, prevalece sobre todos. Os melhores locais da cidade devem-lhe ser reservados; e se eles foram devastados pela indiferença ou pela concupiscência, tudo deve ser feito para recuperá-los. Muitos fatores concorrem para a quantidade da moradia. É preciso buscar ao mesmo tempo as mais belas paisagens, o ar mais saudável, levando em consideração os ventos e a neblina, os declives melhor expostos, e, enfim, utilizar as superfícies verdes existentes, criá-las, se não existem, ou recuperá-las, se foram destruídas.

24 - A determinação dos setores habitacionais deve ser ditada por razões de higiene.

As leis de higiene universalmente reconhecidas fazem uma grave acusação contra as condições sanitárias das cidades. Não basta, porém, formular um diagnóstico e nem sequer encontrar uma solução; é preciso, ainda, que ela seja imposta pelas autoridades responsáveis. Bairros inteiros deveriam ser condenados em nome da saúde pública. Alguns, fruto de uma especulação prematura, só merecem a picareta; outros, em função das memórias históricas ou dos elementos de valor artístico que contêm, deverão ser parcialmente respeitados; há modos de preservar o que merece ser preservado, destruindo implacavelmente aquilo que constitui um perigo. Não basta sanear a moradia, mas é preciso, ainda, criar e administrar seus prolongamentos exteriores, locais de educação física e espaços diversos para esporte, inserindo, antecipadamente, no plano geral, as áreas que lhes serão reservadas.

25 - Densidades razoáveis devem ser impostas, de acordo com as formas de habitação postas pela própria natureza do terreno.

As densidades populacionais de uma cidade devem ser ditadas pelas autoridades. Elas poderão variar segundo a destinação do solo urbano e resultar, de acordo com seu índice, numa cidade ou muito extensa ou concentrada sobre si mesma. Fixar as densidades urbanas é realizar um ato de gestão pleno de conseqüências. Quando surgiu a era da máquina, as cidades se desenvolveram sem controle e sem freio. A displicência é a única explicação válida para esse crescimento desmesurado e absolutamente irracional, que é uma das causas de seus males. Tanto para nascer como para crescer, as cidades têm razões particulares, que devem ser estudadas e que levarão a previsões que abarquem um certo espaço de tempo: cinquenta anos, por exemplo. Poder-se-á pressupor uma certa cifra de população. Será necessário alojá-la, sabendo-se em que área útil, prever qual "tempo-distância" será seu quinhão cotidiano, fixar a superfície e a capacidade necessárias à realização desse programa de cinquenta anos. Quando a cifra da população e as dimensões do terreno são fixadas, a "densidade" é determinada.

26 - Um número mínimo de horas de insolação deve ser fixado para cada moradia.

A ciência, estudando as radiações solares, detectou aquelas que são indispensáveis á saúde humana e também aquelas que, em certos casos, poderiam ser-lhe nocivas. O sol é o senhor da

vida. A medicina demonstrou que a tuberculose se instala onde o sol não penetra; ela exige que o indivíduo seja recolocado, tanto quanto possível, nas "condições naturais". O sol deve penetrar em toda moradia algumas horas por dia, mesmo durante a estação menos favorecida. A sociedade não tolerará mais que famílias inteiras sejam privadas de sol e, assim, condenadas ao definhamento. Todo projeto de casa no qual um único alojamento seja orientado exclusivamente para o norte, ou privado de sol devido às sombras projetadas, será rigorosamente condenado. É preciso exigir dos construtores uma planta demonstrando que no solstício de inverno o sol penetrará em cada moradia, no mínimo 2 horas por dia. Na falta disso será negada a autorização para construir. Introduzir o sol é o novo e o mais imperioso dever do arquiteto.

27 - O alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação deve ser proibido.

As vias de comunicação, isto é, as ruas das nossas cidades, têm finalidades díspares. Elas recebem as mais variadas cargas e devem servir tanto para a caminhada dos pedestres, quanto para o trânsito, interrompido por paradas intermitentes, de veículos rápidos de transporte coletivo, ônibus ou bondes, ou para aquele ainda mais rápido, dos caminhões ou dos automóveis particulares. As calçadas, criadas no tempo dos cavalos e só após a introdução dos coches, para evitar os atropelamentos, são um remédio irrisório desde que as velocidades mecânicas introduziram nas ruas uma verdadeira ameaça de morte. A cidade atual abre as inúmeras portas de suas casas para essa ameaça e suas inúmeras janelas para os ruídos, as poeiras e os gases nocivos, resultantes de uma intensa circulação mecânica. Esse estado de coisas exige uma modificação radical: as velocidades do pedestre, 4km horários, e as velocidades, mecânicas, 50 a 100km horários, devem ser separadas. As habitações serão afastadas das velocidades mecânicas, a serem canalizadas para um leito particular, enquanto o pedestre disporá de caminhos diretos ou de caminhos de passeio para ele reservados.

28 - Os modernos recursos técnicos devem ser levados em conta para erguer construções elevadas.

Cada época utilizou em suas construções a técnica que lhe era imposta por seus recursos particulares. Até o século XIX, a arte de construir casas só conhecia paredes constituídas de pedras, tijolos ou tabiques de madeira e tetos constituídos por vigas de madeira. No século XIX, um período intermediário fez uso dos ferros perfilados, depois vieram, enfim, no século XX, as construções homogêneas, todas em aço ou cimento armado. Antes dessa inovação absolutamente revolucionária na história da construção de casas, os construtores não podiam erguer um imóvel que ultrapassasse seis pavimentos. O presente não é mais tão limitado. As construções atingem sessenta e cinco pavimentos ou mais. Resta determinar, por um exame criterioso dos problemas urbanos, a altura que mais convém a cada caso particular. No que concerne à habitação, as razões que postulam a favor de uma determinada decisão são: a escolha da vista mais agradável, a busca do ar mais puro e da insolação mais completa, enfim, a possibilidade de criar nas proximidades imediatas da moradia instalações coletivas, áreas escolares, centros de assistência, terrenos para jogos, que serão seus prolongamentos. Apenas construções de uma certa altura poderão satisfazer a contento essas legítimas exigências.

29 - As construções elevadas erguidas a grande distância umas das outras devem liberar o solo para amplas superfícies verdes.

É preciso, ainda, que elas estejam situadas a distâncias bem grandes umas das outras, caso contrário sua altura, longe de construir um melhoramento, só agravaria o mal existente; é o grave erro cometido nas cidades das duas Américas. A construção de uma cidade não pode ser abandonada, sem programa, à iniciativa privada. A densidade de sua população deve ser elevada o bastante para validar a organização das instalações coletivas, que serão os prolongamentos da moradia. Uma vez fixada essa densidade, será admitida uma cifra de população presumível, que permita calcular a superfície reservada à cidade. Decidir sobre a maneira como o solo será ocupado, estabelecer a relação

entre a superfície construída e aquela deixada livre ou plantada, dividir o terreno necessário tanto para as moradias particulares quanto para seus diversos prolongamentos, fixar uma superfície para a cidade que não poderá ser ultrapassada durante um período determinado, constituir essa grave operação, da qual a autoridade está incumbida: a promulgação do "estatuto do solo". Assim se construirá a cidade daqui para diante com toda segurança e, dentro dos limites das regras estabelecidas por esse, estatuto, será dada toda a liberdade à iniciativa privada e à imaginação do artista.

Lazer / Observações

30 - As superfícies livres são, em geral, insuficientes.

Existem, ainda, superfícies livres no interior de algumas cidades. Elas são a sobrevivência, miraculosa em nossa época, de reservas constituídas no passado: parques rodeando residências principescas, jardins adjacentes a casas burguesas, passeios sombreados ocupando a área de uma muralha militar derrubada. Os dois últimos séculos consumiram com voracidade essas reservas, autênticos pulmões da cidade, cobrindo-os de imóveis, colocando alvenaria no lugar da relva e das árvores. Outrora os espaços livres não tinham outra razão de ser que o deleite de alguns privilegiados. Não intervieram ainda o ponto de vista social, que dá hoje um sentido novo a sua destinação. Eles podem ser os prolongamentos diretos ou indiretos da moradia; diretos, se cercam a própria habitação, indiretos, se estão concentrados em algumas grandes superfícies, não tão próximas. Em ambos os casos, sua destinação será a mesma: acolher as atividades coletivas da juventude, propiciar um espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer.

31 - Quando as superfícies livres têm uma extensão suficiente, não raro estão mal destinadas e, por isso, são pouco utilizáveis pela massa dos habitantes.

Quando as cidades modernas possuem algumas superfícies livres e de uma extensão suficiente, tais áreas estão situadas ou na periferia ou no coração de uma zona residencial particularmente luxuosa. No primeiro caso, distantes dos locais de habitação popular, elas só servirão aos cidadãos no domingo e não terão influência alguma sobre a vida cotidiana, que continuará a se desenrolar em condições deploráveis. No segundo, elas serão, de fato, proibidas às multidões, sendo sua função reduzida ao embelezamento, sem que desempenhem seu papel de prolongamentos úteis da moradia. Seja como for, o grave problema da higiene popular permanecem ainda sem melhoria.

32 - A situação excêntrica das superfícies livres não se presta à melhoria das condições de habitação nas zonas congestionadas da cidade.

O urbanismo é chamado para conceber as regras necessárias a assegurar aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física mas, também, sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrente. As horas de trabalho, em geral muscular e nervosamente extenuantes, devem ser seguidas, a cada dia, por um número suficiente de horas livres. Essas horas livres, que o maquinismo infalivelmente ampliará, serão consagradas a uma reconfortante permanência no seio de elementos naturais. A manutenção ou a criação de espaços livres são, portanto, uma necessidade e constituem uma questão de saúde pública para a espécie. Esse é um tema que constitui parte integrante dos postulados do urbanismo e ao qual os edis deveriam ser obrigados a dedicar toda a sua atenção. Justa proporção entre volumes edificados e espaços livres, eis a única fórmula que resolve o problema da habitação.

33 - As raras instalações esportivas, para serem colocadas nas proximidades dos usuários, eram em geral instaladas provisoriamente: em terrenos destinados a receber futuros bairros residências ou industriais. Precariedade e transtornos incessantes.

Algumas associações esportivas, desejosas de utilizar seu lazer semanal, encontraram na periferia das cidades um abrigo provisório; mas sua existência, não oficialmente reconhecidas é, em

geral, das mais precárias. Pode-se classificar as horas livres ou de lazer em três categorias: cotidianas, semanais ou anuais. As horas de liberdade cotidiana devem ser passadas nas proximidades da moradia. As horas de liberdade semanal permitem a saída da cidade e os deslocamentos regionais. As horas de liberdade anual, isto é, as férias, permitem verdadeiras viagens, fora da cidade e da região. O problema assim exposto implica a criação de reservas verdes:

- 1 - ao redor das moradias;
- 2 - na região
- 3 - no país.

34 - Os terrenos que poderiam ser destinados ao lazer semanal estão frequentemente mal articulados à cidade.

Uma vez escolhidos os locais situados nos arredores imediatos da cidade e próprios para se tomarem centros úteis de lazer semanal, colocar-se-á o problema dos transportes de massa. Esse problema deve ser considerado desde o instante em que se esboça o plano da região; ele implica o estudo de diversos meios de transporte possíveis: estradas, ferrovias ou rios.

É preciso exigir

35 - Doravante todo bairro residencial deve compreender a superfície verde necessária à organização racional dos jogos e esportes das crianças, dos adolescentes e dos adultos.

Esta decisão só terá resultado se estiver sustentada por uma verdadeira legislação: o "estatuto do solo". Esse estatuto terá a diversidade correspondente às necessidades a satisfazer. Assim, a densidade da população ou a porcentagem de superfície livre e de superfície edificada poderão variar segundo as funções, os locais ou os climas. Os volumes edificados serão intimamente amalgamados às superfícies verdes que os cercam. As zonas edificadas e as zonas plantadas serão distribuídas levando-se em consideração um tempo razoável para ir de umas às outras. De qualquer modo, a textura do tecido urbano deverá mudar; as aglomerações tenderão a tornar-se cidades verdes. Contrariamente ao que ocorre nas cidades-jardins, as superfícies verdes não serão compartimentadas em pequenos elementos de uso privado, mas consagradas ao desenvolvimento das diversas atividades comuns que formam o prolongamento da moradia. O cultivo de hortas, cuja utilidade constitui, de fato, o principal argumento a favor das cidades jardins, poderá muito bem ser levado em consideração aqui; uma porcentagem do solo disponível lhe será destinada, dividida em múltiplas parcelas individuais; mas certos empreendimentos coletivos, como a aragem eventual e a irrigação ou a rega, poderão aliviar os encargos e aumentar o rendimento.

36 - Os quarteirões insalubres devem ser demolidos e substituídos por superfícies verdes: os bairros limítrofes serão saneados.

Um conhecimento elementar das principais noções de higiene basta para discernir os cortiços e discriminar os quarteirões notoriamente insalubres. Estes quarteirões deverão ser demolidos. Dever-se-á aproveitar essa ocasião para substituí-los por parques que serão, pelo menos nos bairros limítrofes, o primeiro passo no caminho do saneamento. Pode acontecer, todavia, que alguns desses quarteirões ocupem um local particularmente conveniente à construção de certos edifícios indispensáveis à vida da cidade. Nesse caso, um urbanismo inteligente, saberá dar-lhes a destinação que o plano geral da região e o da cidade tenham antecipadamente considerado a mais útil.

37 - As novas superfícies verdes devem servir a objetivos claramente definidos: acolher jardins de infância, escolas, centros juvenis ou todas as construções de uso comunitário ligadas intimamente à habitação.

As superfícies verdes, que se terá intimamente amalgamado aos volumes construídos e inserido nos setores habitacionais, não por função única o de embelezamento da cidade. Elas deverão, antes de mais nada, ter um papel útil, e as instalações de caráter coletivo ocuparão seus gramados: creches, organizações pré ou pós-escolares, círculos juvenis, centros de entretenimento intelectual ou de cultura física, salas de leitura ou de jogos, pistas de corrida ou piscina ao ar livre. Elas serão o prolongamento da habitação e, como tal, deverão estar subordinadas ao estatuto do solo.

38 - As horas livres semanais devem transcorrer em locais adequadamente preparados: parques, florestas, áreas de esporte, estádios, praias, etc...

Nada ou quase nada foi ainda previsto para o lazer semanal. Na região que cerca a cidade, amplos espaços deverão ser reservados e organizados, e o acesso a eles deverá ser assegurado por meios de transporte suficientemente numerosos e cômodos. Não se trata mais de simples gramado cercado a casa, com uma ou outra árvore plantada, mas de verdadeiros prados, de bosques, de praias naturais ou artificiais constituindo uma imensa reserva cuidadosamente protegida, oferecendo mil oportunidades de atividades saudáveis ou de entretenimento útil ao habitante da cidade. Toda cidade possui em sua periferia locais capazes de corresponder a esse programa e que através de uma organização bem estudada dos meios de transporte, tornar-se-ão facilmente acessíveis.

39 - Parques, áreas de esporte, estádios, praias, etc...

Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo atividades de todo tipo: o passeio, solitário ou coletivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espetáculos, concertos, teatros ao ar livre, jogos de quadra e torneios diversos. Enfim, são previstos equipamentos precisos: meios de transporte que demandem uma organização racional; locais para alojamento, hotéis, albergues ou acampamentos e, enfim, não menos importante, um abastecimento de água potável e víveres, que deverá ser cuidadosamente assegurado em toda parte.

40 - Os elementos existentes devem ser considerados: rios, florestas, morros, montanhas, vales, lago, mar, etc.

Graças ao aperfeiçoamento dos meios mecânicos de transporte, a questão da distância não desempenha mais, no caso, um papel preponderante. Mais vale escolher bem, ainda que se tenha que procurar um pouco mais longe. Trata-se não só de preservar as belezas naturais ainda intactas, mas também de reparar as agressões que algumas delas tenham sofrido; enfim, que a indústria do homem crie, em parte, sítios e paisagens que correspondam ao programa. Esse é um outro problema social muito importante, cuja responsabilidade está nas mãos dos edis: encontrar uma contrapartida para o trabalho estafante da semana, tornar o dia de repouso verdadeiramente revitalizante para a saúde física e moral, não mais abandonar a população às múltiplas desgraças da rua. Uma destinação fecunda das horas livres forjará uma saúde e um coração para os habitantes das cidades.

Trabalho / Observações

41 - Os locais de trabalho não estão mais dispostos racionalmente no complexo urbano: indústria, artesanato, negócios, administração, comércio.

Outrora, a moradia e a oficina, unidas por vínculos estreitos e permanentes, estavam situadas uma perto da outra. A expansão inesperada do maquinismo rompeu essas condições de harmonia, em menos de um século, ela transformou a fisionomia das cidades, quebrou as tradições seculares do artesanato e deu origem a uma nova mão-de-obra anônima e instável. O desenvolvimento industrial depende essencialmente dos meios de abastecimento de matérias-primas e das facilidades de escoamento dos produtos manufaturados. Foi, portanto, ao longo das vias férreas introduzidas pelo século XIX, e às margens das vias fluviais, cujo tráfego a navegação a vapor multiplicava, a que as

indústrias verdadeiramente se precipitaram. Mas, aproveitando as disponibilidades imediatas de habitações e de abastecimento das cidades existentes, os fundadores das indústrias instalaram suas empresas na cidade ou em seus arredores, a despeito do mal que disso poderia resultar. Implantadas no coração dos bairros habitacionais, as fábricas aí espalham suas poeiras e seus ruídos. Instaladas na periferia e longe desses bairros, elas condenam os trabalhadores a percorrer diariamente longas distâncias em condições cansativas de pressa e de agitação, fazendo-os perder inutilmente uma parte de suas horas de lazer. A ruptura com a antiga organização do trabalho criou uma desordem indizível e colocou um problema para o qual, até o presente, só foram dadas soluções paliativas. Derivou disso o grande mal da época atual: nomadismo das populações operárias.

42 - A ligação entre a habitação e os locais de trabalho não é mais normal: ela impõe percursos desmesurados.

Desde então foram rompidas as relações normais entre essas duas funções essenciais da vida: habitar, trabalhar. Os arrabaldes se enchem de oficinas e manufaturas e a grande indústria, que continua seu desenvolvimento sem limites, é empurrada para fora, para os subúrbios. Saturada a cidade, sem poder acolher novos habitantes, fez-se surgir apressadamente cidades suburbanas, vastos e compactos blocos de caixotes para alugar ou loteamentos intermináveis. A mão-de-obra intercambiável, que absolutamente não está ligada por um vínculo estável à indústria, suporta de manhã, à tarde e à noite, no verão e no inverno, a perpétua movimentação e a deprimente confusão dos transportes coletivos. Horas inteiras se dissolvem nesses deslocamentos desordenados.

43 - As horas de pico dos transportes acusam um estado crítico.

Os transportes coletivos, trens de subúrbio, ônibus e metrô só funcionam verdadeiramente em quatro momentos do dia. Nas horas de pico, a agitação é frenética, e os usuários pagam caro, de seu próprio bolso, uma organização que lhes proporciona, diariamente, horas de sacolejo somadas às fadigas do trabalho. A exploração desses transportes é ao mesmo tempo minuciosa e cara; sendo a cota dos passageiros insuficiente para cobrir sua despesa, eles se tomam um pesado encargo público. Para remediar semelhante estado de coisas foram sustentadas teses contraditórias: fazer viver os transportes ou fazer viver bem os usuários dos transportes? É preciso escolher! Uma supõe a redução e as outras o aumento do diâmetro das cidades.

44 - Pela falta de qualquer programa - crescimento descontrolado das cidades, ausência de previsões, especulação com os terrenos, etc - a indústria se instala ao acaso, não obedecendo a regra alguma.

O solo das cidades e o das regiões vizinhas pertencem quase inteiramente a particulares. A própria indústria está nas mãos de sociedades privadas, sujeitas a todo tipo de crises e cuja situação é às vezes instável. Nada foi feito para submeter o surto industrial a regras lógicas; ao contrário, tudo foi deixado à improvisação que, se às vezes favorece o indivíduo, sempre oprime a coletividade.

45 - Nas cidades, os escritórios se concentraram em centros de negócios. Os centros de negócio, instalado nos locais privilegiados da cidade, dotados da mais completa circulação, são logo presa da especulação. Como são negócios privados, falta organização propícia para seu desenvolvimento natural.

O desenvolvimento industrial tem por corolário o aumento dos negócios, administração privada e comércio. Nada, nesse domínio, foi seriamente medido e previsto. É preciso comprar e vender, estabelecer contatos entre a fábrica ou a oficina, o fornecedor e o cliente. Estas transações precisam de escritórios. Esses escritórios são locais que requerem uma instalação particularizada, sensível, indispensável ao andamento dos negócios. Tais equipamentos, isoladamente, são caros. Tudo aconselha um agrupamento, que asseguraria a cada um deles as melhores condições

de funcionamento: circulação desembaraçada, comunicações fáceis com o exterior, iluminação, silêncio, boa qualidade do ar, instalações de aquecimento e de refrigeração, centros postal e telefônico, rádio etc.

É preciso exigir

46 - As distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo.

Isto supõe uma nova distribuição, conforme um plano cuidadosamente elaborado, de todos os lugares destinados ao trabalho. A concentração das indústrias em anéis em torno das grandes cidades pode ter sido, para certas empresas, uma fonte de prosperidade, mas é preciso denunciar as deploráveis condições de vida que disso resultaram para a massa. Essa disposição arbitrária criou uma promiscuidade insuportável. A duração das idas e vindas não tem relação com a trajetória cotidiana do sol. As indústrias devem ser transferidas para locais de passagem das matérias-primas, ao longo das grandes vias fluviais, terrestres ou férreas. Um lugar de passagem é um elemento linear. As cidades industriais, ao invés de serem concêntricas, tornar-se-ão, portanto, lineares.

47 - Os setores industriais devem ser independentes dos setores habitacionais e separados uns dos outros por uma zona de vegetação.

A cidade industrial se estenderá ao longo do canal, estrada ou via férrea ou, melhor ainda, dessas três vias conjugadas. Tornando-se linear e não mais anelar, ela poderá alinhar, à medida em que se desenvolve, seu próprio setor habitacional, que lhe será paralelo. Uma zona verde separará este último das construções industriais. A moradia inserida desde então em pleno campo, estará completamente protegida dos ruídos e das poeiras, mantendo-se a uma proximidade que suprimirá os longos trajetos diários; ela voltará a ser um organismo familiar normal. As "condições naturais" assim reencontradas contribuirão para fazer cessar o nomadismo das populações operárias. Três tipos de habitação estarão disponíveis para escolha dos habitantes: a casa individual da cidade-jardim, a casa individual acoplada a uma pequena exploração rural e, enfim, o imóvel coletivo provido de todos os serviços necessários ao bem-estar de seus ocupantes.

48 - As zonas industriais devem ser contíguas à estrada de ferro, ao canal e à rodovia.

A velocidade inteiramente nova dos transportes mecânicos, que utilizam a rodovia, a ferrovia, o rio ou o canal, exige a criação de novas vias ou a transformação das já existentes. É um programa de coordenação que deve levar em conta a nova distribuição dos estabelecimentos industriais e das moradias operárias que os acompanham.

49 - O artesanato, intimamente ligado à vida urbana, da qual procede diretamente, deve poder ocupar locais claramente designados no interior da cidade.

O artesanato, por sua natureza, difere da indústria e requer disposições apropriadas. Ele emana diretamente do potencial acumulado nos centros urbanos. O artesanato de livros, joalheria, costura ou moda encontra na concentração intelectual da cidade a excitação criadora que lhe é necessária. São atividades essencialmente urbanas e, portanto, os locais de trabalho, poderão ficar situados nos pontos mais intensos da cidade.

50 - Ao centro de negócios, consagrado à administração privada ou pública, deve ser garantida boa comunicação, tanto com os bairros habitacionais quanto com as indústrias ou artesanato instalados na cidade ou em suas proximidades.

Os negócios assumiram uma importância tão grande que a escolha da localização que lhes será reservada exige um estudo muito particular. O centro de negócios deve encontrar-se na

confluência das vias de circulação que servem ao mesmo tempo os setores de habitação, os setores de indústria e de artesanato, as administrações públicas, alguns hotéis e diversas (estações ferroviária, rodoviária, marítima, aérea).

Circulação / Observações

51 - A rede atual das vias urbanas é um conjunto de ramificações desenvolvidas em torno das grandes vias de comunicação. Na Europa, essas últimas remontam a um tempo bem anterior à idade média, ou às vezes até mesmo à antiguidade.

Certas cidades militares ou de colonização beneficiaram-se, desde o seu nascimento, de um plano deliberado. Primeiro foi traçada uma muralha de forma regular; nessa muralha terminavam as grandes vias de comunicação. A disposição interna tinha uma útil regularidade. Outras cidades, mais numerosas, nasceram na intersecção de duas grandes rotas que atravessavam a região ou no ponto de cruzamento de vários caminhos radiais que partiam de um centro comum. Essas vias de comunicação estão intimamente ligadas à topografia da região, que freqüentemente lhes impõe um traçado sinuoso. As primeiras casas se instalaram à beira delas; assim tiveram origem as ruas principais a partir das quais vieram ramificar-se, no decorrer do crescimento da cidade, artérias secundárias cada vez mais numerosas. As vias principais sempre foram filhas da geografia; muitas delas puderam ser corrigidas ou retificadas, mas sempre conservarão sua determinação fundamental.

52 - As grandes vias de comunicação foram, concebidas para receber pedestres ou coches; hoje elas não correspondem aos meios de transporte mecânicos.

As cidades antigas eram, por razões de segurança, cercadas por muralhas. Não podiam, portanto, estender-se proporcionalmente ao crescimento de sua população. Era preciso agir com economia para fazer o terreno render o máximo de superfície habitável. É isso que explica sua disposição em ruas e ruelas estreitas que permitiam servir ao maior número possível de portas de habitação. Além disso, essa organização das cidades teve como consequência o sistema de blocos edificadas a prumo sobre a rua, de onde eles recebiam luz, e perfurados, com a mesma finalidade, por pátios internos. Mas tarde, quando as muralhas fortificadas foram sendo afastadas, ruas e ruelas foram prolongadas em avenidas e alamedas além do primeiro núcleo, que conservava sua estrutura primitiva. Esse sistema de construção, que não corresponde mais, há muito tempo, a nenhuma necessidade, tem ainda hoje força de lei. É sempre o bloco edificado, subproduto direto da rede viária. Suas fachadas dão para ruas ou para pátios internos mais ou menos estreitos. A rede circulatória que o contém tem dimensões e intersecções múltiplas. Prevista para outros tempos, essa rede não pôde adaptar-se às novas velocidades dos veículos mecânicos.

53 - O dimensionamento das ruas, desde então inadequado, se opõe à utilização das novas velocidades mecânicas e à expansão regular da cidade.

O problema é criado pela impossibilidade de conciliar as velocidades naturais, do pedestre ou do cavalo, com as velocidades mecânicas dos automóveis, bondes, caminhões ou ônibus. Sua mistura é fonte de mil conflitos. O pedestre circula em uma insegurança perpétua, enquanto os veículos mecânicos, obrigados a frear com freqüência, ficam paralisados, o que não os impede de serem um perigo permanente de morte.

54 - As distâncias entre os cruzamentos das ruas são muito pequenas.

Para atingir sua marcha normal, os veículos mecânicos precisam do arranque e da aceleração gradual. A freada não pode intervir brutalmente sem causar um desgaste rápido de suas principais órgãos. Dever-se-ia, portanto, prever uma unidade de extensão razoável entre o local do arranque e aquele em que a freada torna-se necessária. Os cruzamentos das ruas atuais, situados a 100,

50, 20, ou mesmo 10 metros de distância uns dos outros, não convêm à boa progressão dos veículos mecânicos. Espaços de 200 a 400 metros deveriam separá-los.

55 - A largura das ruas é insuficiente. Procurar alargá-las é quase sempre uma operação onerosa e, além disso, inoperante.

Não há uma largura-tipo uniforme para as ruas. Tudo depende de seu tráfego, em número e natureza dos veículos. As antigas vias principais, impostas desde o início da cidade pela topografia e pela geografia, e que formam o tronco da inumerável ramificação de ruas, conservaram quase sempre um tráfego intenso. Elas são geralmente muito estreitas, mas seu alargamento não é sempre uma solução fácil e nem sequer eficaz. É preciso que o problema seja retomado bem mais de cima.

56 - Diante das velocidades mecânicas, a malha das ruas apresenta-se irracional, faltando precisão, flexibilidade, diversidade e adequação.

A circulação moderna é uma operação das mais complexas. As vias destinadas a múltiplos usos devem permitir, ao mesmo tempo: aos automóveis, ir de um extremo a outro; aos pedestres, ir de um extremo a outro; aos ônibus e bondes, percorrer itinerários prescritos; aos caminhões, ir dos centros de abastecimento a locais de distribuição infinitamente variados; a determinados veículos, atravessar a cidade em simples trânsito. Cada uma dessas atividades exigiria uma pista particular, condicionada para satisfazer necessidades claramente e caracterizadas. É, portanto, preciso dedicar-se a um estudo profundo da questão, considerar seu estado atual e procurar soluções que respondam de fato a necessidades estritamente definidas.

57 - Traçados de natureza suntuária, buscando objetivos representativos, puderam ou podem constituir pesados entraves à circulação.

Aquilo que era admissível e até mesmo admirável no tempo dos pedestres e dos coches pode ter-se tomado, atualmente, uma fonte de problemas constantes. Certas avenidas concebidas para assegurar uma perspectiva monumental coroada por um monumento ou um edifício, são, no presente, uma causa de engarrafamento, de atraso, e, às vezes, de perigo. Essas composições de ordem arquitetônica deveriam ser preservadas da invasão de veículos mecânicos, para os quais não foram feitas e à cuja velocidade nunca poderão ser adaptadas. A circulação tornou-se hoje uma função primordial da vida urbana. Ela pede um programa cuidadosamente estudado, que saiba prever tudo o que é preciso para regularizar os fluxos, criar os escoadouros indispensáveis e chegar, assim, a suprimir os engarrafamentos e o mal-estar constante de que são a causa.

58 - Em inúmeros casos, a rede das vias férreas tornou-se, por ocasião da extensão da cidade, um grave obstáculo à urbanização. Ela isola os bairros habitacionais, privando-os de contatos úteis com os elementos vitais da cidade.

Também aqui o tempo andou muito depressa. As estradas de ferro foram construídas antes da prodigiosa expansão industrial que elas mesmas provocaram. Ao penetrarem nas cidades, elas seccionam arbitrariamente zonas inteiras. A estrada de ferro é uma via que não se atravessa; ela isola uns dos outros setores que, tendo-se coberto pouco a pouco de habitações, viram-se privados de contatos para eles indispensáveis. Em certas cidades, a situação é grave para a economia geral e o urbanismo é chamado para considerar o remanejamento e o deslocamento de certas redes, de modo a fazê-las inserir-se na harmonia de um plano geral.

É preciso exigir

59 - Devem ser feitas análises úteis, com base em estatísticas rigorosas do conjunto da circulação na cidade e sua região, trabalho que revelará os leitos de circulação e a qualidade de seus tráficos.

A circulação é uma função vital cujo estado atual deve ser expresso em gráficos. As causas determinantes e os efeitos de suas diferentes intensidades aparecerão então claramente e será mais fácil discernir os pontos críticos. Somente uma visão clara da situação permitirá realizar dois progressos indispensáveis: dar a cada uma das vias de circulação uma destinação precisa, que será receber seja os pedestres, seja os automóveis, seja as cargas pesadas ou os veículos em trânsito; dar depois a essas vias, de acordo com a função para a qual forem destinadas, dimensões e características especiais: natureza do leito, largura da calçada, locais e natureza dos cruzamentos ou das interligações.

60 - As vias de circulação devem ser classificadas conforme sua natureza, e construídas em função dos veículos e de suas velocidades.

A rua única, legada pelos séculos, recebia outrora pedestres e cavaleiros indistintamente e só no final do século XVIII o emprego generalizado de coches provocou a criação das calçadas. No século XX, abateu-se como um cataclisma a massa de veículos mecânicos - bicicletas, motocicletas, automóveis, caminhões, bondes - com suas velocidades inesperadas. O crescimento fulminante de algumas cidades como Nova York por exemplo, provocou um fluxo inimaginável de veículos em certos pontos determinados. Já é tempo de remediar, por meio de medidas apropriadas, uma situação que caminha para ao desastre. A primeira medida útil seria separar radicalmente, nas artérias congestionadas, o caminho dos pedestres e o dos veículos mecânicos. A segunda, dar às cargas pesadas um leito de circulação particular. A terceira, considerar, para a grande circulação, vias de trânsito independentes das vias usuais, destinadas somente à pequena circulação.

61 - Os cruzamentos de tráfego interno serão organizados em circulação contínua por meio de mudanças de níveis.

Os veículos em trânsito não deveriam ser submetidos ao regime de paradas obrigatórias a cada cruzamento, que torna inutilmente lento seu percurso. Mudanças de nível, em cada via transversal, são o melhor meio de assegurar-lhes uma marcha contínua. Nas grandes vias de circulação e a distâncias calculadas para obter o melhor rendimento, serão estabelecidas interligações unindo-as às vias destinadas à circulação miúda.

62 - O pedestre deve poder seguir caminhos diferentes do automóvel

Isso constituiria uma reforma fundamental da circulação nas cidades. Não haveria nada mais sensato nem que abrisse uma era de urbanismo mais nova e mais fértil. Essa exigência concernente à circulação pode ser considerada tão rigorosa quanto aquela que, no domínio da habitação, condena toda orientação da moradia para o norte.

63 - As ruas devem ser diferenciadas de acordo com suas destinações: ruas de residências, ruas de passeio, ruas de trânsito, vias principais.

As ruas, ao invés de serem liberadas a tudo e a todos, deverão, conforme sua categoria, ter regimes diferentes. As ruas residenciais e as áreas destinadas aos usos coletivos exigem uma atmosfera particular. Para permitir às moradias e a seus "prolongamentos" usufruir da calma e da paz que lhes são necessárias, os veículos mecânicos serão canalizados para circuitos especiais. As avenidas de trânsito não terão nenhum contato com as ruas de circulação miúda, salvo nos pontos de interligação. As grandes vias principais que estão relacionadas a todo o conjunto da região afirmarão, naturalmente, sua prioridade. Mas serão também levadas em consideração as ruas de passeio, nas quais, sendo rigorosamente imposta uma velocidade reduzida a todos os tipos de veículos, sua mistura com os pedestres não oferecerá mais inconvenientes.

64 - As zonas de vegetação devem isolar, em princípio, os leitos de grande circulação.

Sendo as vias de trânsito ou de grande circulação bem diferenciadas das vias de circulação miúda, não terão nenhuma razão para se aproximarem das construções públicas ou privadas. Será bom que elas sejam ladeadas por espessas cortinas de vegetação.

Patrimônio Histórico das Cidades

65 - Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

66 - Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral...

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

67 - Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres...

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode às vezes ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo.

68 - Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis.

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas, quando esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Ao invés de suprimir o obstáculo à circulação desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem impor-se-lhe-

á uma passagem sob um túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de atividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextrincáveis.

69 - A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes.

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

70 - O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm conseqüências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.

Terceira Parte / Conclusões

Pontos de doutrina

71 - A maioria das cidades estudadas oferece hoje a imagem do caos. Essas cidades não correspondem, de modo algum a sua destinação, que seria satisfazer as necessidades, primordiais, biológicas e psicológicas de sua população.

Trinta e três cidades foram analisadas, por ocasião do Congresso de Atenas, por diligência dos grupos nacionais dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna: Amsterdã, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandoeng, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charieroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Frankfurt, Genebra, Gênova, Haia, Los Angeles, Litoria, Londres, Madri, Oslo, Paris, Praga, Roma, Roterdã, Estocolmo, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique. Elas ilustram a história da raça branca sob os mais diversos climas e latitudes. Todas testemunham o mesmo fenômeno: a desordem instituída pelo maquinismo em uma situação que comportava até então uma relativa harmonia; e também a ausência de qualquer esforço sério de adaptação. Em todas essas cidades o homem é molestado. Tudo que o cerca sufoca-o e esmaga-o. Nada do que é necessário a sua saúde física e moral foi salvaguardado ou organizado. Uma crise-de humanidade assola as grandes cidades e repercute em toda a extensão dos territórios. A cidade não corresponde mais a sua função, que é a de abrigar os homens, e abrigá-los bem.

72 - Esta situação revela, desde o começo da era do maquinismo, o crescimento incessante dos interesses privados.

A base desse lamentável estado de coisas está na preeminência das iniciativas privadas inspiradas pelo interesse pessoal pelo atrativo do ganho. Nenhuma autoridade consciente da natureza e da importância do movimento do maquinismo interveio, até o presente, para evitar os danos pelos quais ninguém pode ser efetivamente responsabilizado. As empresas estiveram, durante cem anos, entregues ao acaso. A construção de habitações ou de fábricas, a organização das rodovias, hidrovias ou ferrovias, tudo se multiplicou numa pressa e numa violência individual, da qual estavam excluídos qualquer plano preconcebido e qualquer reflexão prévia. Hoje, o mal está feito. As cidades são desumanas, e da ferocidade de alguns interesses privados nasceu a infelicidade de inúmeras pessoas.

73 - A violência dos interesses privados provoca um desastroso desequilíbrio entre o ímpeto das forças econômicas, de um lado, e, de outro, a fraqueza do controle administrativo e a impotente solidariedade social.

O sentimento de responsabilidade administrativa e o da solidariedade social são derrotados diariamente pela força viva e incessantemente renovada do interesse privado. Essas diversas fontes de energia estão em perpétua contradição, e, quando uma ataca, a outra se defende. Nessa luta, infelizmente desigual, o interesse privado triunfa o mais das vezes, assegurando o sucesso dos mais fortes em detrimento dos fracos. Mas, do próprio excesso do mal surge, às vezes, o bem; e a imensa desordem material e moral da cidade moderna terá talvez como resultado fazer surgir enfim o estatuto da cidade, que, apoiado em uma forte responsabilidade administrativa, instaurará as regras indispensáveis à proteção da saúde e da dignidade humana.

74 - Embora as cidades estejam em estado de permanente transformação, seu desenvolvimento é conduzido sem precisão nem controle e sem que sejam levados em consideração os princípios do urbanismo contemporâneo atualizados aos meios técnicos qualificados.

Os princípios do urbanismo moderno foram produzidos pelo trabalho de inúmeros técnicos: técnicos da arte de construir, técnicos de saúde, técnicos da organização social. Eles foram objeto de artigos, livros, congressos, debates públicos ou privados. Mas é preciso fazer com que sejam admitidos pelos órgãos administrativos encarregados de velar pelo destino das cidades e que, não raro, são hostis às grandes transformações propostas por esses dados novos. É necessário, antes de mais nada, que a autoridade seja esclarecida e, depois, que ela aja. Clarividência e energia podem vir a restaurar a situação comprometida.

75 - A cidade deve assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva.

Liberdade individual e ação coletiva são os dois pólos entre os quais se desenrola o jogo da vida. Todo empreendimento cujo objetivo é a melhoria do destino humano deve levar em consideração esses dois fatores. Se ele não chega a satisfazer suas exigências, frequentemente contraditórias, condena-se a um inevitável fracasso. É impossível, em todo caso, coordená-los de maneira harmoniosa se não se elabora, de antemão, um programa cuidadosamente estudado e que nada deixe ao acaso.

76 - O dimensionamento de todas as coisas no dispositivo urbano só pode ser regido pela escala humana.

A medida natural do homem deve servir de base a todas as escalas que estarão relacionadas à vida e às diversas funções do ser. Escala das medidas, que se aplicarão às superfícies ou às distâncias; escala das distâncias, que serão consideradas em sua relação com o ritmo natural do homem; escala dos horários, que devem ser determinados considerando-se o trajeto cotidiano do sol.

77 - As chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular.

O urbanismo exprime a maneira de ser de uma época. Até agora, ele só atacou um único problema, o da circulação. Ele se contentou em abrir avenidas ou traçar ruas, constituindo assim quarteirões edificados cuja destinação é abandonada à aventura das iniciativas privadas. Essa é uma visão estreita e insuficiente da missão que lhe está destinada. O urbanismo tem quatro funções principais, que são: primeiramente, assegurar aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol, essas três, condições essenciais da natureza, lhe sejam largamente asseguradas; em segundo lugar, organizar os locais de trabalho, de tal modo que, ao invés de serem uma sujeição penosa, eles retomem seu caráter de atividade humana natural; em terceiro lugar, prever as instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tornando-as benéficas e fecundas; em quarto lugar, estabelecer o contato entre essas diversas organizações mediante uma rede circulatória que assegure as trocas, respeitando as prerrogativas de cada uma. Essas quatro funções, que são as quatro chaves do urbanismo, cobrem um domínio imenso, sendo o urbanismo a consequência de uma maneira de pensar levada à vida pública por uma técnica de ação.

78 - Os planos determinarão a estrutura de cada um dos setores atribuídos às quatro funções-chave, e eles fixarão suas respectivas localizações no conjunto.

Desde o congresso dos CIAM, em Atenas, as quatro funções-chave do urbanismo reivindicam, para manifestar-se em toda a sua plenitude e trazer ordem e classificação às condições habituais de vida, trabalho e cultura, disposições particulares que ofereçam a cada uma delas as condições mais favoráveis ao desenvolvimento de sua atividade própria. O urbanismo, levando em consideração essa necessidade, transformará o aspecto das cidades, romperá a opressão esmagadora de usos que perderam sua razão de ser e abrirá aos criadores um campo de ação inesgotável. Cada uma das funções-chave terá sua autonomia, apoiada nos dados fornecidos pelo clima, pela topografia, pelos costumes; elas serão consideradas entidades às quais serão atribuídos territórios e locais para cujo equipamento e instalação serão acionados todos os prodigiosos recursos das técnicas modernas. Nessa distribuição, serão consideradas as necessidades vitais do indivíduo e não o interesse ou o lucro de um grupo particular. O urbanismo deve assegurar a liberdade individual e, ao mesmo tempo, favorecer e se aproveitar dos benefícios da ação coletiva.

79 - O ciclo das funções cotidianas - habitar, trabalhar, recrear-se (recuperação) - será regulamentado pelo urbanismo dentro da mais rigorosa economia de tempo, sendo a habitação considerada o próprio centro das preocupações urbanísticas e o ponto de articulação de todas as medidas.

O desejo de reintroduzir na vida cotidiana as condições naturais parece, à primeira vista, aconselhar uma maior extensão horizontal das cidades; mas a necessidade de regulamentar as diversas atividades segundo a duração do trajeto solar se opõe a essa concepção, cujo inconveniente é impor distâncias que não têm relação com o tempo disponível. É a habitação que está no centro das preocupações do urbanista e o jogo das distâncias será regulamentado de acordo com a sua posição no planejamento, em conformidade com a jornada solar de vinte e quatro horas, que ritma as atividades dos homens e dá a justa medida a todos os seus empreendimentos.

80 - As novas velocidades mecânicas convulsionaram o meio urbano, instaurando o perigo permanente, provocando o engarrafamento e a paralisia dos transportes, comprometendo a higiene.

Os veículos mecânicos deveriam ser agentes liberadores e, por sua velocidade, trazer um ganho apreciável de tempo. Mas sua acumulação e concentração em certos pontos tomaram-se, a um só tempo, uma dificuldade para a circulação e a ocasião de perigos permanentes. Além disso, eles introduziram na vida citadina inúmeros fatores prejudiciais à saúde. Seus gases de combustão

difundidos no ar são nocivos aos pulmões e seu barulho determina no homem um estado de nervosismo permanente. Essas velocidades, doravante utilizáveis, despertam a tentação de evasão cotidiana, para longe, na natureza, difundem o gosto por uma mobilidade sem freio nem medida e favorecem modos de vida que deslocando a família, perturbam profundamente a estabilidade da sociedade. Elas condenam os homens a passar horas cansativas em todo tipo de veículos e a perder, pouco a pouco, a prática da mais saudável e natural de todas as funções: a caminhada.

81 - O princípio da circulação urbana e suburbana deve ser revisto. Deve ser feita uma classificação das velocidades disponíveis. A reforma do zoneamento, harmonizando as funções-chave da cidade, criará entre elas vínculos naturais para cujo fortalecimento será prevista uma rede racional de grandes artérias.

O zoneamento, levando em consideração as funções-chave - habitar, trabalhar, recrear-se - ordenará o território urbano. A circulação, esta quarta função, só deve ter um objetivo; estabelecer uma comunicação proveitosa entre as outras três. São inevitáveis grandes transformações. A cidade e sua região devem ser munidas de uma rede exatamente proporcional aos usos e aos fins, e que constituirá a técnica moderna da circulação. Será preciso classificar e diferenciar os meios de transporte e estabelecer para cada um deles um leito adequado à própria natureza dos veículos utilizados. A circulação assim regulamentada torna-se uma função regular e que não impõe nenhum incômodo à estrutura da habitação ou a dos locais de trabalho.

82 - O urbanismo é uma ciência de três dimensões e não apenas de duas. É fazendo intervir o elemento altura que será dada uma solução para as circulações modernas, assim como para os lazeres, mediante a exploração dos espaços livres assim criados.

As funções-chave habitar, trabalhar e recrear-se desenvolvem-se no interior de volumes edificados submetidos a três imperiosas necessidades: espaço suficiente, sol e aeração. Esses volumes não dependem apenas do solo e de suas duas dimensões, mas sobretudo de uma terceira, a altura. É levando em o consideração a altura que o urbanismo recuperará os terrenos livres necessários às comunicações e os espaços úteis ao lazer. É preciso distinguir as funções sedentárias, que se desenvolvem no interior de volumes - onde a terceira dimensão desempenha o papel mais importante - das funções de circulação, as quais, utilizando apenas duas dimensões, estão ligadas ao solo, para as quais a altura só intervém excepcionalmente e em pequena escala, no caso, por exemplo, de mudanças de nível destinadas a regularizar certos fluxos intensos de veículos.

83 - A cidade deve ser estudada no conjunto de sua região de influência. Um plano de região substituirá o simples pla no municipal. O limite da aglomeração será função do raio de sua ação econômica.

Os dados de um problema de urbanismo são fornecidos pelo conjunto das atividades que se desenvolvem não somente na cidade, mas em toda a região da qual ela é o centro. A razão de ser da cidade deve ser procurada e expressada em cifras que permitirão prever, para o futuro, as etapas de um desenvolvimento plausível. O mesmo trabalho aplicado às aglomerações que fixarão para cada cidade envolvida por sua região um caráter e um destino próprios. Assim, cada uma tomará seu lugar e sua classificação na economia geral do país. Resultará disso uma delimitação clara dos limites da região. Este é o urbanismo total, capaz de levar o equilíbrio à região e ao país.

84 - A cidade, definida desde então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento.

A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um planejamento geral. Sábias previsões terão esboçado seu futuro, descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu excesso. Subordinada às

necessidades da região, destinada a enquadrar as quatro funções-chave, a cidade não será mais o resultado desordenado de iniciativas acidentais. Seu desenvolvimento, ao invés de produzir uma catástrofe, será um coroamento. E o crescimento das cifras de sua população não conduzirá mais a essa confusão desumana que é um dos flagelos das grandes cidades.

85 - É da mais urgente necessidade que cada cidade estabeleça seu programa, promulgando leis que permitam sua realização.

O acaso cederá diante da previsão, o programa sucederá a improvisação. Cada caso será inscrito no planejamento regional; os terrenos serão aferidos e atribuídos a diversas atividades: clara ordenação no empreendimento que será iniciado a partir de amanhã e continuado, pouco a pouco, por etapas sucessivas. A lei fixará o "estatuto do solo", dotando cada função-chave dos meios de melhor se exprimir, de se instalar nos terrenos mais favoráveis e a distâncias mais proveitosas. Ela deve prever também a proteção e a guarda das extensões que serão ocupadas um dia. Ela terá o direito de autorizar - ou de proibir -, e favorecerá todas as iniciativas adequadamente planejadas, mas velará para que elas se insiram no planejamento geral e sejam sempre subordinadas aos interesses coletivos, que constituem o bem público.

86 - O programa deve ser elaborado com base em análises rigorosas, feitas por especialistas. Ele deve prever as etapas no tempo e no espaço. Deve reunir em um acordo fecundo os recursos naturais do sítio, a topografia do conjunto, os dados econômicos, as necessidades sociológicas, os valores espirituais.

A obra não será mais limitada ao plano precário do geômetra que projeta, à revelia dos subúrbios, os blocos de imóveis na poeira dos loteamentos. Ela será uma verdadeira criação biológica, compreendendo órgãos claramente definidos, capazes de desempenhar com perfeição suas funções essenciais. Os recursos do solo serão analisados e as limitações à quais ele se obriga, reconhecidas; a ambiência geral, estudada e os valores naturais, hierarquizados. Os grandes leitos de circulação serão confirmados e instalados no lugar adequado, e a natureza de seu equipamento fixada segundo o uso para o qual serão destinados. Uma curva de crescimento exprimirá o futuro econômico previsto para cidade. Regras invioláveis assegurarão aos habitantes o bem-estar da moradia, a facilidade do trabalho, o feliz emprego das horas livres. A alma das cidades será animada pela clareza do planejamento.

87 - Para o arquiteto, ocupado aqui com as tarefas do urbanismo, o instrumento de medida será a escala humana.

A arquitetura, após a derrota, desses últimos cem anos, deve ser recolocada a serviço do homem. Ela deve deixar as pompas estéreis, debruçar-se sobre o indivíduo e criar-lhe, para sua felicidade, as organizações que estarão à volta, tornando mais fáceis todos os gestos de sua vida. Quem poderá tomar as medidas necessárias para levar a bom termo essa tarefa, senão o arquiteto, que possui o perfeito conhecimento do homem, que abandonou os grafismos ilusórios, e que, pela justa adaptação dos meios aos fins propostos, criará uma ordem que tem em si sua própria poesia?

88 - O número inicial do urbanismo é uma célula habitacional (uma moradia) e sua inserção num grupo formando uma unidade habitacional de proporções adequadas.

Se a célula é o elemento biológico primordial, a casa, quer dizer, o abrigo de uma família, constitui a célula social. A construção dessa casa, há mais de um século submetida aos jogos brutais da especulação, deve torna-se uma empresa humana. A casa é o núcleo inicial do urbanismo. Ela protege o crescimento do homem, abriga as alegrias e as dores de sua vida cotidiana. Se ela deve conhecer interiormente o sol e o ar puro, deve, além disso, prolongar-se no exterior em diversas instalações comunitárias. Para que seja mais fácil dotar as moradias dos serviços comuns destinados a realizar comodamente o abastecimento, a educação, a assistência médica ou a utilização dos lazeres, será preciso reuni-las em "unidades habitacionais" de proporções adequadas.

89 - É a dessa unidade-moradia que se estabelecerão no espaço urbano as relações entre a habitação, os locais de trabalho e as instalações consagradas às horas livres.

A primeira das funções que deve atrair a atenção do urbanismo é habitar e... habitar bem. É preciso também trabalhar, e fazê-lo em condições que requerem uma séria revisão dos usos atualmente em vigor. Os escritórios, as oficinas, as fábricas devem ser dotados de instalações capazes de assegurar o bem-estar necessário ao desempenho desta segunda função. Enfim, não se pode negligenciar a terceira, que é recrear-se, cultivar o corpo e o espírito. E o urbanista deverá prever os sítios e os locais propícios.

90 - Para realizar essa grande tarefa é indispensável utilizar os recursos da técnica moderna. Esta com a ajuda de seus especialistas, respaldará a arte de construir com todas as garantias da ciência e a enriquecerá com as invenções e os recursos da época.

A era do maquinismo introduziu técnicas novas, que são uma das causas da desordem e da confusão das cidades. É a ela, no entanto, que é preciso pedir a solução do problema. As modernas técnicas de construção instituíram novos métodos, trouxeram novas facilidades, permitiram novas dimensões. Elas abrem verdadeiramente um novo ciclo na história da arquitetura. As novas construções serão não somente de uma amplitude, mas, ainda, de uma complexidade desconhecidas até aqui. Para realizar a tarefa múltipla que lhe é imposta, o arquiteto deverá associar-se a numerosos especialistas em todas as etapas do empreendimento.

91 - A marcha dos acontecimentos será profundamente influenciada pelos fatores políticos, sociais e econômicos...

Não basta que a necessidade do estatuto do solo e de certos princípios de construção seja admitida. É preciso, ainda, para passar da teoria aos atos, o concurso dos seguintes fatores: um poder político tal como se o deseja, clarividente, convicto, decidido a realizar as melhores condições de vida, elaboradas e expressas nos planos; uma população esclarecida para compreender, desejar, reivindicar aquilo que os especialistas planejaram para ela; uma situação econômica que permita empreender e prosseguir os trabalhos, alguns dos quais serão consideráveis. Pode ser, todavia, que mesmo em uma época em que tudo caiu ao nível mais baixo, em que as condições, políticas, sociais e econômicas são as mais desfavoráveis, a necessidade de construir abrigos decentes apareça de repente como uma imperiosa obrigação, e que ela venha dar ao político, ao social e ao econômico o objetivo e o programa coerentes que justamente lhes faltavam.

92 - E não é aqui que a arquitetura intervirá em última instância.

A arquitetura preside aos destinos da cidade. Ela ordena a estrutura da moradia, célula essencial do tecido urbano, cuja salubridade, alegria, harmonia são subordinadas às suas decisões. Ela reúne as moradias em unidades habitacionais, cujo êxito dependerá da justeza de seus cálculos. Ela reserva, de antemão, os espaços livres em meio aos quais se erguerão os volumes edificados, em proporções harmoniosas. Ela organiza os prolongamentos da moradia, os locais de trabalho, as áreas consagradas ao entretenimento. Ela estabelece a rede de circulação que colocará em contato as diversas zonas. A arquitetura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade. É ela que se encarrega de sua criação ou de sua melhoria, e é ela que está incumbida da escolha e da distribuição dos diferentes elementos, cuja feliz proporção constituirá uma obra harmoniosa e duradoura. A arquitetura é chave de tudo.

93 - A escala dos trabalhos a empreender com urgência para a organização das cidades, de outro lado, o estado infinitamente parcelado da propriedade fundiária são duas realidades antagônicas.

Devem ser empreendidos, sem demora, trabalhos de importância capital, uma vez que todas as cidades do mundo, antigas ou modernas, revelam os mesmos vícios advindos das mesmas causas. Mas nenhuma obra fragmentária deve ser empreendida se ela não se insere no contexto da cidade e no da região, tais como eles terão sido previstos por um amplo estudo e um grande plano de conjunto. Esse plano, forçosamente, conterá partes cuja realização poderá ser imediata e outras, cuja execução deverá ser remetida para datas indeterminadas. Inúmeras parcelas fundiárias deverão ser expropriadas e serão objeto de transações. Então, será preciso temer o jogo sórdido da especulação, que tão freqüentemente esmaga no berço os grandes empreendimentos animados pela preocupação com o bem público. O problema da propriedade do solo e de sua possível requisição se coloca nas cidades, em sua periferia, e se estende até a zona, mais ou menos ampla que constitui sua região.

94 - A perigosa contradição aqui constatada sustida uma das questões mais perigosas da época: a urgência de regulamentar, por um meio legal, a disposição de todo o solo útil para equilibrar as necessidades vitais dos indivíduos em plena harmonia com as necessidades coletivas.

Há anos que as empresas de equipamento, em todos os pontos do mundo, batem contra o estatuto petrificado da propriedade privada. O solo - território do país - deve tornar-se disponível a qualquer momento, e por seu justo valor, avaliado antes do estudo dos projetos. O solo deve ser mobilizável quando se trata do interesse geral. Inúmeros inconvenientes se abateram sobre os povos que não souberam medir com exatidão a amplitude das transformações técnicas e suas formidáveis repercussões sobre a vida pública e privada. A ausência do urbanismo é a causa da anarquia que reina na organização das cidades, no equipamento das indústrias. Por se ignorarem as regras, o campo se esvaziou, as cidades se encheram muito além do razoável, as concentrações industriais se fizeram ao acaso, as moradias operárias tornaram-se cortiços. Nada foi previsto para a salvaguarda do homem. O resultado é quase uniforme em todos os países. É o fruto amargo de cem anos de maquinismo sem direção.

95 - O interesse privado será subordinado ao interesse coletivo.

Entregue a si mesmo, o homem é rapidamente esmagado pelas dificuldades de todo o tipo, que deve superar. Pelo contrário, se está submetido a muitas obrigações coletivas, sua personalidade resulta sufocada. O direito individual e o direito coletivo devem, portanto, sustentar-se, reforçar-se mutuamente e reunir tudo aquilo que comportam de infinitamente construtivo. O direito individual não tem relação com o vulgar interesse privado. Este, que satisfaz a uma minoria condenando o resto da massa social a uma vida medíocre, merece severas restrições. Ele deve ser, em todas as partes, subordinado ao interesse coletivo, tendo cada indivíduo acesso às alegrias fundamentais: o bem-estar do lar, a beleza da cidade.

ANEXO B – RECOMENDAÇÃO DE PARIS – PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL

De 16 de Novembro de 1972

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua décima sétima reunião em Paris

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima-sétima sessão,

Verificando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica, que se agrava com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo;

Considerando que a proteção desse patrimônio em escala nacional é freqüentemente incompleta, devido à magnitude dos meios de que necessita e à insuficiência dos recursos econômicos, científicos e técnicos do país em cujo território se acha o bem a ser protegido;

Tendo em mente que a constituição da organização dispõe que esta última ajudará a conservação, o progresso e a difusão do saber, velando pela preservação e proteção do patrimônio universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para esse fim;

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes relativas aos bens culturais e naturais demonstram a importância que representa, para todos os povos do mundo, a salvaguarda desses bens incomparáveis e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam;

Considerando que os bens do patrimônio cultural e natural apresentam um interesse excepcional e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira;

Considerando que, ante a amplitude e a gravidade dos perigos novos que os ameaçam, cabe a toda a coletividade internacional tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a prestação de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete eficazmente;

Considerando que é indispensável, para esse fim, adotar novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos, e

Após haver decidido, quando de sua sexta sessão, que esta questão seria objeto de uma convenção internacional,

Adota, neste dia dezesseis de novembro de mil novecentos e setenta e dois, a presente Convenção.

I - Definições do Patrimônio Cultural e Natural

Artigo 1o - Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2o - Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Artigo 3o - Caberá a cada Estado parte na presente convenção identificar e delimitar os diferentes bens mencionados nos artigos 1 e 2 situados em seu território.

II - Proteção Nacional e Proteção Internacional do Patrimônio Cultural e Natural

Artigo 4o - Cada um dos Estados partes na presente convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2, situado em seu território, lhe incumbe primordialmente. Procurará tudo fazer para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis, e, quando for o caso, mediante a assistência e cooperação internacional de que possa beneficiar-se, notadamente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico.

Artigo 5o - A fim de garantir a adoção de medidas eficazes para a proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural situado em seu território, os Estados partes na presente convenção procurarão, na medida do possível, e nas condições apropriadas a cada país:

a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento geral;

VI - Programas Educativos

Artigo 27o

1 - Os Estados partes na presente convenção procurarão por todos os meios apropriados, especialmente por programas de educação e de informação, fortalecer a apreciação e o respeito de seu povos pelo patrimônio cultural e natural definido nos artigos 1 e 2 da convenção.

2 - Obrigam-se a informar amplamente o público sobre as ameaças que pesam sobre esse patrimônio e sobre as atividades empreendidas em aplicação da presente convenção.

Artigo 28o - Os Estados partes na presente convenção que receberem assistência internacional em aplicação da convenção tomarão as medidas necessárias para tornar conhecidos a importância dos bens que tenham sido objeto dessa assistência e o papel que ela houver desempenhado.

ANEXO C - RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI

UNESCO, Novembro de 1976

19ª Sessão UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairobi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, em sua décima nona sessão.

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial,

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da espersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade,

Considerando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas,

Considerando que essa situação implica a responsabilidade de cada cidadão e impõe aos poderes públicos obrigações que só eles podem assumir,

Considerando que, diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando urgentemente uma política global e ativa de proteção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planejamento nacional, regional ou local,

Constatando que em muitos países falta uma legislação suficientemente eficaz e flexível que diga respeito ao patrimônio arquitetônico e a suas relações com o planejamento físico-territorial,

Observando que a Conferência Geral já adotou instrumentos internacionais para a proteção do patrimônio cultural e natural, tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Proteção, no Plano Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (1972).

Desejando complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais,

Tendo-lhe sido apresentadas propostas relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea, questão que constitui o ponto 27 da ordem do dia da sessão,

Tendo decidido, em sua décima oitava sessão, que esse assunto seria objeto de uma recomendação aos Estados Membros, Adota, em 26 de novembro de 1976, a presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições seguintes, adotando medidas sob a forma de lei nacional ou de outra forma, destinadas a efetivar, nos territórios sob sua jurisdição, os princípios e as normas formuladas nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem esta recomendação ao conhecimento das autoridades nacionais, regionais e locais, assim como às instituições, serviços ou órgãos e associações interessados na salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e na forma que ela determinar, relatórios sobre a maneira como aplicaram a presente recomendação.

Definições

Para os efeitos da presente recomendação

a) Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

b) Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

c) Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

Princípios Gerais

- Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível. Sua salvaguarda e integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos Estados em cujo território se encontram.

- Deveriam ser responsáveis por isso, no interesse de todos os cidadãos e da comunidade internacional, as autoridades nacionais, regionais ou locais, segundo as condições próprias de cada Estado Membro em matéria de distribuição de poderes.

- Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes.

- Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar.

- Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer forma de poluição. Todos os trabalhos de restauração a serem empreendidos deveriam basear-se em princípios científicos.

- Do mesmo modo, uma grande atenção deveria ser dispensada à harmonia e à emoção estética que resultam da conexão ou do contraste dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um deles seu caráter particular.

Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega o perigo real de que os novos conjuntos destruam indiretamente a ambiência e o caráter dos conjuntos históricos adjacentes.

- Os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea.

Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial.

Política Nacional, Regional e Local

- Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea.

- Essa política deveria influenciar o planejamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana urbano e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis. As ações resultantes desse planejamento deveriam se integrar à formulação dos objetivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações.

- Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda.

Medidas de Salvaguarda

A salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência deveria se ajustar aos princípios anteriormente enunciados e aos métodos expostos a seguir, determinando-se as medidas concretas de acordo

com as competências legislativas e constitucionais e com a organização social e econômica de cada Estado.

Medidas Jurídicas e administrativas

A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade.

Os Estados Membros deveriam adaptar as disposições existentes ou, se necessário, promulgar novos textos legislativos e regulamentares para assegurar a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, levando em conta as disposições contidas neste capítulo e nos seguintes.

Conviria revisar as leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico.

Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda.

As disposições que estabeleçam um sistema de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais deveriam enunciar os princípios gerais relativos ao estabelecimento e à adoção dos planos e documentos necessários e, particularmente:

- as condições e restrições gerais aplicáveis às zonas protegidas por lei e a suas imediações;
- a indicação dos programas e operações previstas em matéria de conservação e de infra-estrutura de serviços;
- as funções de manutenção e a designação dos encarregados de desempenhá-las;
- os campos a que se poderão aplicar intervenções de urbanismo, de reestruturação e de ordenação do espaço rural;
- a designação do órgão encarregado de autorizar qualquer restauração, modificação, nova construção ou demolição no perímetro protegido;
- as modalidades de financiamento e de execução dos programas de salvaguarda.

Os planos e documentos de salvaguarda deveriam definir especialmente:

- as zonas e os elementos a serem protegidos;
- as condições e restrições específicas que lhes dizem respeito;
- as normas que regulam os trabalhos de manutenção, restauração e transformação;
- as condições gerais de instalação das redes de suprimento e dos serviços necessários à vida urbana ou rural;
- as condições que regerão a implantação de novas construções.

A legislação de salvaguarda deveria ser, em princípio, acompanhada de disposições preventivas contra as infrações à regulamentação de salvaguarda e contra qualquer alta especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas, que possa comprometer uma proteção e uma restauração concebidas em função do interesse coletivo.

Essas disposições poderiam envolver medidas de planejamento urbano que influam no preço dos terrenos por construir - tais como o estabelecimento de planos de ordenação distritais ou de extensão mais reduzida, a concessão do direito de preempção e a um órgão público, a expropriação no interesse da salvaguarda, ou a intervenção compulsória em caso de incapacidade ou descumprimento

por parte dos proprietários - e instituir sanções efetivas como a suspensão das obras, a obrigação de reconstituir e/ou multa apropriada.

O respeito às medidas de salvaguarda deveria ser imposto tanto às coletividades públicas quanto às particulares.

Dever-se-ia estabelecer, todavia, um mecanismo de recurso contra as decisões ilegais, arbitrárias ou injustas.

As disposições referentes à construção de edifícios para órgãos públicos e privados e a obras públicas e privadas deveriam adaptar-se à regulamentação da salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência.

Em particular, as disposições relativas aos imóveis e quarteirões insalubres, assim como à construção de habitações sociais deveriam ser concebidas ou reformuladas de modo que não apenas se ajustem à política de salvaguarda, mas que para ela contribuam.

O regime de eventuais subvenções deveria ser, conseqüentemente, estabelecido e modulado sobretudo para facilitar o desenvolvimento de habitação subsidiadas e de edifícios públicos através da reabilitação de construções antigas.

Só deveriam ser permitidas as demolições de edificações sem valor histórico ou arquitetônico e as subvenções ocasionalmente resultantes deveriam ser estritamente controladas. Além disso, uma parte suficiente dos créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

Os efeitos legais das medidas de proteção a edificações e terrenos deveriam ser levadas ao conhecimento público e registradas em um órgão oficial competente.

Respeitadas as condições próprias a cada país e a distribuição de poderes das diversas administrações nacionais, regionais e locais, a execução de obras de salvaguarda deveria se inspirar nos seguintes princípios:

a) uma autoridade responsável deveria encarregar-se da coordenação permanente de todos os intervenientes: serviços públicos nacionais, regionais e locais ou grupos de particulares;

b) os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efetuados por equipes multidisciplinares compostas, principalmente, de:

- especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores da arte;
- arquitetos e urbanistas;
- sociólogos e economistas;
- ecólogos e arquitetos paisagistas;
- especialistas em saúde pública e assistência social;
- e, em geral, especialistas em todas as matérias relativas à proteção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais;

c) as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada;

d) os planos de salvaguarda deveriam ser aprovados pelo órgão designado por lei;

e) os serviços públicos encarregados de aplicar as disposições de salvaguarda em qualquer nível - nacional, regional e local - deveriam contar com pessoal necessário e com meios técnicos, administrativos e financeiros adequados.

Medidas Técnicas, Econômicas e Sociais

Dever-ser-ia estabelecer, nos níveis nacional, regional ou local, uma relação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência a serem salvaguardados. Essa relação deveria indicar prioridades para facilitar uma alocação racional dos limitados recursos disponíveis para fins de salvaguarda. As medidas de proteção, de qualquer tipo, que tiverem caráter urgente, deveriam ser tomadas sem esperar que se estabeleçam planos e documentos de salvaguarda.

Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos.

Deveria ser produzido um documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escrupulosamente documentadas, destruídos, o que permitiria às autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços abertos, públicos e privados, assim como de sua vegetação.

Além dessa investigação arquitetônica, são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das atividades econômicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infraestrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas.

As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda.

Antes da formulação de planos e normas de salvaguarda e depois da análise acima descrita, conviria, em princípio, estabelecer uma programação que leva-se igualmente em consideração o respeito aos dados urbanísticos, arquitetônicos, econômicos e sociais, e a capacidade de o tecido urbano e rural acolher funções compatíveis com seu caráter específico.

A programação deveria visar à adaptação das densidades de ocupação e a prever o escalonamento das operações, assim como a necessária acomodação temporária durante as obras e os locais para realojamento permanente dos habitantes que não puderem regressar a sua morada anterior.

Essa programação deveria ser elaborada com a maior participação possível das coletividades e populações interessadas.

Uma vez que o contexto social, econômico e físico dos conjuntos históricos e de sua ambiência está em constante evolução, os estudos e investigações deveriam ser regularmente atualizados.

Seria essencial, portanto, que a elaboração dos planos de salvaguarda e sua execução se baseassem nos estudos disponíveis, em vez de serem retardadas indefinidamente enquanto se aprimora o processo de planejamento.

Uma vez estabelecidos e aprovados os planos e normas de salvaguarda pela autoridade pública competente, seria conveniente que seus autores fossem encarregados de sua execução ou direção.

Nos conjuntos históricos ou tradicionais que possuem elementos de vários períodos diferentes, a ação de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos.

Quando existirem planos de salvaguarda, os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento que consistirem na demolição de imóveis desprovidos de interesse arquitetônico ou histórico ou arruinados demais para serem conservados, na supressão de acréscimos e construções superpostas sem valor e, até mesmo, na demolição de edificações recentes que rompem a unidade do conjunto só poderão ser autorizados nos termos do plano de salvaguarda.

Os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento aplicáveis a zonas que não estão incluídas nos planos de salvaguarda deveriam respeitar os edifícios e outros elementos que possuam um valor arquitetônico ou histórico e seus acessórios.

Se tais elementos estivessem arriscados de sofrer danos com esses programas, deveriam ser elaborados, necessária e previamente, os planos de salvaguarda pertinentes.

É necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objetivos do plano.

Em qualquer operação de saneamento urbano ou de beneficiamento que afete um conjunto histórico deveriam ser observadas as normas gerais de segurança relativas a incêndios e catástrofes naturais, desde que sejam compatíveis com os critérios de salvaguarda do patrimônio cultural. Em caso contrário, devem ser buscadas soluções particulares em colaboração com todos os serviços interessados, a fim de garantir o máximo de segurança, sem ameaça alguma ao patrimônio cultural.

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos.

Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.

Não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; do mesmo modo, seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior.

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los.

Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto.

Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

Os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência contra os danos cada vez mais graves causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, através da proibição de se implantarem indústrias nocivas em sua proximidade e da adoção de medidas preventivas contra os efeitos destrutivos dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística.

Dado o conflito existente na maior parte dos conjuntos históricos ou tradicionais entre o trânsito automobilístico, por um lado e a densidade do tecido urbano e as características arquitetônicas por outro, os Estados Membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a encontrar soluções para esse problema.

Para consegui-lo e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público.

Numerosas operações de reabilitação, tais como, entre outras, a instalação subterrânea de redes elétricas e de outros cabos, que seriam demasiadamente onerosas se fossem feitas separadamente, poderiam ser, então, coordenadas fácil e economicamente com o desenvolvimento da rede viária.

A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização.

Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem.

O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer.

Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão.

Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.

Nas zonas rurais todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural.

A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser estimuladas.

Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as coletividades e os particulares, especialmente através dos seguintes meios: informações adaptadas aos tipos de pessoas atinentes; pesquisas preparadas com a participação das pessoas interrogadas; criação de grupos consultivos nos órgãos de planejamento; representação dos proprietários, dos

habitantes e dos usuários, a título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução.

Deveriam ser estimuladas a fundação de grupos voluntários de salvaguarda e de associações de caráter não lucrativo e a instituição de recompensas honoríficas ou pecuniárias para que sejam reconhecidas as realizações exemplares em todos os campos da salvaguarda.

Os investimentos públicos previstos pelos planos de salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência deveriam ser avalizados pela consignação de créditos adequados nos orçamentos das autoridades centrais, regionais e locais.

O conjunto desses créditos deveria ser administrado de forma centralizada pelos órgãos de direito público, privado ou mistos encarregados de coordenar nos níveis nacional, regional ou local todas as formas de ajuda financeira e de orientá-las a uma aplicação global.

A ajuda pública, em qualquer das formas descritas nos parágrafos seguintes, deveria pressupor as intervenções da coletividade, onde for necessário e conveniente, e levar em consideração o custo adicional da restauração, ou seja, o custo suplementar imposto ao proprietário em relação ao novo valor venal ou locativo do edifício.

Em geral, esses investimentos públicos deveriam servir, antes de mais nada, para conservar os edifícios existentes, particularmente as habitações de baixa renda e somente aplicar-se a novas construções na medida em que elas não constituírem uma ameaça à utilização e às funções dos edifícios existentes.

Dever-se-iam conceder doações, incentivos fiscais, subsídios ou empréstimos em condições favoráveis ao proprietários particulares e usuários que houverem realizado as obras estabelecidas pelos planos de salvaguarda e de acordo com as normas fixadas por esses planos. Esses incentivos fiscais, doações, subsídios e empréstimos poderiam ser concedidos, em caráter prioritário, a grupamentos de proprietários ou de usuários de habitações e estabelecimentos comerciais, pois as operações agrupadas se tornam economicamente mais vantajosas que as ações individuais.

As vantagens financeiras a serem concedidas aos proprietários particulares e aos usuários deveriam estar, eventualmente, subordinadas ao acatamento de determinadas condições impostas no interesse do público, tais como garantia da integridade dos imóveis, possibilidade de visitação aos edifícios, acesso aos parques, jardins ou sítios, realização de fotografias, etc.

Dotações especiais deveriam ser previstas nos orçamentos dos órgãos públicos ou privados para a proteção dos conjuntos históricos ou tradicionais ameaçados por grandes obras públicas ou privadas e pela poluição.

As autoridades públicas deveriam prever igualmente dotações especiais para a reparação dos danos causados pelos desastres naturais.

Todos os serviços e administrações que atuam na construção pública deveriam, ainda, agenciar seus programas e orçamentos de maneira a contribuir para a reabilitação dos conjuntos históricos ou tradicionais, através do financiamento a obras que correspondam simultaneamente a seus próprios objetivos e aos dos planos de salvaguarda.

Para aumentar os recursos financeiros disponíveis os Estados Membros deveriam incrementar a criação de estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica e que pudessem receber doações de particulares,

de fundações e de empresas industriais e comerciais. Os doadores poderiam desfrutar de isenções fiscais.

As instituições públicas e os estabelecimentos de crédito privados poderiam facilitar o financiamento a obras de qualquer gênero destinadas a proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, através da criação de um órgão que se encarregasse da concessão de empréstimos aos proprietários, com taxas reduzidas e longos prazos de reembolso.

Os Estados Membros e as autoridades interessadas em todos os níveis poderiam facilitar a criação de associações sem fins lucrativos que se encarregassem da aquisição e, se for o caso, depois de restaurá-los, da venda dos imóveis mediante a utilização de fundos de operações especialmente destinados a manter nos conjuntos históricos ou tradicionais os proprietários que desejarem protegê-los e preservar suas características.

É essencial evitar que as medidas de salvaguarda acarretem uma ruptura da trama social.

Para evitar, nos imóveis ou nos conjuntos a serem restaurados, o traslado dos habitantes, com prejuízo dos menos favorecidos, poderiam ser concedidas indenizações que compensassem a alta do aluguel, para que os ocupantes pudessem conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais, especialmente o artesanato rural, a agricultura em pequena escala, a pesca etc. Essas indenizações, determinadas em função dos rendimentos, ajudariam os interessados a fazer frente ao aumento dos encargos provocados pelas obras realizadas.

Pesquisa, Ensino e Informação

Para aperfeiçoar a competência dos especialistas e dos artesãos necessários e para fomentar o interesse e a participação de toda a população no trabalho de salvaguarda, os Estados Membros deveriam adotar as medidas que se seguem, de acordo com sua competência legislativa e constitucional.

Os Estados Membros e as coletividades interessadas deveriam encorajar as pesquisas e os estudos sistemáticos sobre:

- aspectos urbanísticos dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência;
- as interconexões entre salvaguarda, urbanismo urbano e planejamento físico-territorial;
- os métodos de conservação aplicáveis aos conjuntos históricos;
- a alteração dos materiais;
- a aplicação das técnicas modernas aos trabalhos de conservação;
- as técnicas artesanais indispensáveis à salvaguarda.

Deveriam ser instaurados e desenvolvidos ensinamentos específicos sobre os temas acima e que compreendessem estágios de formação prática. Além disso é indispensável estimular a formação de técnicos e de artesãos especializados na salvaguarda dos conjuntos e de quaisquer espaços abertos que os circundam.

O desenvolvimento das técnicas artesanais, ameaçadas pelo processo de industrialização, também deveria ser estimulado. Seria desejável que as instituições interessadas cooperassem nessa esfera com os organismos internacionais especializados no assunto, tais como o Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais, de Roma, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A formação do pessoal administrativo encarregado das operações locais e salvaguarda dos setores históricos deveria, onde for adequado e necessário, ser financiada e dirigida pelas autoridades competentes, de acordo com um programa a longo prazo.

A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e econômicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objeto de uma informação clara e completa.

Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado.

O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse patrimônio na vida contemporânea.

Esse ensino deveria utilizar amplamente os meios audiovisuais e as visitas aos conjuntos históricos ou tradicionais.

Conviria facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para pessoal docente e para guias, bem como a formação de instrutores para ajudar os grupos de jovens e de adultos desejosos de se iniciar no conhecimento dos conjuntos históricos ou tradicionais.

Cooperação Internacional

Os Estados Membros deveriam colaborar, no que se refere à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, recorrendo, se for necessário, à ajuda de organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais, principalmente ao Centro de Documentação UNESCO - ICOM - ICOMOS.

Essa cooperação multilateral ou bilateral deveria ser judiciosamente coordenada e concretizar-se através de medidas como as seguintes:

- a) intercâmbio de informações de todos os gêneros e de publicações científicas e técnicas;
- b) organização de seminários e de grupos de trabalho sobre temas específicos;
- c) concessão de bolsas de estudos e de viagem, envio de pessoal científico, técnico e administrativo e fornecimento de material;
- d) luta contra todas as formas de poluição;
- e) execução de grandes projetos de salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência e difusão da experiência adquirida. Nas regiões situadas de um lado e de outro de uma fronteira onde ocorrerem problemas comuns de planejamento e salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, os Estados Membros deveriam coordenar suas políticas e ações para conseguir a melhor utilização e proteção desse patrimônio;
- f) assistência mútua entre países vizinhos para a salvaguarda de conjuntos de interesse comum, característicos do desenvolvimento histórico e cultural de região.

De acordo com o espírito e com os princípios da presente recomendação, nenhum Estado Membro deveria tomar qualquer medida para demolir ou alterar as características dos bairros, cidades e sítios históricos situados nos territórios ocupados por esse Estado.

ANEXO D - CONVENÇÃO UNESCO DE 1989

No dia 6 de outubro do ano de 1989, o Comitê Brasileiro do ICOMOS reuniu em Cabo Frio, mui formosa paragem e mui prodigioso sítio da costa sul do Brasil, conhecedores de arqueologia, arquitetura, botânica, navegação, história, engenharia e outros saberes, originários de todas as partes do Brasil e de outras terras da América, como Argentina, Bolívia, Costa Rica, México, Paraguai e Peru, para, juntando-se às comemorações dos 500 anos da vinda de Colombo América e homenageando o navegador Américo Vespúcio, que em 1503 aqui esteve a escrever esta carta, que terá o nome Carta de Cabo Frio.

A história do planeta Terra pode ser lida através das múltiplas manifestações da natureza. Ao identificá-las e interpretar-lhes o valor, o homem atribui a esses testemunhos significação cultural.

A defesa da identidade cultural far-se-á através do resgate das formas de convívio harmônico com seu ambiente.

É preciso rever a história americana, reconhecendo o papel das populações do continente. Para garantia da autonomia das sociedades e culturas indígenas, é fundamental assegurar-lhes a posse e o usufruto exclusivo de suas terras e a preservação de suas línguas – fatores centrais de sua identidade. O trabalho dos cientistas sociais e dos órgãos responsáveis deve assegurar a liberdade do desenvolvimento cultural dos povos indígenas.

O sentido de conquista que caracterizou o encontro de culturas na América resultou em um processo desigual de interação, com o sacrifício de muitos valores. Os novos encontros de culturas deverão ser direcionados no sentido do respeito aos contextos locais.

O quinto centenário da chegada de Colombo é a oportunidade para se rever a história americana, levando-se em conta que a ocupação do continente precede em muito a fixação do europeu. Nesse sentido, é fundamental a preservação de todo tipo de testemunhos, como os sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais.

O processo de preservação, por sua complexidade, demanda um concurso interdisciplinar e uma ação interinstitucional. Para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural e natural, faz-se necessária a apropriação de métodos específicos e de novas técnicas disponíveis.

O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais.

A criação de unidades de conservação ambiental e a preservação de sítios deverá ser acompanhada de soluções alternativas, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

A ação de empresas privadas ou estatais em projetos industriais, extrativos e infra-estruturais não pode resultar em danos à vida humana, à natureza. Cabe ao poder público intervir com medidas efetivas de preservação, controle, fiscalização e atuação.

Sendo a identidade cultural a razão maior e a base da existência das nações, é imprescindível a ação do Estado nas suas várias instâncias e a participação da comunidade na valorização e defesa de seus bens naturais e culturais.

Para salvaguarda do patrimônio natural e cultural da América Latina em suas diversas manifestações, é fundamental um esforço conjunto, a fim de evitar o isolamento cultural e garantir a integração latino-americana.

ANEXO E - CONFERÊNCIA DE NARA DE 1994

Preâmbulo

1 - Nós especialistas reunidos em Nara (Japão), desejamos reconhecer o espírito generoso e a coragem intelectual das autoridades japonesas em promover oportunamente este fórum, no qual podemos desafiar o pensamento tradicional a respeito da conservação, bem como debater caminhos e meios para ampliarmos nossos horizontes, no sentido de promover um maior respeito à diversidades do patrimônio cultural na prática da conservação.

2 - Queremos também reconhecer o valor da estratégia de organizar discussões, promovidas pelos Comitês do Patrimônio Mundial, no sentido de colocar em prática o teste de autenticidade, através de caminhos que demonstrem a concordância com o pleno respeito aos valores sociais e culturais de todas as sociedades, examinando o valor extrínseco universal atribuído aos bens culturais listados pelo Patrimônio Mundial.

3 - O documento de Nara sobre autenticidade foi concebido no espírito da Carta de Veneza, 1964, desenvolvendo e ampliando esse documento em resposta ao alargamento dos conceitos referentes ao escopo do que é patrimônio cultural e seus interesses em nosso mundo contemporâneo.

4 - Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade.

5 - Diversidade cultural e de patrimônios

6 - A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano.

7 - A diversidade das tradições culturais é uma realidade no tempo e no espaço, e exige o respeito, por parte de outras culturas e de todos os aspectos inerentes a seus sistemas de pensamento. Nos casos em que os valores culturais pareçam estar em conflito, o respeito à diversidade cultural impõem o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de cada uma das partes.

8 - Todas as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas.

9 - É importante sublinhar um princípio fundamental da UNESCO, que considera que o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos. A responsabilidade por este patrimônio e seu gerenciamento pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou, e secundariamente àquela que cuida dele. Entretanto, além destas responsabilidades, a adesão às cartas internacionais e convenções desenvolvidas para a conservação do patrimônio cultural, obriga a considerar os princípios e responsabilidades por estas preconizados. Equilibrar suas próprias necessidades com aquelas de outras culturas é, para cada sociedade, algo extremamente desejável, desde que, ao alcançar este equilíbrio, não abra mão de seus próprios valores culturais.

10 - Valores e autenticidade

11 - A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade.

12 - Autenticidade, considerada desta forma e afirmada na Carta de Veneza, aparece como o principal fator de atribuição de valores. O entendimento da autenticidade é papel fundamental dos estudos científicos do patrimônio cultural, nos planos de conservação e restauração, tanto quanto nos procedimentos de inscrição utilizados pela Convenção do Patrimônio Mundial e outros inventários de patrimônio cultural.

13 - Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para a cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam.

14 - É de mais alta importância e urgência, portanto, que no interior de cada cultura, o reconhecimento esteja em acordo com a natureza específica de seus valores patrimoniais e a credibilidade e veracidade das pesquisas relacionadas.

15 - Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas.

ANEXO F – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Promulgada em 5 de abril de 1990

O POVO SOROCABANO, invocando a proteção de Deus e inspirado nos princípios constitucionais de assegurar a todos o exercício dos direitos individuais e sociais, por seus Vereadores à Câmara Municipal, promulga a seguinte

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE

Art. 139. O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

Art. 140. O Município manterá:

I - ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso em idade própria e, suplementarmente, ensino médio, ensino superior, e cursos de qualificação profissional;

II - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências físicas e mentais;

III - atendimento em creche de pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade, promovendo suas instalações e regulamentando seu funcionamento, sempre com participação e fiscalização da comunidade;

IV - ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V - atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.

Art. 141. O Município promoverá, anualmente, o recenseamento da população escolar e fará a chamada dos educandos.

Art. 142. O Município zelará, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

Art. 143. O calendário escolar municipal será flexível e adequado às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas dos alunos.

Art. 144. Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorizarão sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.

Art. 145. O Município promoverá a valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério com regime jurídico único, piso salarial profissional, e ingresso no magistério público exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Art. 146. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino, ficando obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede.

§ 1º - Os recursos do Município poderão ser destinados às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei federal, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 2º - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudos para:

I - o ensino fundamental e os de 2º e 3.º graus, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos;

II - quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando;

III - quando não houver o curso no Município, este dará auxílio transporte aos estudantes para outras cidades, condicionada à situação econômica do beneficiário;

IV - as bolsas de estudo somente serão destinadas a alunos que residam no município de Sorocaba, há mais de cinco anos.

§ 3º - A eventual assistência financeira às instituições de ensino filantrópicas, comunitárias, confessionais e para bolsas de estudo, não poderão incidir sobre a aplicação mínima prevista neste artigo.

Art. 147. O Município garantirá a criação e manutenção de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, nas repartições públicas, prioritariamente aos filhos e dependentes de servidores municipais.

Art. 148. O Município fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, informações completas e detalhadas sobre receitas arrecadadas e transferência de recursos destinados à educação nesse período, devidamente discriminadas por nível de ensino.

§ 1º - A autoridade responsável pelo setor será responsabilizada pelo não cumprimento deste dispositivo.

Art. 149. Cabe ao Poder Público Municipal reparar e conservar os prédios das escolas isoladas, urbanas e rurais, verificando, anualmente, o seu estado, juntamente com o grupo legal que supervisione e fiscalize as referidas escolas.

Art. 150. O Município, no exercício de sua competência:

I - garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, além de apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais;

II - atuará no sentido de estabelecer uma política cultural que englobe todas as manifestações artísticas e culturais, visando atingir objetivos comuns, tais como:

- a) democratização: direito à participação de todos enquanto agentes, produtores, destinatários, espectadores e críticos;
- b) identidade: desenvolvimento da cultura como expressão reveladora do homem e do meio em que ele vive;
- c) cidadania: possibilitar o exercício da cidadania através da participação direta nos eventos, e
- d) qualidade: zelar pelo alto nível das promoções artísticas e pelo constante enriquecimento dos patrimônios históricos e acervos culturais.

Art. 151. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material ou não, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - as criações científicas, artísticas e tecnológica;

III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo único. Caberá ao Município criar o Conselho Municipal de Cultura e da defesa e Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, com caráter consultivo, na forma da lei.

Art. 152. O Município incentivará a livre manifestação cultural mediante:

I - criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas;

II - acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;

III - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura;

IV - planejamento e gestão do conjunto das ações, garantindo a participação de representantes da comunidade;

V - compromisso do Município de resguardar e defender a integridade, pluralidade, independência e autenticidade da cultura brasileira;

VI - preservação dos documentos, obras e demais registros de valor histórico e científico.

Art. 153. Caberá ao Município buscar a integração entre a Educação Formal e a Cultura, no sentido de estimular, nas escolas, não só o desenvolvimento das potencialidades artísticas dos alunos, como também a inclusão de temas diretamente ligados à cultura nos currículos.

Art. 154. A lei estimulará, mediante mecanismos específicos, os empreendimentos privados que se voltem à preservação e à restauração do patrimônio cultural do Município, bem como incentivará os proprietários de bens culturais tombados que atendam às recomendações de preservação do patrimônio cultural.

Art. 155. O Poder Executivo incentivará, pelos meios ao seu alcance, a constituição de uma Fundação, entidade civil de direito privado, que tenha incumbência de patrocinar e apoiar todos os movimentos que visem o desenvolvimento da cultura e das artes em geral do Município.

Parágrafo único. Anualmente, a Prefeitura Municipal fará consignar na Lei Orçamentária uma verba própria destinada a suprir as necessidades e programas da Fundação de que trata este artigo.

Art. 156. Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

Art. 157. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais como direito de todos.

§ 1º - O Poder Público estimulará e apoiará as entidades e associações da comunidade dedicadas às práticas esportivas.

§ 2º - O Poder Público incrementará a prática esportiva à criança, aos idosos e aos portadores de deficiência.

§ 3º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com caráter consultivo, a ser definido em lei complementar.

Art. 158. O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Parágrafo único. Todo empreendimento imobiliário ou loteamento, criado a partir desta lei, deverá obrigatoriamente destinar espaço para a construção de área de esportes e lazer.

Art. 159. O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação objetivando:

I- segurança do trânsito;

II - prevenção de acidentes do trabalho;

III - noções de ecologia e meio ambiente;

IV - ensino da história de Sorocaba.

Parágrafo único. O Município poderá, em conjunto com a Sociedade Protetora de Animais de Sorocaba (SPASO), desenvolver campanhas educativas, nas escolas da rede municipal, esclarecendo a população sobre cuidados para com os animais.

Art. 160. Será promovida a integração curricular dentro do Município entre a pré-escola, o 1º e o 2º graus.

CAPÍTULO VII DO TURISMO

Art. 184. Fica criado o Conselho Municipal de Turismo cuja composição e atribuições serão estabelecidas por lei.

§ 1º - Ao Conselho caberá a elaboração, a supervisão e o apoio ao roteiro e calendário turístico do Município, bem como o incentivo às manifestações comemorativas de eventos referentes à história, ao folclore e à tradição.

§ 2º - O Conselho Municipal de Turismo poderá celebrar acordos ou convênios com outros municípios visando a elaboração de circuitos turísticos de interesse regional.

Art. 185. O Poder Executivo destinará local adequado para o funcionamento de atividades comerciais, de atração turística, com horário ininterrupto de 24 horas diárias.

ANEXO G – LEI MUNICIPAL Nº 5.152, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O Conselho Municipal de Turismo de Sorocaba (Comtur) foi criado em 1968, pelo artigo 184 da Lei Orgânica do Município. A Lei nº 5.152, de 26 de junho de 1996, por sua vez, dispõe sobre a composição e as atribuições do Comtur, como sendo um órgão de caráter consultivo para propor e acompanhar a implementação e execução da política turística do município.

Cabe a ele a elaboração, o acompanhamento e o apoio ao roteiro e calendário turístico do Município, bem como incentivo às manifestações comemorativas de eventos referentes à história, ao folclore, à tradição, à indústria, ao comércio e à agricultura. Pode também celebrar acordos ou convênios com outros municípios visando à elaboração de circuitos turísticos de interesse regional. Os conselheiros sempre são representantes de entidades ligadas às áreas de desenvolvimento da cidade.

Compete ao Comtur coordenar, incentivar e promover o turismo, estudar e propor à Administração Municipal medidas de difusão e amparo ao Turismo, juntamente com os órgãos oficiais especializados e as organizações não governamentais, orientar a prefeitura municipal na administração dos pontos turísticos do município e promover campanhas junto a entidades de classe para implementar as atividades turísticas.

O Comtur é formado por conselheiros representantes de entidades ligadas às áreas de desenvolvimento da cidade. Estes conselheiros em sua maioria são nomeados pelo Prefeito Municipal, na gestão atual Vitor Lippi. Dentre as entidades envolvidas com o Comtur estão: a Prefeitura Municipal de Sorocaba, a Universidade de Sorocaba (Uniso), as agências de Turismo, os Hotéis, os Restaurantes e Bares da cidade, o Aero-Clube de Sorocaba, a Associação Sorocabana de Imprensa, os Shoppings Centers locais, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico da cidade, o Haras e Centros de Equitação, a Delegacia de Turismo do Estado, o Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, o Sindicato Rural Patronal, o Sindicato das Empresas de Fretamento e Turismo da Região, o Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro de Sorocaba e Região, o Sindicato do Comércio Varejista, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e o Sindicato dos Empregados do Comércio de Sorocaba.

De acordo com a constituição do Conselho, o mandato do presidente e do secretário do órgão será de um ano, sendo o mandato dos membros do conselho de dois anos. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, pois, são consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

No que concerne à composição atual desse colegiado, o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Turismo é ocupado por Eduardo Cardum, o qual possui como Vice-Presidente do Comtur o Sr. Antônio Francisco Gonçalves.

Como representante do Sindicato dos Empregados do Comércio de Sorocaba tem-se o senhor Pedro Luiz Monteiro, assessorado por seu suplente, o senhor Luiz Fernando Pássaro.

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região possui como representante oficial o senhor Adalberto de Souza Carvalho e como suplente o senhor Flávio Pacheco.

A Associação dos Lojistas Esplanada Shopping Center confia sua representatividade ao senhor Odaír Daroque, seguido por sua suplente Roseana Leite Fonseca.

A Associação Comercial de Sorocaba expõe suas opiniões e idéias através do senhor Rafael Rodrigo Nochelli, que possui como suplente o senhor Abdalla Hanna.

O senhor Lucas Machado, juntamente com o senhor Sérgio Antunes (suplente) representam os interesses da Associação dos Profissionais de Propaganda de Sorocaba e Região.

A Secretaria da Cultura é representada atualmente pela senhora Sônia Nanci Paes e sua suplente, a senhora Margarete Moreno Comitre Silveira. A Associação de Produtores de Cogumelos Orgânicos também ganha voz no Conselho através do senhor José Henrique Stecca Duarte e de seu suplente senhor José Francisco Viana.

A Secretaria de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente delega a senhora Márcia Valeria Ferraro Gomes e ao seu suplente, o senhor Gustavo Frederico Schrepel, a responsabilidade de representá-la.

Ao senhor Antônio Nelson Flório, e ao seu suplente, o senhor Claudinei César Zago cabe a função de representar no Comtur a Secretaria Municipal da Educação. O Sindicato de Hotéis,

Restaurantes, Bares e Similares de Sorocaba é representado pelo senhor Antônio Francisco Gonçalves e seu suplente Antônio Fernandes Fioravante Silveira.

A Sorotáxi Comum Central Rádio possui como representante o senhor Silvio Benedito de Souza, auxiliado por seu suplente, o senhor Cláudio Carlos de Macedo. O Convention & Visitors Bureau é representado pelo senhor Marcelo Martins, o qual possui como suplente, o senhor Luis Bramante.

O Aeroclub, o SEBRAE e o SENAI possuem como representantes respectivamente os senhores, Marcos Antônio Ramos e seu suplente Renato de Castro Menoni, Carlos Alberto de Freitas e seu suplente André Luis Costa e Carlos Guerino Zocca com seu suplente João Carlos Campagnolo.

Ganham representatividade ainda o SENAC através da senhora Rita de Cássia da Silva Coimbra e seu suplente o senhor João Henrique de Freitas Alves, o SESI por meio do senhor Júlio César de Souza Martins e seu suplente o senhor Sérgio Antunes de Oliveira e o SEST/SENAT através da senhora Eleusa Garcia Pagotto Fioravanti e sua suplente a senhora Marina Carnicelli Campos.

A UFSCAR e a UNISO são representadas, respectivamente, pelos senhores/senhoras, Beatriz Veroneze Stigliano e sua suplente Cíntia Réjane Moller de Araújo e Cláudio Lucio Gravina seguido por seu suplente Pedro Zille Dutra

O senhor Sandro Vidotto e seu suplente Antonio Carlos da Silva representam a ESAMC. Já o senhor Sérgio Benedito Abibe Aranha e sua suplente a senhora Maria Estela Casagrande representam o Jornal Cruzeiro do Sul.

A TV TEM e a FUNDEC são representadas respectivamente por Celso Pelosi e seu suplente Júlio Petucco e, Geraldo Aparecido Ricci e sua suplente Tereza Cristina Guerreiro Peinado.

Por fim as duas últimas entidades, condizentes a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Câmara Municipal, delegam sua representatividade respectivamente aos senhores, Daniel de Jesus Leite e seu suplente José Fernando Alonso e João Donizeti Silvestre, seguido por seu suplente Francisco Moko Yabiku.

Dentre as diretrizes do regimento interno do Conselho cabe ao Presidente a função de representar o órgão em qualquer circunstância, organizar a pauta de trabalho para as sessões, distribuir os relatórios dos membros do Conselho, assinar as atas das sessões e receber todo expediente endereçado ao órgão, encaminhando-o a Secretaria após tomar as providências necessárias para o bom andamento do Conselho.

O Presidente poderá ainda constituir sub-comissões, compostas por três membros, para estudos e trabalhos especiais relacionados a competência do Comtur, quando for necessário. No entanto, só poderão participar dessas sub-comissões, a Juízo do Plenário, pessoas estranhas a Administração Municipal e de reconhecida capacidade.

Com isso as sub-comissões terão seus respectivos Presidentes e Secretários designados pelo Presidente do Conselho, estabelecendo seu programa de trabalho, o qual uma vez aprovado pelo Plenário, extinguir-se-á as sub-comissões supracitadas.

Já ao Secretário do Comtur cabe a responsabilidade de secretariar as atividades do Conselho, redigir as atas das reuniões, informar aos membros sobre as deliberações tomadas, cuidar do expediente do órgão e substituir o presidente durante sua ausência.

Aos Membros do Conselho por sua vez, fica instituído o papel de comparecer às sessões realizadas, eleger entre si a lista tríplice para indicação do Presidente, requerer a convocação de sessões, após justificada sua necessidade, estudar e relatar assuntos que lhes forem distribuídos, tomar parte nas discussões e votações, solicitando o andamento destas, assinar atas e resoluções e desempenhar os encargos que lhes foram atribuídos pelo Presidente.

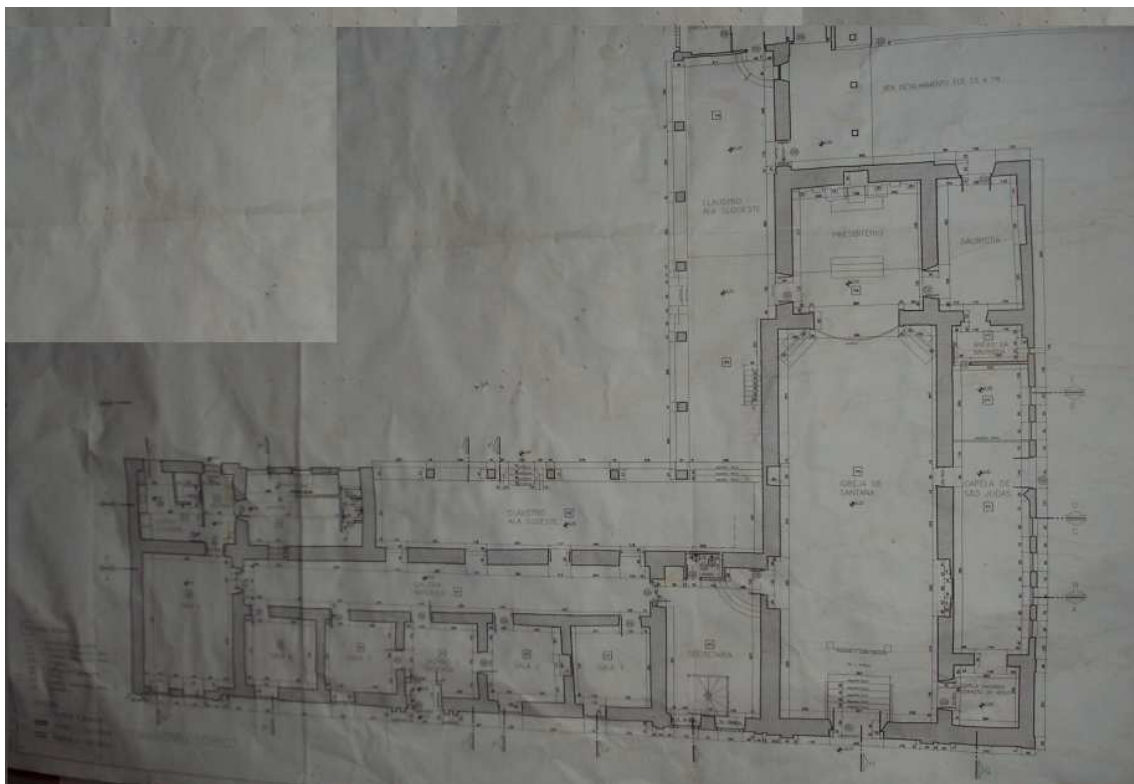
Podem ser citados como fatos relevantes para o turismo no município a criação do Conselho Municipal de Turismo em 1968, do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio em 1994, bem como a criação do Sorocaba e Região *Convention & Visitors Bureau*, em 2003.

No que tange a gestão pública de turismo na cidade, o órgão público responsável pela atividade é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na qual possui uma pasta para o turismo. Entretanto não há nenhum funcionário específico destinado às questões que se referem ao turismo em Sorocaba, assim como não há divisão orçamentária específica para o setor.

Esse órgão municipal aborda o turismo principalmente da perspectiva econômica, como gerador de recurso e emprego, sendo responsável, portanto, por toda infra-estrutura turística

necessária. As questões voltadas à preservação de patrimônio, realização de eventos e outras atividades atreladas à cultura, são de responsabilidade da Secretaria da Cultura.

ANEXO H – DOCUMENTOS E FOTOS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA



Planta do Projeto de Restauração do Mosteiro (cedida por Dom José).

Carta Circular de Complementação de Projeto

Brasília, 18/09/2005

Dest(a): Sr(a) Luis César de Proença
Projeto: Restauração do Mosteiro de São Bento de Sorocaba - SP
Endereço: Largo do São Bento, s/nº
Cep: 01029-010 Cidade: São Paulo
Processo nº: 01400.000.782/02-11
Nº Proraz: 02.1546

UF: SP

Retado(a) Senhor(a),

Em atendimento a sua solicitação encaminhada, em anexo, portamos que aprova a complementação do valor do projeto supra citado, nos seguintes termos:

Complementação aprovada na 121ª reunião da CNIC

ITENS REDUZIDOS

Apror. Licença/ Alvará: De R\$ 10.000,00 para R\$ 5.000,00
Carq./ Desemb. Estúlio: De R\$ 27.000,00 para R\$ 10.000,00
Alojamento/ Sanitários: De R\$ 45.081,05 para R\$ 20.000,00
Instal. Provisória/ Luz: De R\$ 12.500,00 para R\$ 7.500,00
Andaimos/ Metálicos: De R\$ 125.000,00 para R\$ 95.000,00
Borrachas: De R\$ 12.500,00 para R\$ 6.500,00
Vibradores: De R\$ 20.000,00 para R\$ 5.000,00
Ferramentas: De R\$ 15.000,00 para R\$ 10.000,00
Guindaste: De R\$ 16.458,00 para R\$ 8.500,00
Controle de Recalque: De R\$ 75.000,00 para R\$ 5.000,00
Assessoria de Imprensa: De R\$ 170.000,00 para R\$ 10.000,00
Responsistas: De R\$ 60.000,00 para R\$ 18.000,00
Elib./ Agradecimento: De R\$ 435.000,00 para R\$ 100.000,00.

ITENS RETIRADOS

Instalação Provisória/ Telefone: R\$ 5.000,00
Outdoors: R\$ 200.000,00
Coquetel: R\$ 10.000,00, por determinação do T.C.U.
Salário do Proponente: R\$ 275.000,00, conforme determinação da CNIC
Auditoria: R\$ 100.434,50, conf. DN nº 01 de 19/09/2003-MinC
Seguros: R\$ 165.000,00, conf. parecer 469/2004-CJ/MinC.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Projeto.....R\$ 3.483.570,80
Elib./ Agradecimento.....R\$ 100.000,00

Total do Projeto.....R\$ 3.583.570,80
(-) Outras Fontes.....R\$ 369.260,07

Valor Aprovado Macropro.....R\$ 3.214.310,73
(-) Aprovada na 92ª CNIC.....R\$ 77.000,00

Complementação Aprovada.....R\$ 3.137.310,73

Obs.: A intervenção, assim como as especificações técnicas, foram aprovadas pela Prefeitura local e CONDEPHAAT (que deverá acompanhar).

Carta Circular de Complementação de Projeto (cedido por Dom José)

Complementação aprovada na 121ª reunião da CNIC

ITENS REDUZIDOS

Aprov. Licença/ Alvarás: De R\$ 10.000,00 para R\$ 5.000,00
Carg./ Descarga Entulho: De R\$ 27.000,00 para R\$ 10.000,00
Alojamento/ Sanitários: De R\$ 45.083,05 para R\$ 20.000,00
Instal. Provisória/ Lini: De R\$ 12.500,00 para R\$ 7.500,00
Andimes Metálicos: De R\$ 225.000,00 para R\$ 95.000,00
Betoneiras: De R\$ 12.500,00 para R\$ 5.500,00
Vibradores: De R\$ 30.000,00 para R\$ 5.000,00
Ferramentas: De R\$ 15.000,00 para R\$ 10.000,00
Gruidas: De R\$ 16.453,00 para R\$ 8.500,00
Controle de Recalques: De R\$ 75.000,00 para R\$ 5.000,00
Assinar de Imprenha: De R\$ 170.000,00 para R\$ 10.000,00
Recepção: De R\$ 60.000,00 para R\$ 18.000,00
Elet. / Aproximado: De R\$ 435.000,00 para R\$ 100.000,00

Itens Reduzidos da Carta Circular (cedido por Dom José)

ITENS RETIRADOS

Instalação Provisória/ Telefone: R\$ 5.000,00
Outros: R\$ 300.000,00
Cupotas: R\$ 19.000,00, por determinação do T.C.U.
Salário do Proprietário: R\$ 375.000,00, conforme determinação da CNIC
Alvarás: R\$ 103.434,00, conf. IN nº 01 de 10/09/2005, Minc
Seguro: R\$ 165.000,00, conf. parecer 460/2004-CJ/ Minc.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Projeto..... R\$ 3.403.570,80
Elet. / Aproximado..... R\$ 100.000,00

Total do Projeto..... R\$ 3.503.570,80
(-) Outras Fontes..... R\$ 369.260,07

Valor Aprovado Mensal..... R\$ 3.134.310,73
(-) Aprovado na 9ª CNIC..... R\$ 77.000,00

Complementação Aprovada: R\$ 3.057.310,73

Memória de Cálculo da Carta Circular (cedido por Dom José)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arquológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 34 - 2º andar - Bairro de Luz - São Paulo - SP
Cep: 01026-900
Tel: 3364-9000 Fax: 3367-3005

**SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA**

Ofício SP-425/02
Protocolo 40-425/02

São Paulo, 5 de março de 2002.

Prezado Senhor,

Em sua sessão ordinária de 04 do corrente, Ata nº 1237, a Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o ante-projeto de restauração do Conjunto do Mosteiro de São Bento, situado no Largo São Bento, no Município de Sorocaba.

Solicitamos o envio do projeto executivo para análise e manifestação deste Condepfaat.

Informamos, ainda, que a presente decisão será publicada no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente


JOSÉ ROBERTO MELHEM
Presidente

Carta de aprovação do ante-projeto pelo CONDEPHAAT (cedido por Dom José)

Brasília, DF 30/09/2009

Comunicado de Prorrogação de Projetos

Inscrição: 507a)
Dom Mathias Tolentino Braga (Eusébio T. Braga)
Proposente: Mosteiro de São Bento de São Paulo
CNPJ / CPF: 61.018.750/0001-85
Endereço: Largo de São Bento, 62 - Centro
UF: SP Cidade: Sorocaba

Cep: 18035-240

Projeto: Restauração do Mosteiro de São Bento de Sorocaba - SP
Nº Pronac: 02 2546 Processo nº: 01400.006782/02-11
Área: Patrimônio Cultural Segmento: História
Portaria de Aprovação nº: 0038/09 de 29/09/2009, publicada no D.O.U. de 30/09/2009
Período de Captação: 25/09/2009 a 31/12/2009

Enquadramento: Artigo 18

Saldo autorizado para captação: 2.883.550,70

Prezadora Senhora),

Informamos que o prazo para captação de recursos em favor de seu projeto cultural foi prorrogado, conforme consta na portaria mencionada acima.

De acordo com a legislação do PRONAC, cabe ao proponente:

- Depositar os recursos captados em conta específica para o projeto.
- Encaminhar o Comunicado de Mecenato (recibo de captação), exclusivamente por intermédio dos correios, corroborando para que se evite duplicidade de informações em tramitação nesta Secretaria, em até cinco dias após o depósito bancário, conforme estabelece o Artigo 8º, inciso II, da Instrução Normativa nº 1/95, atentando ainda para o disposto no Artigo 1º, parágrafo único, inciso I, da mesma Instrução.
- Cumprir o que estabelece o artigo 47, do decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, quanto à inserção da logomarca do Ministério da Cultura
 1. nos produtos materiais resultantes de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos do PRONAC, bem como nas atividades relacionadas à sua difusão, divulgação, promoção, distribuição, incluindo placa de obra, durante sua execução, e placa permanente na edificação, sempre com visibilidade pelo menos igual à da marca do patrocinador majoritário;
 2. em peças promocionais e campanhas institucionais dos patrocinadores que façam referência à programas, projetos e ações culturais beneficiados com incentivos fiscais.
- No caso de não haver captação de recursos, informar esta Secretaria logo que expirar o prazo concedido, para que o processo seja encerrado;
- Observar o disposto no artigo 44, inciso I, do Decreto 5.761/2006, que limita a cota de produtos culturais resultantes do projeto a serem destinados ao patrocinador a 10% (dez por cento) do total realizado;
- No caso de captação parcial ou total de recursos e constatação de inviabilidade de realizar o projeto, os recursos deverão ser recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, que encontra-se no Site: www.afn.fazenda.gov.br. No preenchimento observar Unidade Favorecida - Código: 340001, Gestão: 00001, Código de Recolhimento: 28852-27, N° de referência na GRU (N° Pronac), Contribuinte (CNPJ ou CPF do proponente do projeto);
- Devido ao grande número de projetos analisados no fim do ano de 2007 e com o intuito de não prejudicar a prorrogação do prazo de captação dos projetos com execução prevista para o ano de 2008, o Ministério da Cultura prorrogou o prazo de captação de todas as solicitações deferidas até o dia 30 de junho deste exercício;
- Aqueles projetos cujos cronogramas são mais longos ou que têm previsão de realização para o segundo semestre poderão apresentar novo pedido de prorrogação, que serão analisados caso a caso, pelo Ministério da Cultura.

Comunicado de prorrogação de projeto – Ministério da Cultura (cedido por Dom José)



Sino Igreja Santa Ana (Fonte: Kaplan, 2007)



Corredor do Mosteiro (Fonte: Kaplan, 2007)



Altar com Sant'Ana Maestra e Virgem Menina (Kaplan, 2007)

ANEXO I – DOCUMENTOS E FOTOS DA CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DO BONFIM



Extraído do Arquivo da Capela Senhor Bom Jesus do Bonfim (Cortesia Sr. Malzoni)

Grande massa popular... Um homem bondoso que desaparece...

Continuação de la página anterior. Foi o início da fase negra de sua existência.

Seus reflexos sobre a vida de sua família, realizados durante a guerra, foram os de uma vida de luta. Foi a vida de luta de uma família que se tornou uma família de luta.

de "meditação", sendo a vida profundamente marcada por essa experiência de luta.

de "meditação", sendo a vida profundamente marcada por essa experiência de luta.



Vista da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim

de uma vida de luta. Foi a vida de luta de uma família que se tornou uma família de luta.

de uma vida de luta. Foi a vida de luta de uma família que se tornou uma família de luta.

Um homem bondoso que desaparece...
A história de um homem que desapareceu...

Um prêmio de 100:000\$000

A Empresa Commercials... Um prêmio de 100:000\$000...

Um bom e um justo

Um bom e um justo... A história de um homem...

Concurso "Loba e Morena" patrocinado pelo CAPS, EXC, UNIBR

Indicando a revista para os jovens...

Uma história de um homem que desapareceu...

Um prêmio de 100:000\$000...

Um bom e um justo...

Arquivo da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim (cortesia Sr. Malzoni)